

ISSN 2763-5252



REVISTA DA AHIMTB
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL



VOL. 1, N. 5, 2022



Museu do Ipiranga | foto: José Rosael / Acervo do Museu do Ipiranga, itaucultural.org.br

Museu do Ipiranga - Após a Independência do Brasil em 07 de setembro de 1822, o recém-criado Reino Brasileiro sentiu a necessidade da fixação de uma identidade própria. Através da elite, da intelectualidade e dos artistas passou-se a trabalhar, através de diversas ações, na criação de um imaginário coletivo, parte do processo de legitimação de qualquer regime político. O monumental edifício foi projetado para ser um símbolo em comemoração à Independência, proclamada por D. Pedro I. O edifício foi construído entre 1885 e 1890. O Museu do Ipiranga é a sede do Museu Paulista, que hoje faz parte da Universidade de São Paulo - USP. A elaboração do projeto da planta do edifício monumento é de autoria do Engenheiro Italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi. A pintura histórica Independência ou Morte confeccionada pelo pintor Pedro Américo a pedido do Governo Imperial, encontra-se fixada no Salão Nobre do Museu do Ipiranga, onde tem permanecido, até hoje, desde sua instalação. E é um dos milhares de itens históricos do precioso acervo do reinaugurado museu, em 2022, por ocasião do Bicentenário da Independência; orgulho da sociedade brasileira!

Informações: Museu do Ipiranga Rua dos Patriotas, 20 – Ipiranga – São Paulo/SP - CEP 04207-030 museudoipiranga.org.br



REVISTA DA AHIMTB
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL

vol. 1, n. 5, 2022

Resende, RJ
2022

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Editor

Academia de História Militar Terrestre do Brasil – Marechal Mário Travassos AHIMTB .

Localização: Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN

Conjunto Principal II – Biblioteca Cel. Panizzutti

Endereço: Rodovia Presidente Dutra Km 306

Resende – RJ

Carlos Roberto Peres – Cel. Eng. Ref. – Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e atual Presidente da Diretoria Executiva da AHIMTB.

Anvalgleber Souza Linhares – Cel. Inf. Ref. – Vice-Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

Graduação em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM)

Especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG)

Especialização em Direito Civil Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG)

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).. Professor de Direito da AMAN e UBM.

Antonio Carlos Simon Esteves – Cel. Inf. Ref. – Secretário da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras

Graduação em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS

Especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco

Especialização em Educação pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército

MBA pela Fundação Getúlio Vargas

MBA pela ISCTE – Lisboa/PT

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Mestrado em Comunicação Social e Educação pela UFRJ.

Alexandre Neves Lemos Esteves. Cel. Inf. – Relações Públicas da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Graduado em História pela UNIRIO e pós-graduado em Política e Estratégia.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2018.

Durland Puppim de Faria. Cel. Int. 1º Tesoureiro da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Graduado em Direito e História, pós-graduado em Ciências Políticas e História Militar e mestrando em História Cultural.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2009.

João da Costa Paiva Filho – Cel. Inf. Ref. – Coordenador da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRJ.

Julio Cesar Fidelis Soares. Professor Universitário. Conselheiro Fiscal da AHIMTB.

Mestre em História Social.

Pesquisador membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia Resendense de História. Integrante do Instituto de Estudos Valeparaibanos e do Grupo de Preservação da História da FEB – Capitão Cobra – Resende - RJ (Reencenação Histórica).

Marcos Cotrim de Barcellos. Professor Universitário. Membro da AHIMTB.

Graduação em Filosofia pelo Centro Unisal de São Paulo.

Mestrado em Filosofia pela UFRJ.

Doutorado em História Social pela UFRJ.

Professor de Filosofia e História da Educação, Filosofia e História do Direito, na Associação Educacional Dom Bosco.

Professor de História da Filosofia, Filosofia da Ciência e Filosofia da Natureza no Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

Projeto Gráfico e diagramação da Revista

Maria Aparecida Ladeira da Cunha

Desenvolvedor

Kélcio José Gomes

5ª Edição

vol. 1, n. 5, 2022

Periodicidade

Semestral

Site: www.revistamilitarterrestre.com.br

Contato: contato@revistamilitarterrestre.com.br



EDITORIAL

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL | ANO 03 | NÚMERO 05

Antonio Carlos Simon Esteves¹

Prezados leitores, em julho de 2023, em sua rápida trajetória, iniciaremos o quarto ano da Revista da AHIMTB, com periodicidade bianual (julho e dezembro); tendo seu primeiro exemplar eletrônico, lançado em dezembro de 2020. Ao longo destas cinco edições já somamos mais de quatro dezenas de conteúdos transmitidos na forma de artigos, capas culturais e editoriais. Com satisfação, informamos que cumprindo o objetivo da AHIMTB a cada semestre, um número maior de articulistas tem submetido suas pesquisas ao Corpo Editorial, visando publicação. O que comprova o aumento em todo o Brasil de estudiosos, pesquisadores e interessados na temática da Defesa, Relações Internacionais e História Militar, dentre outros assuntos relacionados.

Comemoramos neste ano de 2022 o Bicentenário da Independência do Brasil. A AHIMTB – Resende, na região das Agulhas Negras se fez presente em parceria com instituições locais nas diversas atividades educacionais, culturais, militares e cívicas promovidas para celebrar a efeméride. Além dos eventos locais, também serviu como divulgadora dos eventos nacionais.

As instituições Secretaria Municipal de Educação de Resende - SME, Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, Academia Resendense de História – ARDHIS, o Parque Nacional de Itatiaia – PNI, a Associação Educacional Dom Bosco – AEDB e a Academia de História Militar Terrestre do Brasil – AHIMTB, promoveram e ofereceram gratuitamente, neste ano do bicentenário, para a popula-

¹ Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, em 1977, Turma Tiradentes. Em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS, pós-graduação e especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco e pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército. MBA pela Fundação Getulio Vargas e ISCTE – Lisboa/PT; mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Mestrando em Comunicação Social e Educação pela UFRJ. Professor concursado do Magistério do Exército nas disciplinas de Introdução à Economia e Introdução à Administração na AMAN. Chanceler do Centro Universitário Dom Bosco do Rio de Janeiro, Presidente da Associação Educacional Dom Bosco – Resende/RJ.

ção do Médio Paraíba eventos como: apresentação de orquestra sinfônica, palestras, seminários, lançamentos de livros, desfiles cívicos, apresentação de tuna lusitana, dentre outras diversas demonstrações realizadas de culto aos símbolos e à memória nacional.

Neste contexto de celebração, no primeiro artigo da edição número 4 – 2022, da Revista da AHIMTB, de lavra do Presidente da AHIMTB, o Cel Veterano Carlos Roberto Peres, nos apresentou de forma clara, precisa e concisa uma retrospectiva histórica do 07 de setembro de 1822, da Independência do Brasil. Foram apresentados na publicação os marcos cronológicos, políticos e sociais, de antes, que levaram a sua execução às margens do Ipiranga e à consolidação, durante o império de D. Pedro I. Da mesma forma, a capa da revista daquela edição, de forma emblemática, nos presenteou com a imagem do quadro “Independência ou Morte” de Pedro Américo.

De tal sorte que a presente edição, número 5, de dezembro de 2022, assinando mais uma vez a efeméride, ostenta em sua capa a fotografia frontal do maior ícone museológico da nossa independência, o edifício do Museu do Ipiranga, patrimônio da Nação Brasileira, restaurado com respeito e esmero nos últimos anos e reinaugurado por ocasião da data do bicentenário, sob a guarda e conservação da Universidade de São Paulo.

Nesse contexto são apresentados nesta edição SEIS artigos, dois deles assinalam a Independência: “As duas independências” e “Os Dragões da Imperial Guarda de Honra, uma análise do uniforme histórico”, respectivamente dos Professores e Acadêmicos Marcos Cotrim de Barcellos e Julio Cesar Fidelis Soares.

1 - Artigo “As Duas Independências”.

O Acadêmico Professor Dr. Marcos Cotrim nos apresenta um artigo denso, complexo, embasado em renomados estudiosos que nos remete ao último milênio de nossa civilização cristã e lusitana. De forma particular, no ano do bicentenário, procede a uma reflexão desde o nascimento de nossa nação, Brasil; o descobrimento, colônia, reino unido, império. Suscita opiniões e reflexões por parte dos leitores ao regime republicano e principalmente aos dias em que estamos vivendo.

No resumo do seu trabalho propõe a hipótese de haver concorrência entre duas perspectivas sobre a Independência do Brasil, e aponta algumas linhas de investigação que poderão vir a endossá-la. Requer uma leitura e releitura atenta, pois conceitos como liberdade, soberania, autonomia, identidade, independência, e nacionalismo estão presentes em todo o conjunto das indagações de sua premissa: o Brasil Império soberano transcendeu, e precedeu, o Brasil, Estado Nacional independente?

Na contemporaneidade cita Hobsbawm (1984, p.10), e o conceito da “tradição inventada”: entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica...

Um verdadeiro cabo de guerra; concito o leitor à leitura do artigo e às considerações do que nos tem conduzido à construção de nossa identidade nacional e aos modernos conceitos de estado.

2 - Artigo “Os Dragões da Imperial Guarda de Honra”.

Ainda no contexto do bicentenário, o estudo apresentado pelo Acadêmico e Professor Julio Cesar Fidelis Soares procede a uma análise do uniforme histórico dos Dragões da Imperial Guarda de Honra. O leitor poderá viajar pelo mundo, desde a Macedônia aos dias atuais e tomar ciência dessa evolução. Com uma precisão cirúrgica, remonta às suas origens, sua finalidade e meios e por consequência na sua evolução nos exércitos modernos.

A representatividade do uniforme desses seletos soldados em suas unidades de guarda, cerimonial, elevada honra e responsabilidade por trajá-lo, é apresentada neste estudo detalhado, destacando a importância do armamento/ meio de locomoção utilizado na época, suas cores características, modelos de uniformes, coberturas, tecidos e outras indumentárias que os distinguem dos demais militares.

O mundo tem evoluído tecnologicamente em uma grande velocidade, todavia em pleno século XXI, os grandes países por tradição, principalmente em tempos de paz, continuam a manter seus batalhões/regimentos históricos, junto aos grandes comandos e centro de poder, utilizando-os regularmente em suas finalidades e com a preservação de suas tradições, em uma demonstração de identidade nacional e soberania.

Nos momentos de alegria e de dor, nas grandes datas cívicas, nos ritos democráticos da república, na recepção e apresentação de autoridades estrangeiras, nos diversos cerimoniais, inclusive no dia a dia do hasteamento da bandeira nacional, em todo o território pátrio, mesmo nas aeronaves, navios, representações brasileiras no exterior; naquele momento, estará presente de forma uniformizada histórica ou mesmo simbólica o Batalhão do Imperador e os Dragões da Independência da nacionalidade brasileira. Desde os pequenos pelotões de infantaria nas mais remotas áreas de fronteira à Praça dos Três Poderes em Brasília, sempre será ouvido o brado: “Em continência ao terreno; apresentar armas”.

3 – Artigo “UNAVEM III – Angola, integrando uma Força de Manutenção da Paz da ONU”.

O Coronel Veterano Júlio Raphaël de Freitas Coutinho, contribui nesse artigo, fruto de sua experiência e maturidade com os fatos sobre a UNAVEM III – Angola, integrando uma Força de Manutenção da Paz da ONU.

Tem como finalidade apresentar a história da participação de militares brasileiros na Missão de Verificação das Nações Unidas na África. O autor analisa a participação do contingente que comandou, no teatro de operações africano. Destaca, ainda, os problemas que as forças designadas para a missão de manutenção da paz enfrentaram e as atividades realizadas tanto no preparo quanto na situação real em Angola.

De forma analítica e didática é apresentado o recebimento da missão, os estudos e preparativos ainda no Brasil para o emprego da tropa no país amigo, que vinha sofrendo um conflito, saindo de uma guerra civil. Para se aquilatar a dificuldade enfrentada no terreno, e de ordem internacional, sua unidade militar brasileira recebeu uma zona de ação que compreendeu as províncias de Moxico e Bié, limitando-se ao

norte com o batalhão do Zimbábue, ao sul com o batalhão da Romênia, a oeste com o batalhão do Uruguai e a leste com a Zâmbia.

Relata em seu artigo que no caso específico de Angola, para a preparação do Batalhão de Força de Paz - BRABAT (2º Contingente) foram observadas sete premissas básicas, e todas adversas ao preparo inicial das tropas brasileiras.

Em sua conclusão o Cel Raphaël destaca e reforça “a importância da capacitação dos comandantes das diversas frações e perfeita noção de responsabilidade dos comandados que, não sendo inatas, tem que ser exaustivamente adquirida no adestramento, bem como na seleção judiciosa dos militares que irão compor uma tropa de manutenção de paz. Mais do que qualquer outro fator, serão soldados e unidades competentes, bem adestrados, com iniciativa e flexibilidade que irão enfrentar, com êxito, essas missões em cenário internacional”.

4 – Artigo “Seleção e Instrução de militares do Contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB - 1944) e da Missão de Paz das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH – 2005/2015)”.

O artigo do 1º Tenente de Infantaria, turma de 2017, Francisco Bento Ferreira Neto está inserido na mesma linha do anterior, pois se trata de um estudo comparativo de Doutrina de Seleção e Instrução de militares do Contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB - 1944) e da Missão de Paz das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH – 2005/2015).

O objetivo principal foi comparar a preparação da FEB com a da tropa brasileira que participou da MINUSTAH, a fim de verificar aspectos relativos à seleção e à instrução do pessoal, na intenção de constatar e apontar, ao final, mudanças em tais processos, respeitando a diferença da natureza entre esses tipos de operações militares e os respectivos contextos.

O autor conclui que, com a criação pelo governo brasileiro do Centro de Cooperação para a Instrução - CCOPAB, e o seu apoio educacional; a tropa contou com instruções mais bem ministradas, mais adequadas às situações que foram encontradas na missão do Haiti. Portanto, diante desses resultados, pode-se concluir que uma seleção mais rigorosa e uma instrução de melhor qualidade, como foi feita no contingente brasileiro que integrou a MINUSTAH, melhorou a preparação da tropa e adequou a mesma para o exitoso cumprimento da missão, nos diversos cenários a ela impostos.

5 – Artigo “Centenário de Criação do Grupo de Esquadrilhas do Rio Grande do Sul (1922-2022)”.

O artigo do Subtenente Fábio César Santos de Assunção busca através de pesquisa histórica, assinalar o centenário de criação do Grupo de Esquadrilhas de Aviação do Rio Grande do Sul. Propõe resgatar sua esquecida história, assim como de seu primeiro Comandante e analisar as contribuições da antiga Aviação do Exército (Aviação Militar) em prol da defesa do território brasileiro e desenvolvimento aeronáutico do País.

Através de seus estudos nos apresenta a constituição do Grupo de Esquadrilhas de Aviação do Rio Grande do Sul, e tipos de esquadrilhas, suas cidades sede, quantidade e especificidade dos aviões e apoio administrativo. Além de uma rica pesquisa bibliográfica versando sobre o tema.

O Subtenente Assunção conclui citando que: “embora suas operações tenham se encerrado precocemente em 1928, o Grupo de Esquadrilhas de Aviação do Rio Grande do Sul impactou no desenvolvimento aeronáutico do País ao escrever em 1922, o primeiro capítulo da Aviação Militar fora do Rio de Janeiro. Sua atuação, através de seu poder dissuasório, contribuiu em prol da manutenção dos limites territoriais brasileiros”.

De forma justa e necessária, presta homenagem ao seu primeiro Comandante, o Coronel Alzir Mendes Rodrigues Lima, assinala: “embora ainda não ocupe um lugar de destaque no rol dos grandes nomes da História Militar, esteve presente em momentos e lugares decisivos, desempenhando funções que contribuíram para o sucesso da implantação e consolidação da Aviação Militar”.

6 – Artigo “A Gestão de Conflitos Efetuada pelo Pelotão de Fuzileiros de Paz durante a Minustah, no período de 2004 a 2017”.

Em seu resumo o autor o Tenente Miguel Fernando Sussin, cita que mesmo nas Missões de Paz, na era da informação, com a mudança na dinâmica dos conflitos, a população e a opinião pública assumem importância preponderante no sucesso de qualquer operação militar executada no cenário mundial atual. Este trabalho tem por objetivo avaliar a relevância da gestão de conflitos, efetuada a nível tático, pelo pelotão de fuzileiros, na manutenção dos princípios básicos e fatores de sucesso na missão de paz.

A introdução da pesquisa, seu referencial teórico, o panorama do Haiti, os esclarecimentos da MINUSTAH – uma missão multidimensional da ONU na era da informação, a definição dos Princípios Básicos das missões de paz e outros Fatores de Sucesso, e os diversos elementos textuais da pesquisa citados no artigo, possibilitam ao leitor o acompanhamento do tema proposto e a complexidade do papel do militar nesta era da informação.

O autor conclui que a gestão de conflitos, sozinha, não é suficiente, porém, faz parte de um grande emaranhado de esforços presentes na missão em busca de mantê-los efetivos e constantes na operação. Tendo em vista que uma ou constantes falhas em sua condição em algum conflito, continha potencial para minar e comprometer a Missão de Paz como um todo, afetando em algum grau todos os princípios básicos e fatores de sucesso diretamente. São eles o consentimento das partes, a imparcialidade, o não uso da força, exceto em autodefesa ou em defesa do mandato, a credibilidade, a legitimidade da ONU perante o Estado anfitrião e a comunidade internacional, e a promoção da autodeterminação local.

Uma boa leitura.



SUMÁRIO

As Duas Independências <i>Prof. Marcos Cotrim de Barcellos</i>	12
Os Dragões da Imperial Guarda de Honra, uma análise do uniforme histórico <i>Prof. Julio Cesar Fidelis Soares</i>	39
Manutenção da Paz - UNAVEM III – Angola <i>Cel Veterano Júlio Raphaël de Freitas Coutinho</i>	50
Seleção e Instrução do Contingente da Força Expedicionária Brasileira (1944) e da Missão de Paz do Haiti (2005-2015): um estudo comparativo <i>Francisco Bento Ferreira Neto</i>	69
Centenário de Criação do Grupo de Esquadrilhas do Rio Grande do Sul (1922-2022) <i>Fábio César Santos de Assunção</i>	95
A Gestão de Conflitos efetuada pelo Pelotão de Fuzileiros de Paz durante a Minustah, no Período de 2004 a 2017 <i>2º Tenente Miguel Fernando Susin</i>	105



AS DUAS INDEPENDÊNCIAS

Marcos Cotrim de Barcellos

Manda o Decreto, do que os Mundos rege,
Que um novo, um grande Império se levante,
Manda que Português seja o Monarca,
E Português o Império.

Deus me confia a empresa gloriosa,
Cumpre seguir seu mando... or' sus! as quilhas
O Seio de Netuno despedacem;
O Brasil nos espera.

Domingos Borges de Barros
"Ode à partida". *O Patriota*, 1813

RESUMO

O artigo propõe a hipótese de haver concorrência entre duas perspectivas sobre a Independência do Brasil, e aponta algumas linhas de investigação que poderão vir a endossá-la.

RÉSUMÉ

L'article propose l'hypothèse qu'il y a une concurrence entre deux perspectives sur l'indépendance du Brésil, et indique quelques pistes d'investigation qui pourraient venir l'approuver.

ABSTRACT

The paper proposes the hypothesis that there is rivalry between two perspectives on the Independence of Brazil, and points out some paths of research that may support it.

INTRODUÇÃO

O termo “independência” é equívoco se posto no horizonte da historiografia contemporânea. Muitas vezes confundido com “liberdade” ou com “soberania”, ou ainda com “autonomia”, o conceito perpassa campos do saber variados, em geral acessados e manipulados por interesses os mais diversos, de maneira a provocar no historiador que por eles se aventura um recuo tático. Este artigo sobre a Independência do Brasil, por ocasião da efeméride de seus duzentos anos, tem por objetivo traçar um roteiro interpretativo do evento, levantando a hipótese sobre a ambiguidade do termo “independência”, e sugerindo a existência de dois sentidos concomitantes do evento, que julgo terem sido rivais naquele contexto do primeiro quartel do século XIX. Para tanto, recorro aos esquemas de análise da história das mentalidades, para tentar mostrar o quanto o Brasil Império soberano transcendeu, e precedeu, o Brasil, Estado Nacional independente.

Enuncio preliminarmente ambos os sentidos. O primeiro, o mais óbvio, foi construído pelos meios nacionalistas de divulgação, inicialmente no seio da elite letrada pelos vetores educacionais e jornalísticos do Iluminismo ibérico, bastante influenciado pelas duas grandes correntes do pensamento jurídico-social francês: o chamado liberalismo doutrinário (v.g. Jouffroy, Chateaubriand), no Brasil assumido por homens como Silvestre Pinheiro Ferreira, o Visconde de Cairu e José Bonifácio; e o liberalismo democrático, jacobino, que fomentou as sedições regenciais, e é geralmente associado a Gonçalves Ledo, Frei Caneca e aos líderes das diversas “Conjurações” e “Academias” do fim do século XVIII. O segundo, objeto central deste artigo, é um sentido “imperial” de independência, na acepção de um prolongamento, no Brasil, dos ideais fundamentais do Império ultramarino e multiétnico português, ideais que se podem resumir como uma “missão” dada pela teologia da história da Cristandade ibérica.

O primeiro sentido importou conceitos jurídico-políticos exóticos à tradição ibérica, como “colônia” e “democracia”, da pauta liberal revolucionária inglesa e francesa – fosse ela restauradora ou republicana, tanto faz, como acima disse –, tornando seus seguidores brasileiros lusofóbicos, nacionalistas improvisados e sócios do projeto de uma elite diminuta de ilustrados que estigmatizava os “corcundas”, tidos como pretensos advogados de um absolutismo que, a esta distância, não parece ter sido mais que o inimigo conveniente e perfeito para os exaltados da hora.

Entretanto, o artigo não entrará nos debates teóricos a respeito da validade e importância de revisionismos históricos, mesmo que seja imprescindível fazê-lo num esforço ulterior de comprovação da hipótese. Deve, porém, tentar mostrar que há fundamentos razoáveis para se falar de uma “independência imperial”, para além do mero e inusitado uso do termo “império”, e também mostrar que a independência nacionalista deveu-se em larga medida à adoção do esquema interpretativo colônia/metrópole, baldeação historiográfica que parece ter-se inaugurado na pena de Southey (1810) e Von Martius (1844), confirmada pela de José Bonifácio, Varnhagen, e outros respeitáveis historiadores do IHGB (1838) que deram aval a esta perspectiva, como o Cônego Januário da Cunha Barbosa e o Marechal Raimundo José da Cunha

Mattos, além da Cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II e mesmo contemporâneos como o Padre Serafim Leite e Rodolfo Garcia. Decorreria daí uma série de anacronismos e impropriedades, a serem consideradas a seu tempo.

Em conferência proferida em 1950, e publicada em *Fronteiras da Técnica* (1957), Gustavo Corção afirma: “Exaltar o Brasil não é necessariamente bom. Pode ser bom, pode ser mau. E quem disser que é sempre bom já está sendo mau”. Cito-o para sugerir que, na verdade, houve duas “independências”. Aquela promovida pelos patriarcas – espécie de arremedo dos *founding fathers* – como Bonifácio, Ledo, Hipólito e tantos êmulos da Revolução da Virgínia de 1776; e aquela que ungiu Pedro como sucessor do Sacro Império (não se pode levar muito longe a iniciação de Guatimozim e a cooptação de Frei Sampaio). A primeira delas esforçou-se pela criação de uma “identidade nacional” de tipo revolucionário, assinalada pelas delimitações formais dos diversos territórios da “nação independente”, para o que precisava de uma ruptura ritual com o passado, com Portugal e com as tradições do finalismo místico religioso da Cristandade ibérica. Apostou numa modernização disruptiva com horizonte cientificista e antiabsolutista, mesmo na versão conservadora e “constitucional” de Bonifácio, e pontilhou a história imperial de conflitos e sedições, ora em nome da *egalité*, ora em nome da *liberté*, mas sempre arvorando a bandeira de uma *fraternité sans paternité*. A presença dos partidos pró e contra Bonaparte na Corte de Dona Maria I e Dom João VI é muito esclarecedora sobre o confronto das duas independências, confronto que esteve nas lides políticas, certamente, mas também no campo das ideias – revolucionários/restauradores –, como no âmbito cultural da organização simbólica da memória, como se vê nos trabalhos dos bonapartistas Lebreton e Debret, principalmente a partir da Aclamação de Dom João VI em 1818. (Noronha 2022).

A outra independência, calada, foi uma *translatio Imperii* no melhor estilo tardomedieval. Como estudou Le Goff (1990; 2007), a teologia da história que advoga uma transferência do poder legítimo entre as monarquias constituiu o modo de legitimação dinástica desde a Antiguidade tardia. A interpretação variada do Livro do Profeta Daniel, no tópico das “idades do mundo”, forneceu aos teóricos do Estado um grande número de possibilidades de fundamentar na justiça divina as sucessões de impérios e a autenticidade das dinastias. Esta concepção de independência foi empurrada, pela historiografia nacionalista, para os confins do Sertão e do imaginário mítico, talvez permanecendo viva territorialidade no vigor da língua portuguesa, remanescente multiétnica das fontes virtuosas da vida do ecúmeno da Cristandade, verdadeira “pátria”. Por isso, Corção explica sua posição com uma comparação interessante: “Poderíamos dizer, num paralelo que me parece perfeito, que o nacionalismo se opõe ao patriotismo como a superstição que é um vício se opõe à religião que é uma virtude”. Seria mais que oportuno dissertar sobre as componentes sociopolíticas, econômicas e psicorreligiosas abrigadas nesta forma de soberania, entretanto, aqui se trata apenas de apresentar uma hipótese de interpretação do 7 de setembro de

1822, o que me leva a tão somente delinear seu princípio norteador: o conceito de “territorialidade imperial”.

Segundo Martins (2015), a *translatio imperii* é uma forma de compreensão providencialista da história:

A translatio studii et imperii é um conceito de origem medieval, segundo o qual, em analogia com o movimento do sol, haveria uma transmissão de leste para oeste não só do controle imperial, mas também da cultura e do conhecimento. A civilização, surgida no Oriente Próximo, teria sido gradualmente transferida para a Grécia e depois para Roma. Curtius (1996, p. 62) comenta que a ideia da sucessão de um império por outro encontrava sustentação na Bíblia – no Eclesiástico 10:8 (“O poder passa de uma nação para outra por causa da injustiça, da violência e das riquezas”), e em Daniel 2:21 (“Ele muda os tempos e as estações; ele remove os reis e estabelece os reis; é ele quem dá a sabedoria aos sábios e o entendimento aos entendidos”). Essas passagens eram usadas na Europa medieval para fundamentar a *translatio imperii*, ou seja, a ascensão e queda dos impérios e as mudanças de domínio político. A legitimidade do Império de Carlos Magno foi justificada exatamente com base na ideia de *translatio*: o Império Romano estaria sendo transferido para o Império Carolíngio.

Podemos ver a gênese deste conceito na compreensão de “história da salvação” que transpira de *A Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, o que torna nossa hipótese tributária de uma teologia da história que definiu boa parte da noção geopolítica de Cristandade, que pode, presume nossa hipótese, ser flagrada ao longo da história luso-brasileira. Até que ponto os monarcas portugueses estavam cômicos dessa permanência de uma missão espiritual, é algo a se investigar algures.

Em todo caso, parece indispensável pôr em tela a distinção entre a pessoa do monarca e a Coroa; respectivamente, entre o titular do poder e o conjunto de instituições permanentes que ele representa. Em carta a seu pai, datada de 18 de outubro de 1822, pela qual Dom Pedro – recém aclamado mas ainda não coroado – encaminha o Decreto que determina qual seria o Escudo D’Armas do Brasil, se lê [sic] o traço marcante da territorialidade imperial:

Vossa Magestade saberá pelos papéis que remetto inclusos, a alta dignidade a que fui elevado, por unanime aclamação destes bons, leaes, e briosos Povos a quem sou sobre maneira agradecido, por quererem, e de sustentarem a mim, a minha Imperial descendencia, e a dignidade desta Nação, de quem tenho a ventura de sêr Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo; e assim ter a Nação Portuguesa hum azilo certo, nas adversidades, que lhe estão iminentes [...].



Aí se afirmam: a legitimidade da sucessão imperial, restaurada em Portugal desde 1640, malgrado a revolução do conceito dinástico, desconstruído em Vestfália-Utrecht (1648-1707); a tese da origem popular do poder imperial, que não se deve confundir com democracia; e a continuidade da Nação luso-brasileira como sujeito de direito natural. Claramente, essa independência imperial não foi uma típica ruptura nacionalista com o território tradicional – político e simbólico – da monarquia ultramarina. Ao contrário da independência revolucionária, que tentava reeditar o 1776 norte-americano e o 1789 francês, e que acabou dominando o senso comum da diminuta elite de letrados e dos sucessores das utopias jacobinas de 1794, 1798 e 1817, detentora que era daqueles instrumentos simbólicos que impuseram sua narrativa à opinião pública, numa autêntica “invenção de tradições” (Hobsbawn, 2014).

O teor do Decreto, antes de descrever o Escudo Real D’Armas, traz importantes considerandos sobre a territorialidade imperial. Fala de “emancipação política” e da atribuição heráldica de indicar as “características desse rico e vasto Continente”. Porém, o escudo deveria manter as “Armas” do Reino Unido (13/5/1816), “rememorar o primeiro Nome” *Brasil*, “honrar as dezenove Províncias” contidas entre os “dois grandes Rios” [o Amazonas e o Prata] que são os seus “limites naturais e que formam a sua Integridade”. Deveríamos aí ler nas entrelinhas, “integridade da Ilha Brasil”. Manter-se-ia, portanto a “Esfera Armilar de ouro atravessada por uma Cruz da Ordem de Cristo”. O Laço que unia os ramos de café e tabaco – “emblemas da riqueza comercial” – simbolizava a Nação.

A “Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Ha por bem dar Armas ao seu Reino do Brasil, e incorporar em hum só Escudo Real as Armas de Portugal, Brasil e Algarves, para symbolo da União, e identidade dos referidos tres Reinos, tudo na fôrma acima declarada”, delimita o território em sua complexa expressão, física, histórica, simbólica, religiosa, sintetizada na linguagem blasonada, certamente compreendida pelos três Estados de uma Nação que remetia sua origem à restauração bragantina e mesmo à Instauração de Avis, que superou o feudalismo francófilo no século XIV, e impulsionou as Grandes Navegações. Portanto, comunicava-se com os *Povos* em geral, conforme lemos na *Acta da Aclamação do Senhor D. Pedro Pri-*

meiro Imperador Constitucional do Brazil, e Seu Defensor Perpetuo (12/10/1822).
Quais Povos? Os Municípios incorporados em Câmaras de “homens bons”!

[...] Desembargador Juiz de Fora, Vereadores, e Procuradores do Senado da Camara [...] e os Homens Bons que no mesmo tem servido, e os Mesteres, e os Procuradores das Camaras de todas as Villas desta Provincia [...] E achando-se presente a maior parte do Povo desta Cidade e Corte, que cobria em numero incalculável o Campo de Santa Anna, aonde tambem concorrerão os Corpos da primeira e segunda Linha da guarnição desta mesma Cidade e Corte [...].

Uma representatividade no melhor estilo da monarquia tradicional ibérica. O primeiro registro historiográfico desses Concelhos de “homens bons” é do início do século XII. O termo – e seu conceito sócio-político – atravessou os séculos, por vezes chamado “república”, sendo os vereadores ditos “republicanos”, como se vê no *Auto de Demarcação das Villas de Guaratinguetá e São João d’El Rei* (1714); e vamo-lo encontrar em 1767, em São José dos Campos, onde os homens bons eram todos guaianases. Desde a fundação da primeira Vila das Américas, São Vicente, em 1532, as Municipalidades administram os territórios concelhios, trasladando ao Brasil uma tradição camarária muito antiga, que nos impede de ver a monarquia luso-brasileira como rigorosamente absolutista, e muito menos opor seja teórica seja praticamente, esta tradição participativa e corporativa ao desejado constitucionalismo em 1822, ressaltando-se as diferenças relevantes, conquanto acidentais.

A Aclamação de 12 de outubro de 1822 terminou com um *Te Deum*, onde estava representado o clero, completando-se assim todo o Corpo da Pátria – sociedade de sociedades¹. Portanto, no território imperial, *povo* não se opõe a *elite*. Tampouco fazer uma análise dessa sociedade por “classes” será historicamente válido. Cada corporação – Câmaras de Homens Bons, Mesteres, Tropas, Clero, Irmandades... – ordenava-se segundo suas próprias elites e se fazia representar por “procuradores” perante o sucessor legítimo do Trono, o que significava colocar-se na presença de uma autoridade fundada em direito natural, na qual o tempo se comprimia liturgicamente, e o espaço se expandia miticamente. A evidente componente racional – e este é um dos pilares do Direito Natural da Cristandade – desse tipo de governo, profundamente arraigada nas tradições medievais, não precisava ser “ensinada” em academias. Era mais participação por pertencimento do que adesão a uma *identidade nacional*, imposta programaticamente, apanágio de poucos ilustrados, dados a abstrações jurídicas, herdeiros de estrangeirados que advogavam o naturalismo histórico, o cientificismo jusracionalista e o laicismo pedagógico.

A inegável vitória institucional da primeira das independências – não foi há tanto tempo assim – pode ter sido, entretanto, uma vitória de Pirro. Além da própria

¹ Para aprofundamento deste conceito fundamental ao entendimento da representatividade no Império ultramarino e multiétnico, cf. GALVÃO DE SOUSA, José Pedro et alii. Dicionário de Política. São Paulo: TA Queirós,

dívida à Banca inglesa (1825), uma psicologia da dívida no âmbito dos contratos de usura, que substituiu o paternalismo das mercês do vínculo corporativo e do referencial simbólico imperial, reduziu as liberdades humanas, ao passo que multiplicou as liberdades civis, formais. Promoveu elites artificiais segundo o paradigma classista e partidário, e instaurou um latente conflito entre “esquerdas” e “direitas”. Destronou não apenas o Imperador, mas o regime da prudência, substituindo-o pelo da ciência e seu avesso, o improviso. Criou os fetiches de uma democracia nominal e de um sistema jurídico feito de Códigos, inventando “dois Brasis”, o real e o legal. Deu espaço ao arrivismo militante, ao esnobismo cultural francófono e ao pedantismo bacharelesco. Empinou o messianismo de caserna como um “poder moderador” que estava aquém das comprometedoras missões burocráticas, conquanto salvaguardasse as nobres funções aristocráticas da honra militar.

Neste sentido, deve-se inverter a voz “cidadã” que pronunciou o lema da Inconfidência Mineira. Não tanto os árcades de Vila Rica poderiam legitimamente enunciar o *Libertas quae sera tamen*, mas o povo sebástico, súdito do Quinto Império para o Trópico transladado, seria seu legítimo titular. Para reconhecer seus traços mais característicos, seria preciso retomar o conceito de Sertão em seu profundo significado geopolítico, para além do que nos têm legado os mestres da literatura, que o preservaram para o imaginário estético. O território da independência imperial foi este Sertão representado heraldicamente pela esfera armilar.

O contraste da fundação do Império em 1822 com o 15 de Novembro de 1889, feito na calada da noite, é atordoante. “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, **sem conhecer o que significava**. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada”, foram as palavras hoje bem divulgadas de Aristides Lobo. A ênfase é minha. Era o ápice da independência nacionalista, amparada pela respectiva e competente propaganda historiográfica e, obviamente, criação de um compatível imaginário. E aqui vale citar Hobsbawn (1984, p.10):

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico.

Aquele povo sebástico, “atônito” habitante do território imperial, manifestava-se de diversos modos, sendo o mais lembrado pela narrativa nacionalista o fanatismo milenarista que enfrentou a República. Mas o sentido de pertencimento a um finalismo transcendente, a uma teologia da história típica do conceito de Império teve também suas versões ortodoxas de messianismo. Como registra Lilia Schwarcz (1998):

[...] não são apenas os brasileiros miseráveis e desesperançados que aderem ao sebastianismo. Na serra do Caraça, perto de Vila Rica, Spix e Martius se hospedaram na casa de um sebastianista

que parecia estar em uma boa posição social: “O porte de nosso distinto hospedeiro, homem grisalho, era um tanto solene, e, involuntariamente, nos fazia lembrar os quakers. De fato, ele era um dos adeptos do sebastianismo, os quais estão sempre à espera da volta do Rei. Estes sebastianistas, que se distinguem por sua diligência, economia e caridade, são em maior número no Brasil, e, especialmente, em Minas Gerais, do que na própria mãe-pátria”.

Associar o messianismo católico e sincrético de Minas Gerais aos Quakers beira o escandaloso, posto na boca de eruditos como Spix e Martius. Mas ajuda a compreender que as duas independências projetaram dois territórios, isto é, duas cosmologias, duas mentalidades, duas maneiras de narrar a história do Brasil. Uma razão prudencial, vital e mítica, compreensível pelos “povos” de maneira geral, em contraste com uma razão cientificista, apanágio de poucos especialistas, que explicaria a fortuna do Positivismo no Brasil, principalmente depois da onda de laicização da década de 1870. O que as análises do período da Guerra da Independência (1821-1825) subsumem é que apenas esta última e exótica doutrina patrocinava as delimitações de fronteiras geopolíticas e governança moral do território. A naturalização desse paradigma acadêmico de interpretação historiográfica pode ser exemplificada pelo que, elementarmente, disse Hilário Franco Júnior (2008, p.83): “Enquanto a colonização inglesa da América foi realizada por segmentos sociais ‘modernos’, gente que buscava novos horizontes, a colonização portuguesa foi obra de setores ainda ‘medievais’, que pretendiam reproduzir em outro palco, mais amplo e rico, o enredo histórico anterior.” Esta narrativa é capciosa pelo uso unilateral do conceito de “modernidade”; e tem-nos custado caro, pois esconde o contraste entre duas compreensões cosmológico-teológicas da modernidade, legítima apenas uma delas e joga a opinião pública na armadilha conceitual que tudo reduz à oposição entre liberais e conservadores.

Ainda tributários desta simplificação “colônia/metrópole”, dizem Wehling e Wehling (*Formação do Brasil colonial, 1999*), que as tônicas historiográficas ao tempo da primeira monarquia recaíram sobre os “pais fundadores” e os “heróis da nacionalidade”. Tratava-se então de demarcar, no imaginário dos poucos que liam, as fronteiras de uma “jovem nação” independente e era preciso ser didático. Mesmo quando a atenção do historiador recaiu sobre “o povo”, na pena dos que como Capistrano escreveram sobre a independência a partir da década de 1870, acentuou-se a perspectiva cultural, redimensionada pela brusca contorção estética da autoimagem do brasileiro, cuja caricatura lançada na Semana de Arte Moderna apenas venceu, no imaginário republicano, um epidérmico folclorismo sobre o Sertão. Era a vitória final sobre a independência imperial.

A luta entre as duas independências pelo imaginário brasileiro vinha de longe, e teve alguns pontos notáveis: a Lei das Municipalidades, de outubro de 1828, as Leis do Ato Adicional (1832; 1834), a fundação do IHGB (1838), na esteira da revolução de 7 de abril de 1831, que expulsou Pedro I da Capital Imperial, cabeça do território brasileiro.

A ressignificação da imagem de Pedro I foi também estética. Paulo Knauss (2010) nos dá um dos lances desse jogo, ocorrido em 1862: “a estátua equestre de d. Pedro I [...] abriu a era da escultura cívica de lógica monumental que mobilizava a sociedade em torno do culto da nação”. Obra patrocinada por Dom Pedro II, significou o incremento da orientação do espaço público pela mentalidade romântico-liberal, mediante um monumento que celebrava meio século de independência nacional. Mas de qual das duas? A organização territorial segundo o azimute dado por esse símbolo da pátria, que entrava na era do bronze, é bem atinada por Knauss:

A implantação da obra de arte pública colocava a imagem do imperador de frente para a rua da Imperatriz, dirigindo-se para o portão principal da Academia Imperial das Belas-Artes, na outra ponta da rua. De outro lado, a rua 7 de setembro, com a data da Independência do Brasil conduzia até a praça da estátua, estabelecendo a ligação com a antigo largo do Paço, onde se localizava a sede de governo e a região mais frequentada da cidade. A escolha do local e da posição da peça, evidentemente, não foram aleatórias e acompanhavam o plano de remodelação daquela área urbana, que se transformaria na praça da Constituição, tendo a escultura monárquica ao centro.

A linguagem simbólica dos monumentos era eloquente. Um verdadeiro berço esplêndido de mananciais cívicos que em 1862 apareceram personificados como indígenas no bronze da primeira escultura pública do Brasil, sintomaticamente inaugurada na Praça da Constituição. Os lugares de memória no território têm genealogia. Segundo Meneses (1998), esta chamou-se primitivamente *Grande Rossio* e depois *Campo dos Ciganos* até a construção da igreja de Nossa Senhora da Lampadosa em meados do século XVIII. Dito *Campo da Lampadosa* denominou-se mais tarde pelo povo *Campo do Polé*, desde 1808, quando a Justiça da Corte no Rio de Janeiro ali instalou um pelourinho. Em 1821, instado a jurar a Constituição portuguesa, o Príncipe Regente Dom Pedro projetou sobre o lugar, desde a balaustrada do Real Teatro São João, o título de *Praça da Constituição*, que a República alterou para *Praça Tiradentes* no afã de recuperar a memória do alferes-mártir executado ali perto. A magia da simbolização fazia os quatro rios do éden nacional ali representados nascerem na Capital imperial.

Esta forma de monumentalização do território conceitual de Império é uma espécie de expansão heráldica. No caso do Brasil, ela foi confirmada pela transmigração da Família Real em 1808. Como disse acima, houve aí uma *translatio Imperii*, abundantemente materializada seja na esfera armilar, seja na serpe da Casa de Bragança, consumada pela estátua equestre de Dom Pedro I, já um tanto gravada pelo vezo liberal afrancesado (Knauss 2020).

Sistematicamente, a desconstrução da soberania imperial e sua substituição por uma independência nacionalista criou o Dom Pedro I “despótico e absolutista” de um Gonzaga Duque (1898), rematando a tópica da “colônia oprimida” pela metrópole portuguesa, insuflada pelo romantismo e pelo federalismo. O momento de

agudização do nacionalismo, a década de 1870, iniciou a fase final de invenção de uma brasilidade liberal, laica e progressista, que desembocou na proclamação da República. Mas a produção historiográfica nacionalista, bafejada pela legitimação “científica”, contou com uma série de obras que vão de *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manuel de Macedo (1863), *Lições de História do Brasil* de Luís de Queirós Mattoso Maia (1880), *História do Brasil* de João Ribeiro (1901) e *Epítome de História do Brasil* de Jonatas Serrano, publicado em 1933.

Se havia-se mostrado a que vinha a sanha da “identidade nacional” desde o golpe de Estado de 1832 – episódio a mais no rol das convulsões regenciais –, a retomada do “pertencimento imperial” em 1840 fez os gestos revolucionários recuarem para trincheiras culturais e econômicas, até a nova investida política dos anos 1870. Quando Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, desceu pelo Caminho Novo de Garcia Rodrigues para encontrar seus juízes na Capital imperial, não sabia que seria transnificado como mártir do nacionalismo anacrônico e posticho 100 anos depois. A Praça Tiradentes passou a fazer parte do loteamento ideológico do espaço público republicano em 1890, num ajuste terminológico no *mundo lusíada* antes editado em Londres por Hipólito da Costa.

A criatividade republicana, de fato, foi de uma militância toponímica incomparável. Além do tratamento de “cidadão”, e das saudações “saúde e fraternidade” trocadas entre os novos donos do poder, mudaram-se os nomes de antigos povoados nos sertões da Cristandade – normalmente designados pelos seus oragos fundadores ou pelas matrizes, não menos sagradas, da língua comum do Brasil – pelo acréscimo de sufixos como *-ândia*, *-polis*, *-ina*, e respectivos gentílicos árcades. Essa nova cartografia semântica dispensava as venerandas histórias locais, e o referimento federativo dos municípios renomeados às capitais estaduais foi eficiente engenharia social na geopolítica do barrete frígio. Essa “política dos governadores” iniciada no vocabulário da elite burguesa bem antes da proclamação da República talvez nos leve a pensar que não foram tanto os fastos do autoritarismo militar, mas os fastos das assembleias estaduais que operaram a transferência do *axis mundi* brasileiro da Capital imperial para a Capital nacional.

Os que passaram pela “noite da agonia” tiveram sua vingança. Recordemos: a 12 de novembro de 1823, Dom Pedro I fechou a Assembleia Legislativa que produzia uma Carta liberal e nacionalista, e outorgou em 25 de março de 1824 uma Constituição que previa a sucessão dinástica, o Poder Moderador, a centralização em torno da Corte são-sebastianista, numa evidente construção centrípeta do território imperial. Esse tipo de espacialidade foi mais que geográfico; foi também simbólico-heráldico e histórico-mítico. O três pilares sociais que avalizaram este imaginário foram: uma Cristandade de padroado bem organizada em bispados, paróquias e suas irmandades adjuntas, que se expressou em Cartas Pastorais, sermões e um calendário de festas litúrgicas disciplinador da mentalidade popular; um regime representativo camarário, cuja elite de “homens bons” assegurou – principal e inicialmente no Sudeste – a adesão dos povos ao que o Príncipe significava, expressa nas liturgias próprias da vereança; e uma bem sedimentada força militar de tropas de segunda linha, veterana das guerras no Sul, mas cuja doutrina de defesa do território imperial

datava seu regimento dos tempos de Dom Sebastião.

O cabo-de-guerra que se armou ao longo da sequência das investidas liberais “centrífugas” tem sido recorrentemente evocado na historiografia do território brasileiro, no papel que militares e civis desempenharam na construção de uma identidade nacional, e na configuração da opinião pública a respeito do que veio a “ser” a constelação conceitual do Estado: *soberania, fronteira, elite, povo, desenvolvimento e segurança nacional*. Enfim, lembremos que a chamada Guerra da Independência (1821-1825), que retardou a adesão de Províncias como Pará, Bahia, Piauí e Maranhão ao Império, não foi declarada contra o Portugal venerável das Quinas e da Esfera Armilar, mas contra as Cortes liberais do Porto, que mantinham Dom João VI refém em seu próprio reino. Essa estratégia acabou forçando o retorno de Dom Pedro, usualmente explicada pela artificiosa oposição entre seu constitucionalismo e o miguelismo “absolutista”.

Das liberdades locais, dos governos tradicionais, tudo se poderia dizer, menos serem vassalos de um regime absolutista, senão – e com reservas – no período pomбалino. Que aliás foi epítome do nacionalismo anti-imperial, persecutório das tradições do antigo regime luso, artífice da modernidade cientificista quanto à concepção de território, limites e defesa. Seu progressismo iluminista negava a teologia política do sacro império de mil anos, assumido na restauração de Vila Viçosa (1642). A respeito da territorialidade imperial, é interessante considerar de relance o arcabouço heráldico deste imaginário restauracionista. Diz Jaelson Bitran Trindade (2020):

[...] entre meados do século XVII e meados do XVIII, no meio eclesiástico das ordens religiosas (jesuítas, franciscanos, agostinhos, cistercienses, carmelitas etc.) e do episcopado, houve a adoção progressiva do símbolo imperial, a águia bicéfala, atributo do Império Cristão, do Sacro-Império Romano Germânico. Entretanto, em campo religioso, essa águia imperial do tempo do Barroco aparece despojada de insígnias políticas (espada, cetro, globo), adornando altares, ostensórios, arcos-cruzeiros, fachadas de templos, portas, cúpulas, paredes, púlpitos, lavatórios sacros, esculturas e pinturas da Virgem e do Menino, vestes litúrgicas, etc.; relacionada, portanto, ao culto e aos dogmas da fé católica – nas obras artísticas, muitas vezes, a associação entre a dupla águia e a unidade carne-espírito, humano-divino, princípio axial da fé católica, representada pela Virgem-Mãe e o Cristo é indicada de forma direta.

A *nacionalidade* jusracionalista dos Estados autônomos reagiu a esse restaurado Império Universal, território de um pertencimento histórico, uma pátria com seu centro simbólico em Jerusalém – e seus deslocamentos simbólicos, como Constantinopla, Roma, Lisboa... Mas o símbolo da união dos poderes espiritual e temporal, restabelecido no tempo do Barroco no território império restaurado luso-brasileiro não está apenas da águia bicéfala da heráldica, mas na arquitetura do Palácio de Mafra, erguido por Dom João V, com o ouro do Brasil, uma réplica do Jerusalém

Celeste, descrita no Livro do Apocalipse. A dualidade de comando – espiritual e temporal – não foi apenas simbolizada pela águia bicéfala, ou pelo partido octogonal do Templo de Salomão reconfigurado na Charola do Convento de Cristo em Tomar, mas pelo selo da Ordem do Templo, com dois cavaleiros no mesmo cavalo. A criação do Templo por São Bernardo, em contraste místico com o centralismo jurídico de Cluny, que se patenteou na criação do Reino – Ourique, Alcobaça, Tomar... de um lado, e o eixo Santa Cruz de Coimbra/Sé de Braga/Cúria Romana, de outro – certamente nos levaria a reexaminar a monarquia tradicional portuguesa como um Império dual.

Mediante monarquias absolutistas, o nacionalismo atacou este imaginário e aquela universalidade, representada pela águia bicéfala coroada, que simbolizava a unidade dos poderes espiritual e temporal, caráter singular do Sacro Império Romano Germânico desde sua fundação por Carlos Magno, ao ser coroado pelo Papa Leão III no Natal do ano 800.

O conceito de “monarquia universal católica”, *Res publica christiana*, bem como seu escopo apostólico, missionário, prosseguiram vivos durante o Império de Carlos V (1519-1556), conhecendo um momento epigonal na União Ibérica (1580-1640). Em contraste, algo deveria ser dito a respeito do crescente ideário absolutista francês, que em vários momentos desde o fim do Medievo – não sendo as reivindicações de Francisco I, Henrique II e Francisco II de menor relevância –, desembocaram em obras como o *Discurso sobre a História Universal* (1681) de Bossuet. De fato, a tese do absolutismo de direito divino, de origem protestante, não deixou de ser combatida pelas doutrinas salmanticenses e conimbrenses, mesmo que fossem assumidas por católicos como Bossuet, Richelieu etc. Muito se haveria de dizer sobre a formação da mentalidade de cálculo e exatidão matemático-astronômica no bojo da cosmologia galileu-newtoniana que se projetou sobre as então novas concepções cosmográficas e geopolíticas do nacionalismo de Vestfália, que definiu as cabeças coroadas a serem cortadas. Mas este artigo deve ressaltar os aspectos morais e espirituais do conceito de “território imperial”, simbolizados na heráldica da *translatio Imperii* de 1808, consumada em 1822.

O estatuto teológico político do Sacro Império, amparado nas doutrinas do Direito Natural forjadas em Salamanca e Coimbra na esteira do tomismo, prolongou-se nas *Ordenações*: Afonsinas (1446); Manuelinas (1512) e Filipinas (1595). Os ataques revolucionários a esta concepção teleológica ordenadora da sociedade se fez pela imposição a ferro e fogo de Códigos jusracionalistas ao Direito Internacional, e pelo protagonismo de Companhias de Comércio francesas, holandesas e inglesas. Como esclarece Vinícius Silva Conceição (2021, p.5), o conceito de “ordenações”, desde as de Dom Afonso V, indica

Uma ordem que, pela retórica do texto, não está no futuro, mas no passado. Portanto, Afonso V quando ordena, não manda ou impõe - como sugeriria a sinonímia de nosso léxico atual. Na lógica conservadora que transpira de cada fôlio, ordenar significa restaurar a ordem que se desordenou pela prática social do modelo político virtuoso pretérito. A multiplicidade de fontes do

direito do reino e de autoridades competentes para solucionar conflitos em cada esfera jurisdicional não ameaçava a autoridade régia. Ao contrário, reforçava-a, na medida em que essa pluralidade era assumida pela voz régia.

De fato, a unidade territorial do Império ultramarino e multiétnico a que a Província, depois Estado do Brasil pertencia comportava diferenciações enormes, formando um ecúmeno universal, com sua unidade analógica, cuja desconstrução está bem reportada pelas *Réflexions sur la monarchie universelle en Europe*, de Montesquieu, editadas em 1734. A compreensão de “território imperial”, obviamente, pressupunha a governança de alteridades e a decorrente conceituação de fronteiras difusas.

A *translatio Imperii* construiu seus monumentos. Como ensina Le Goff (1990, p. 535), a “palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...]”. Em face desse conceito, o historiador apresenta o “termo latino *documentum*, derivado de *docere* ‘ensinar’”, levando-nos a estabelecer um diverso procedimento narrativo, seja uma interpretação de monumentos seja uma análise documental, o que permite estender o contraponto epistemológico às produções historiográficas das duas independências.

Ora, ao “perpetuar a recordação do passado”, o monumento é capaz de presentificar, à semelhança do *mithós*, o solo originário de um povo, extrapolando os parâmetros cronológicos impostos pela ciência histórica. O intérprete de monumentos posta-se no futuro do pretérito, para ser capaz de colher a permanência do presente, enquanto o historiador coloca-se no pretérito perfeito de um modo necessariamente arbitrário e determinado pela razão instrumental de sua época. A intencionalidade do monumento supera a objetividade do documento, e não foi gratuito que o uso desse último termo como “prova” científica começou na França cartesiana do século XVII, e o fez em acepção jurídica, baldeando-se ao campo da historiografia por meio do positivismo do século XIX. Parece claro que o sentido de pertencimento a um território definido pela abrangência monumental de um evento explique a adesão popular à independência imperial; ao passo que os recortes territoriais promovidos por narrativas “científicas” chanceladas por especialistas está na origem das independências nacionalistas e da alienação dos povos da governança nacional.

No afã de criarem-se fronteiras nacionalistas, quase toda a produção dos chamados brasilianistas – como Morse e Conniff, Boxer e Russell-Wood, Skidmore ou Warren Dean – usa o conceito de *sistema colonial português* de um modo tão naturalizado, que se é levado a “concluir” ser esta sua principal mensagem: “o Brasil foi colonizado por uma perversa e incompetente metrópole católica.” Esse périplo de modernização identitária disputou o território político e cultural com a tradição do Império sebástico, e acabou vencendo mediante a série de golpes dados na Monarquia.

O leitor contemporâneo tem alguma dificuldade para entender um conceito

como o de *translatio imperii*, dada a crítica cerrada que, desde os cânones da historiografia científica, se faz à compreensão providencial da História. Ademais, os meios hegemônicos de divulgação recente da história associam império e absolutismo, de modo errôneo. Por seu lado, o povo normalmente é súdito e religioso, duas condições para perfazer um “homem bom” capaz de ser eleito pela comunidade para o serviço público.

Sobre as origens do Sacro Império transplantado ao Brasil, recorde-se que na aurora da nacionalidade portuguesa, Dom Afonso Henriques enfeudou Portugal em dupla vassalagem, em 1142, a São Pedro em Roma e a Santa Maria de Claraval – devoção de São Bernardo, primo do primeiro rei português. Toda a expansão marítima promovida por D. João I, o Mestre de Avis, foi posta sob o signo da Cruzada. O Infante Dom Henrique, grão-mestre da Ordem de Cristo, colocou os descobrimentos sob o patrocínio da Virgem Maria e dos Santos Reis Magos. Em Santa Maria de Belém, iam os navegadores encomendar-se à Virgem antes da partida, e ali retornavam para agradecer. Funchal, a capital da Madeira, foi a sede da primeira diocese de Ultramar, criada em 1514, sob o patrocínio da Conceição de Maria Virgem. Todo o Ultramar: África, Índia, Ásia e Brasil. O território místico e simbólico do Império estava dado, e não havia porque não decorrer dele o exercício do poder legítimo.

A consagração do território ultramarino à “Rainha do Céu e da Terra” levava Dom João IV a renunciar à unção imperial, que só foi restaurada no Brasil, na pessoa de Dom Pedro, pelo representante do Papa, o bispo, legitimação endossada pela aclamação popular, como acima vimos. Por isso Dom João foi aclamado Rei, mas não coroado, mas seu filho Pedro foi ungido e coroado “Imperador”, mudança essa a ser entendida como reação ao desbarato do território imperial europeu, cuja culminância foi o período revolucionário de 1789 a 1815, em parte do qual Napoleão esteve ilegitimamente com o título. Não deve ser mera coincidência que a aclamação de Dom João IV, em 1646, tenha-se dado no mesmo 1º de dezembro que a coroação e sagração de Dom Pedro em 1822.

Como recorda Ferreira (1980), o Brasil, a rigor, nunca foi “colônia”, conceito que só tem sentido na pauta de uma historiografia pós-iluminista e de uma filosofia progressista (dialética ou não) da história. A literatura sobre o território de Ultramar nos oferece termos como “praças”, “feitorias” e fortalezas”, “domínios ultramarinos”, ou “conquistas”. A Índia e o Brasil foram chamados de “Estados”, sendo o Brasil, em 1815, elevado à categoria de “Reino”, como era o Algarve desde a sua incorporação em Portugal ao tempo de D. Afonso III (1249). A ideia de uma “colônia” como lugar subalterno regido por leis especiais, objeto territorial sem outra dignidade senão a funcionalidade mercantil, que legitimaria um ato revolucionário de insubmissão “nacionalista” não parece corresponder à série histórica de construção do ecúmeno ultramarino por Portugal. Neste sentido, a elevação a Reino Unido trouxe uma emancipação efetiva, que tornaria ociosa e redundante a “independência nacional”.

Esta integração ecumênica dos grupos humanos às paisagens e comunidades pode ser bem defendida. Entre outros argumentos, trazendo à tela o conceito de patrimônio. O território do Brasil foi patrimônio da Ordem de Cristo desde a chegada

de Cabral. O monarca português era desde o século XV, o administrador e mestre supremo desta Ordem, dignidade que chegou até Pedro I, como se lê no Decreto de Dom João VI, de 13 de maio de 1825:

Sou também servido, como Grão-Mestre, Governador e perpétuo Administrador dos Mestrados, Cavalaria e Ordens de Nosso Senhor Jesus Cristo, de São Bento de Aviz e de São Tiago da Espada, delegar, como delego, no meu dito filho, Imperador do Brasil e Príncipe Real de Portugal e Algarves (D. Pedro I do Brasil e D. Pedro IV de Portugal), toda a comprida jurisdição e poder para conferir os benefícios da primeira ORDEM (DE CRISTO) e os Hábitos de todas elas no dito Império. (Apud Ferreira, 1980)

Poucos títulos podem representar tão bem o tipo de domínio imperial sobre o território do que este. A concepção tradicional de uma sociedade de sociedades, corporações de ofício e ordens militares, irmandades religiosas, senados das municipalidades e unidades produtivas relativamente autônomas, procurou sua expressão simbólica fosse nas representações heráldicas, fosse nas faces das moedas. Assim se lê no Assento de 05 de janeiro de 1695, que define a moeda cunhada pela Casa da Moeda de Salvador, para circular no Estado do Brasil:

Resolveu o sr. Dr. João de Lencastro, governador e capitão-general deste Estado [do Brasil], com o Doutor João da Rocha Pita, superintendente da dita Casa [da Moeda], que se seguisse aquela forma, que abaixo se mostrava, a saber: que de uma parte da moeda estivessem as armas reais e na circunferência delas as letras Petrus II Dei Gratia Portugaliae et Brasiliae Dominus, [Pedro II pela Graça de Deus Rei de Portugal e Senhor do Brasil]. E no reverso da dita moeda, a Cruz da Ordem de Cristo, com a esfera do meio e entre os claros dos braços da cruz esta legenda SUB QUO SIGNO NATA STABIT [Sob cujo signo nasceu e permanece].

Morto Dom João VI em 10 de março de 1826, em 15 de maio de 1827, o Papa Leão XII assinou a Bula concedendo ao Imperador do Brasil o Grão-Mestrado da Ordem de Cristo, o que confirmou a natureza da independência do Brasil, antes de mais nada, como um processo de *translatio imperii* e não de ruptura nacionalista. O processo de negação deste pertencimento imperial foi, entretanto, pertinaz – em 1843 as Ordens Religiosas Militares foram declaradas honoríficas, e extintas em 1889 –, e no plano historiográfico a cooptação lexicográfica começa já com a publicação da História do Brasil de Robert Southey. Aí, observa Ferreira (1980, p. 139), se leem pela primeira vez os termos “‘colonial’, ‘colônia’, ‘metrópole’, não existentes na linguagem histórica, isto é, na linguagem dos documentos do período lusobrasileiro (1500-1822), introduzidas em 1810 na sua ‘History of Brazil’ pelo escritor inglês Robert Southey.” Poeta romântico operando em favor do projeto liberal que

a Inglaterra traçou para Portugal, Southey introduz uma filosofia da história evolucionária, naturalista, cujo postulado básico é o de que há povos inferiores a outros em dignidade, corolário do que, se legitimou a dominação de nações “civilizadas” sobre nações “primitivas”. Daí, a oposição colônia/metrópole se impôs ao padrão historiográfico, dando força à tese da independência nacionalista.

Ademais, o referencial liberal de Southey significava uma superação da pecha “medieval” do catolicismo ibérico, palatável à elite ilustrada que foi recrutada para a construção da estrutura burocrática e administrativa do novo Estado. Vejo aí o nascimento do paradigma historiográfico nacionalista no Brasil, que em suas várias versões – às vezes antitéticas –, postula uma dinâmica histórica como contradição entre colônia e metrópole. Par dialético essencialmente revolucionário, tem comportado narrativas progressistas, que essencializam de diferentes modos o binômio senhor/escravo; tanto quanto narrativas igualitárias que entendem o processo histórico como fruto da imanente contradição das sociedades materialmente consideradas “em evolução”. Não é meu propósito debater a validade destes protocolos bem arraigados na noosfera acadêmica atual, que no Brasil tem sido referenciados ao “pioneirismo” de Caio Prado Jr. (1942; 1945).

Entretanto, esta chave de leitura historiográfica não nasceu com Prado Junior. Ela transitou da economia para os estudos históricos desde Adam Smith, em chave moral, reforçada pela necessidade de se formar o imaginário específico da independência dos EUA em 1776, ano em que o moralista escocês publicou *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. No capítulo sobre as “colônias”, aparece a tipologia forjada sobre a observação de que “as instituições políticas das colônias inglesas têm sido mais favoráveis ao desenvolvimento e ao cultivo dessa terra” por serem menos “iliberais”. Mas foi com o historiador alemão Arnold Heeren (*Manual sobre a História do Sistema de Países Europeus e suas Colônias*, 1817) que a tese ganhou corpo, desenvolvendo-se com Wilhelm Roscher (1856) e Leroy-Beaulieu (*De la colonisation chez les peuples modernes*, 1902). Caio Prado Junior cita este último em sua *História econômica do Brasil*, praticamente inaugurando um vezo da historiografia nacional, estigmatizada pela imagem do Trópico subdesenvolvido, eticamente inferior devido ao catolicismo, e politicamente anacrônico graças ao “iliberalismo” autoritário do “absolutismo” colonialista.

Nesta pauta, tem-se escrito o discurso da “independência nacional”, com heteróclito imaginário em que o lugar simbólico do Imperador foi sucessivamente ocupado por titulares ilegítimos, sem compreensão do tipo de poder político atribuído a Dom Pedro. Nem o mais acirrado nacionalismo republicano foi capaz de dar legitimidade a uma soberania carente de tradição genuína.

Desta maneira, nossa hipótese pode sustentar que o Brasil independente herdou de Portugal uma forma de governo que se chamou “monarquia tradicional”, embora o constitucionalismo haja-se imposto de cima para baixo por força das circunstâncias dadas pelas guerras napoleônicas e as intervenções inglesas. Com efeito, garantiu-se uma representatividade para inglês ver à sociedade brasileira, menos pela estrutura liberal da Assembleia – mais um exotismo – do que pela vigência resiliente do espírito camarário municipalista, pelo vigamento laboral das corpora-

ções de ofício e militares, e pela malha da jurisdição eclesiástica, como acima falei. O fundamento tomista deste “regime misto” foi sempre lembrado pelos analistas da monarquia tradicional, como Barbuy (2010), em geral remetendo a Santo Tomás de Aquino, em *Do governo dos príncipes*. Também na sua *Suma Teológica* (Ia, IIae, q. 105, art. 1º) se lê:

A boa ordem governativa de uma sociedade requer duas condições. A primeira é que todos tenham uma parte no poder, visto ser garantida assim a paz do povo e toda gente estimar e defender esta organização. Além disso, que um só homem seja estabelecido no poder e presida a todos, tendo abaixo dele alguns homens que dirijam em razão de seu valor e que sejam eleitos de entre todos ou que ao menos todos possam elegê-los.

O avanço paulatino do conceito de independência nacionalista iniciou um processo de partidocracia que se mostrou eficaz já a partir das Regências. No entanto, importa perguntar pela construção de seu imaginário e pelo papel das narrativas históricas nisto.

O próprio cerimonial religioso empregado na sagração e coroação do príncipe foi algo que não havia em Portugal desde a restauração bragantina (Oliveira, 2007). Embora não haja incompatibilidade de princípio entre Império e democracia ou com constitucionalismo – a antiquíssima tradição concelhia das Municipalidades lusas o mostra –, na prática esta possibilidade não se perenizou no Brasil independente, antes declinou desde 1828. Não obstante, o cerimonial da sagração e as insígnias do primeiro imperador do Brasil foram dotadas de um alcance pedagógico plenamente justificável.

Desde a queda da Bastilha, em 1789, a Monarquia portuguesa temia por aquilo que lhe dava sentido providencial: a unção sacramental do Imperador, então representada palidamente pela Áustria, e praticamente extinta com a derrota de Austerlitz (2/12/1805) após a usurpação de Bonaparte, que se autocoroou em 2 de dezembro de 1804, na Catedral de Notre Dame, retirando a prerrogativa do Papa Pio VII de ungir o Imperador. Já no grande Portugal, o messianismo político vinha de antes do século XVII, do Padre Vieira em sequência dos mitos fundadores da pátria portuguesa: a cristofania de Ourique na origem da nacionalidade, e o sucesso de Aljubarrota, que fundou a dinastia de Avis, tendo o Condestável Nuno Pereira à testa. Passando pelo sebastianismo de Vieira, a ponta de lança dessa história providencialista foi a Constituição outorgada em 1824, estruturada sobre o Direito Natural e das Gentes, como afirma Frei Francisco de Jesus Sampaio, no sermão da Missa da Sagração de Pedro I, num 1º de dezembro como o da restauração da soberania lusa na pessoa de Dom João II, Duque de Bragança, que reinou como Dom João IV. A ordem fundamental da monarquia tradicional estava assegurada: regras consuetudinárias da sucessão dinástica com escopo místico-escatológico.

Se Dom João VI foi o intérprete da sucessão imperial nos planos econômico e cultural, premido por circunstâncias da guerra na Europa, Dom Pedro terá sido o titular da dignidade imperial, sustentada pelo aparato religioso, jurídico-político

e militar. Em 12 de outubro de 1822 foi aclamado pelos Povos Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, e em 1º de dezembro, sagrado e coroadado Imperador. Presidiu a cerimônia o mesmo Dom José Caetano da Silva Coutinho, e o orador foi o Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, o mesmo que redigiu a proclamação do Fico. O Sermão foi publicado no Regulador Brasileiro (n.21) com epígrafe tirada do Livro dos Reis (Rs 1, 45) que relata a unção de Salomão Rei de Israel, por decisão de Davi, mediação do profeta Natan e ofício do sacerdote Sadoc. Sampaio exordia:

Nunca a Religião se apresenta com maior soberania, com todos os atributos do seu Poder, e de sua gloria do que quando os Reis, os Poderosos do mundo, conhecendo sua fraqueza, vão procurar aos pés do altar essa força, que nem o nascimento, nem a política, nem o entusiasmo dos povos lhes pode comunicar.

Sampaio, logo naquela epígrafe, liga a unção de Pedro I à dos reis de Israel, tornando-o representante do Altíssimo perante a nação brasileira que vinha à luz. Essa compressão do tempo histórico na lógica do mito é pouco entendida pela epistemologia historiográfica atual, pois exige fazer-se uma distinção entre permanência (tradicional) e duração (conservadora), item relevante da hipótese das duas independências. Com efeito, Jacques Le Goff (1990, pp. 305-306) é da opinião que a contagem mítica do tempo histórico possibilitou uma “tentativa de periodização ‘política’ da história e, ao mesmo tempo, um esboço de descrição e interpretação da evolução histórica, do ponto de vista político e cultural”. A *translatio*, desta maneira, não seria apenas espacial, mas temporal, deixando no passado as “civilizações [...] bizantina, a muçulmana, as asiáticas”, e também teria consistido numa tradução do centro do mundo em termos do Português, neolatino inaugurado ao tempo de Dom Dinis. Um novo Pentecostes para quem soubesse ler a mensagem do Império espiritual.

Mas que sentido dar ao termo “império” aqui?

Uma investigação do processo político da Independência a partir da hipótese apresentada deveria também perguntar pelas razões do título “Império”, atribuído apenas informalmente à *commonwealth* portuguesa, que sempre se autoproclamou “Reino” nos documentos políticos, administrativos e diplomáticos. A busca, creio eu, deveria apontar mais uma vez ao conteúdo mítico do termo. Remeteríamos a pesquisa ao significado de uma espiritualidade do Império do Espírito Santo, que nasce juntamente à Ordem de Cristo (1319), de fundo templário, com sede em Tomar, e em sucessão “dinástica”, pela Companhia de Jesus. O papel da Rainha Santa Isabel, aragonesa, na fundação do movimento espiritual em Alenquer – primeiro convento franciscano de Portugal –, é assim um reforço ao de seu marido, Dom Dinis, na fundação da *Ordo Militiae Jesu Christe*. A “missão” de Portugal seria a busca do Paraíso Perdido, onde se manifestaria a Nova Jerusalém, vencendo o Leviatã dos mares, “dilatando a fé e o Império”.

Por força disso, a *translatio imperii* não teria seu marco inicial no Sacro Império Romano Germânico de Carlos Magno, mas no próprio “Império” do Rei Davi,

como pré-figura do Cristo-Rei. Aliás, na Academia Palatina (*translatio studii*) fundada por Alcuíno de York em Aquisgrão (780), Carlos adotou o cognome de Davi. O Filho do Homem viria como o relâmpago que brilha do Oriente até o Ocidente, isto é, o Brasil. O que explicaria, a fortiori, o investimento da Ordem de Cristo na Província de Santa Cruz, bem como a sua sucessão jesuítica, operada por Dom João III, o patrono de Inácio de Loyola.

Esse investimento deu-se em termos de “reconquista”, falhada em Jerusalém – o centro do mundo –, mas exitosa na Península Ibérica. O partido arquitetônico octogonal do Templo de Salomão foi de fato transferido para Tomar, buscando sempre o Ocidente – caminho do sol de justiça – sendo a Terra da Santa Cruz o novo Al-Gharb, no qual se criou em 1548 o Estado do Brasil, e em 1645, o Principado do Brasil, antecipações do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, de 1815. Se o pequeno Israel de Davi (“menor entre as Nações”) havia permanecido no pequeno Portugal, o povoamento da Quarta Parte da Terra na Província de Santa Cruz parecia anunciar o cumprimento de uma profecia, a materialização de um império espiritual, profetizado na forma de um Quinto Império, que é componente essencial da hipótese aqui esboçada.

O Quinto Império designa uma concepção messiânica da história, que foi atualizada no século XVII pelo Padre Antônio Vieira, no contexto da restauração bragantina, da expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro e de Angola, e de um surto de consciência nativista nessas províncias do Ultramar português. Suas raízes remontam à profecia bíblica de Daniel, retomada por Santo Agostinho n’A Cidade de Deus. A teologia da história de Agostinho recebeu diversas interpretações, uma das quais deveu-se ao abade cisterciense calabrês, Joaquim de Fiori, que no século XII concebeu uma forma de milenarismo cristão, acolhido mais tarde pelos chamados “espirituais” franciscanos, crença muito divulgada em Portugal ao tempo da Rainha Santa Isabel.

Nesse horizonte místico, a história mito-política portuguesa concebeu o “milagre de Ourique”, uma cristofania que teria conduzido o primeiro rei português, Afonso Henriques, à vitória decisiva contra os mouros em 25 de julho de 1139, dia de São Tiago (el matamoros). Essa cristofania como que reeditava a de Constantino em Ponte Mílvia (312), espécie de data de nascimento do Império Romano em sua nova perspectiva teológica cristã, dando-lhe autoridade e projetando o que seria, no Natal do ano 800, a coroação de Carlos Magno pelo Papa Adriano I. Em todo caso, em Ourique combateu o mestre templário, Dom Gualdim Pais, o que terá consequências, quando Vieira associar o Portugal Ultramarino à territorialidade desse Quinto Império cristão, e Dom Pedro I assumir o papel de sucessor dessa dignidade escatológica.

As várias – e discrepantes – “genealogias” europeias da *translatio Imperii* normalmente se explicam pela natural vontade das chancelarias de encarecer o monarca reinante, legitimando seu poder, como se vê em Le Goff (2005); mas o essencial aqui é o horizonte mitopoético dado ao pensamento político, e não a sucessão cronológica, que é puramente acidental na constituição de um território simbólico, espaço que se define pela simultaneidade impactante e maravilhosa da hierofania. Também fundamental no conceito de quinto império é sua semelhança “multiétnica” com os demais quatro (Assírio, Persa, Grego e Romano) da interpretação agostiniana da Profecia de Daniel. Os Impérios multiétnicos seriam um ensaio da unidade e paz

entre as nações, algo messiânico que só se terá consumado na efusão espiritual de Pentecostes, que fundou a Igreja em seu escopo católico, isso é, universal, restaurando o que a desobediência de Babel produzira na simbólica dispersão das línguas. Ora, o Império Ultramarino português conseguiu reunir as quatro partes da Terra sob o signo vitorioso da Cruz, unidade multiétnica simbolizada pela esfera armilar.

No Sermão de Ação de Graças pelo Nascimento do Príncipe Dom João, pregado por Vieira na Catedral de Salvador da Bahia em 1688, encontra-se uma súplica do projeto profético do Quinto Império. Já em 1690, Frei Antonio Brandão (Terceira Parte da Monarquia Lusitana), reportava o teor das palavras de Cristo ao monarca fundador, no que ficou conhecido como Juramento de Ourique: “[...] Eu sou o fundador, & destruidor dos Reinos, & Impérios, & quero em ti, & teus descendentes fundar para mim um Império, por cujo meio seja meu nome publicado entre as nações mais estranhas[...]”. O mandato legitimador convinha a sebastianistas e vinha já de um século antes do jesuíta baiano augurar o venturoso futuro do Grande Portugal, porquanto o cartógrafo Dom João de Castro – discípulo do matemático Pedro Nunes – referia-se ao Ultramar simbolizado pela esfera armilar como “Quinta Monarquia” Portuguesa em seu Tratado (1641).

Os antecedentes da restauração da Monarquia Universal na Casa de Bragança não terão sido apenas uma perda de autonomia política e diminuição da soberania sob os Filipes (1580-1640); disseminou-se um sentimento de exílio de Portugal, que terá sido vingado pelo tema do “retorno” à pátria, como de Babilônia a Jerusalém. Rodrigues (2015, p.40, nota 96) enumera mais de 20 intelectuais escritores de memoriais do Portugal exilado, tendo eles mesmos experimentado a saudade da casa em suas vidas. Ademais, a derrota do partido nacional, representado pelo Prior do Crato, Dom Antônio, empurrou a esperança de uma sucessão portuguesa de Dom Sebastião para a esfera do messianismo do Encoberto. Os Bragança, assim, terão encabeçado o mito do retorno ao Paraíso-pátria, não sem uma boa dose de tópicos literários próprios do Renascimento, como o retorno de Ulisses a Ítaca.

A morte do Príncipe João, neto de Dom João IV, em 1688, falecido com meses, frustrou a expectativa messiânica, mas os vaticínios mito-políticos de Castro e Vieira se concretizariam em outro João, que recebeu o título de Dom João V e que efetivamente teve a felicidade de reinar na abundância do ouro e diamantes dos sertões brasílicos, que financiaram a Jerusalém Celeste de do palácio de Mafra, único Paço-Basílica europeu em que o espaço se divide entre os governos temporal e espiritual. Em bora em rápidas pinceladas, o que se disse até agora dá conta das construções do imaginário território imperial na pauta do Clero e da Nobreza, merecendo agora olhar para o Terceiro Estado.

O engajamento popular e o senso de pertencimento a uma história comum tornaram-se realidade no Brasil da reconquista ao holandês. Mais que “nativismo” pré-nacionalidade, o tempo entre a restauração bragantina (1640) e a emigração em massa de portugueses para as minas brasileiras (c.1700), com a vitória de Guararapes (1648) e a Paz de Haia (1661) entre ambas parece coincidir com a sedimentação do imaginário messiânico do Quinto Império, cuja *translatio à Terra da Santa Cruz* parecia a missão de Portugal.

Segundo Michel Vovelle (*Ideologias e Mentalidades*, 2004, pp. 271; 289), “os

traços de um comportamento [...] perduram, com inércia real até nossos dias, quando as próprias condições iniciais desaparecem.” Talvez por isso, romances, canções de gesta, vilancicos medievais, tratando de amor e de guerra sobrevivem na literatura de cordel, assim como o modalismo da música medieval perdurou nas escalas de violeiros e repentistas. O cruzadismo místico e o cantochão do aboio ainda podiam imperar no Sertão, ao tempo das proclamações de 1822, se aceitarmos por exemplo, a leitura que Luis Weckmann (1993) faz da transladação de inúmeros tópicos da mentalidade medieval ao Brasil. Um desses tópicos foi a concepção de centro do mundo.

A construção do imaginário é um gesto arquitetônico semelhante ao do mito fundador. Ora, como bem estudou Mircea Eliade (1992), toda cosmologia se dispõe em torno de um eixo, um *axis mundi* sagrado, que ordena o território a partir de sua eminência virtuosa, sagrada. Isso torna a historiografia uma iconografia, unindo os conceitos de território e monumento num único texto, único discurso, único lugar de memória com capacidade de suscitar analogias e narrativas. Aos monumentos arquitetônicos que simbolizam o centro do mundo, referem-se alguns edifícios de “plano centrado” e planta baixa poligonal com desenvolvimento radial, como se encontra no Templo de Salomão, na Rotunda do Santo Sepulcro, na Charola do Convento de Cristo em Tomar, ou na igreja de São Pedro dos Clérigos, no Rio de Janeiro, demolida para abertura da Avenida Presidente Vargas. Ou a igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, sobranceira à praia de Uruçu-mirim, onde o herói fundador do Rio de Janeiro, Estácio de Sá, foi ferido mortalmente, no dia de São Sebastião, a 20 de janeiro de 1567, falecendo um mês depois. Morreu defendendo um “solo sagrado”, ainda que se prefira dizer que ele estava interessado no monopólio do pau-brasil.

A elaboração histórica desse tipo de territorialidade “de planta centrada” e desenvolvimento radial, no caso do Brasil e mesmo da Ibero América, teve uma forma de missão religiosa, de cruzada aos sertões, que foi mimetizada pela liturgia nacionalista. Tanto Eliade (*O sagrado e o profano*, 1992) quanto Erwin Panofsky (*Estudos de iconologia*, 1995) associam o *centro do mundo* a uma presença, uma permanência, uma solidez, que se encontram de maneira exemplar na montanha, no báculo episcopal, ou no cetro real, enquanto eixo que liga os planos celestial e terreno da realidade. A arquitetura sacra tem levado isso em conta por milhares de anos, estabelecendo cânones de construção e ornamentação monumental. Só muito recentemente, o Ocidente como que “apostatou” desta herança simbólica em nome de valores mais liberais e logomarcas mais funcionais, ainda que não se possa afirmar que os povos em geral tenham renunciado ao seu passado mítico completamente. Um exemplo é o cetro de Dom Pedro I.

A descrição do cetro de Dom Pedro I reza:

Ponteira em ouro cinzelada e gravada com decoração de grinalda de folhas, frutos de carvalho e um molho de folhagens cingido por um listel, terminando em forma de calota. Haste em latão oca e lisa, chapeada a ouro, constituída de seis segmentos articulados. Na parte superior, uma grinalda de folhas e frutos de carvalho. Capitel em forma de campana invertida, ornada por folhagens estilizadas sob ábaco retangular de ângulos seccionados

e moldura de folhas estilizadas. Sobre este, serpe representando as armas da família Bragança, com asas espalmadas, a cauda revirada para cima, boca aberta, língua móvel e farpada e olhos com brilhantes incrustados que foram afixados na época da coroação de d. Pedro II (Museu Imperial, Acervo n.10238).

Sem entrar na autenticidade documental do famoso Juramento de Ourique, tomando-o pelo valor monumental, pode-se afirmar a permanência da Cristofania fundadora de Portugal e de sua missão apostólica na concepção deste cetro. O Juramento termina assim (realce meu):

[...] E que tudo passou assim eu el Rei Dom Afonso o juro pelos Santíssimos Evangelhos de Jesus Cristo, em que ponho a mão. Pelo que mando a meus sucessores, que tragam por divisa e insígnia, cinco escudos partidos em cruz, por amor da Cruz e das cinco Chagas de Jesus Cristo, e em cada um trinta dinheiros de prata, **e em cima a serpente de Moisés, por ser figura de Cristo**. E esta será a divisa da nossa nobreza em toda nossa geração.

[...]

Feita em Coimbra a vinte e oito de Outubro, da Era de Cristo mil cento e cinquenta e dois.

Eu Dom Afonso, Rei de Portugal.

Dom João, Bispo de Coimbra.

Dom João, Metropolitano de Braga.

Dom Teotónio, Prior [de Santa Cruz de Coimbra].

Uma abordagem destas não se pode contentar apenas com documentos, mas com monumentos e emblemas. Além do cetro, a coroa teria algo a dizer em proveito de nossa hipótese.

O simbolismo da coroa imperial concebida para a sagração e coroação de Dom Pedro I resume o mito fundador do Império luso-brasileiro. Desde o octógono da base – sugerindo o Templo de Salomão e a Charola do Convento de Tomar – até os oito semiarcos que à semelhança de folhas de carvalho se encontram num esfera armilar encimada pela cruz da Ordem de Cristo, o desenho de Debret parece ter resumido a *translatio Imperii* planejada por Dom Manoel, imposta pelas vicissitudes do interregno filipino, criada no imaginário sebastianista da restauração, simbolizada na arquitetura de Mafra e realizada por Dom João VI, numa sequência que remonta ao conteúdo místico do imaginário de Avis ao apontar para o resgate do conceito-chave do direito sucessório dinástico: os dois corpos do rei (Kantorowicz, 1998) e indicar a sobrevivência do mito do “Imperador dos últimos dias”, de teor escatológico, que foi atualizado no século VIII europeu numa tradução do Apocalipse do Pseudo-Metódio ao tempo de Carlos Magno (Cavalcante, 2009). O tempo sucedido entre Davi e Carlos Magno, e entre este e a sequência de “imperadores do mundo”, naturalmente, se encurta na simultaneidade mítica, assumida pela monarquia tradicional portuguesa.

Seria interessante interpretar a pessoa do primeiro imperador do Brasil como “a *persona mixta* na esfera político-religiosa, onde era representada principalmente

pelo bispo e o rei, e onde a “mistura” referia-se à mescla de poderes e faculdades espirituais e seculares unidas em uma só pessoa” (Kantorowicz, 1998:49). Suas insígnias – o cetro, a coroa, o manto –, bem como seus palácios e templos, apenas representariam o duplo imortal garantido pela sucessão dinástica. Em apoio à hipótese, deveríamos admitir a distinção suareziana entre as monarquias tradicionais e os absolutismos de “direito divino”, que excluíram o Terceiro Estado (os povos) da trindade nacional: Clero, Nobreza, Povo, e depois romperam – já com Napoleão – o equilíbrio dos “dois gládios” bernardinos, representado pela águia bicéfala.

Outro vetor em que se desenvolveria a pesquisa da hipótese aqui considerada é o da compatibilidade entre o estatuto da organização imperial e as liberdades locais, materializadas nos municípios e suas câmaras de vereança. De fato, sabe-se que, ao menos desde a Dinastia de Avis, as prerrogativas foraleiras, muitas delas advindas do consuetudinário moçárabe peninsular, acrescidas do evidente papel econômico sefardi, fundamental para a afirmação da burguesia lusitana na gesta ultramarina, foram amalgamadas na mentalidade típica do mestiço sertanejo. Não é desconhecido que as elites brasílicas – a nobreza territorial – foi recrutada nesses povos, em sucessão meritocrática, e não em termos de fidalguia feudal.

As estratégias de mobilidade social e exercício efetivo de poder no território imperial ultramarino adequaram-se pois – seria a conclusão esperada – ao esforço econômico, militar ou intelectual, que selecionou sua elite com um critério comprovadamente eficaz num Portugal com pouca população e poucos recursos, que muitas vezes fez vista grossa às “impurezas” de sangue e aos “defeitos” mecânicos do povoador em vista da missão transcendente. Estratégias de casamentos, compadrios e nepotismo, que somadas à matrilinearidade tradicional do indígena Tupi e às virtudes do mercado interno que promovia classes médias de mestiços e libertos à condição de efetivos parceiros do pacto não escrito de Antigo Regime, teriam contribuído para a definição das representações populares basilares da territorialidade imperial, alicerce da Independência que foi silenciada, quando não difamada, pela historiografia nacionalista.

Por outro lado, poder e mitologia política caminham junto na territorialização do Império, devidamente assinalado pela heráldica que pereniza no imaginário o mito fundador da Nação, e pelo qual ele “nasce” perenemente. Um exemplo está na já referida serpe do cetro imperial brasileiro, que era usada desde a primeira dinastia, conforme se atesta: Do texto do *Juramento de Ourique*, retira-se a cifra das 16 dinastias durante as quais vigoraria a especial proteção dos Céus a Portugal, tendo o desastre de Alcácer Quibir abatido o 17º, Dom Sebastião. Assim se compreende que a mentalidade da época se haja lançado na empresa do reatamento com o arquétipo fundacional da Nação durante o interregno filipino entre 1580 e 1640, não sendo desprezível a saga bandeirante na marcha para Oeste como continuação das “navegações”. Por isso, a translação do reinício bragantino em Dom João IV para o Brasil, acabou reiniciando o processo de reestruturação da monarquia universal, devendo-se enfatizar a construção de Mafra e o achamento da imagem de Aparecida em 1717, em torno da qual o 12 de outubro, data de nascimento do sucessor imperial, Dom Pedro, em 1798, dia escolhido para sua Aclamação pelos povos.

Diante deste tipo de abordagem da história das mentalidades, o gesto de fundação do Império Brasileiro como sucessor do Sacro Império nas pessoas de Dom Pedro, Duque de Bragança, e Dona Maria Leopoldina, Arquiduquesa da Áustria, terá atualizado uma territorialidade mítica, um Império legítimo, a defender *manu militari*. E não foi o nacionalismo posticho quem o fez, mas sim a consciência de que o Império – mais que o Antigo Regime decadente, tão “esclarecido” e tendencialmente absolutista – é que podia salvaguardar o horizonte providencial da história luso-brasileira. Com efeito, se os Impérios do Divino e a Cristandade popular mantiveram vivo o pilar religioso dessa monarquia, o Exército Brasileiro, de modo análogo, fez-se herdeiro das tradições corporativas que deram unidade ao território físico desde a reconquista de Pernambuco e da saga de Raposo Tavares.

Como estudou Robert Hayes (*A Nação armada, 1991*), os sucessivos afloramentos da “mística militar”, revelam uma como que “escola de cidadãos” disciplinados e subordinados à paternidade do Rei, integrando-se ao Corpo da Pátria que, nesse caso, incluía o território enquanto o solo sagrado de uma missão transcendente. Não custa lembrar que o recrutamento se fazia por paróquias, e que essas mantinham ritos de pertencimento equivalentes aos militares, reproduzindo em variado grau, o “espírito de corpo” da Cristandade, mediante a “disciplina militar prestante”. Duas “iniciações”, mas uma “*populorum communionem*” bastante diferente do contrato social, mesmo quando se fêz radicalmente nacionalista. Desta forma, mesmo após a invenção da República em 1889, a missão do Exército continuou referindo-se ao messianismo de Guararapes, permanecendo em seu escopo muito do zelo do território imperial.

O que nos leva de volta à obra de Gustavo Corção, a fim de encerrar esta exposição da hipótese das duas independências. Para Corção, o patriotismo é uma forma de piedade, uma virtude moral anexa da justiça e inscrita na esfera do Quarto Mandamento. Cito-o:

O patriota deseja a nitidez de suas fronteiras; cultiva-a, exalta-a; mas ao mesmo tempo, num aparente paradoxo, é capaz de compreender o patriotismo dos outros. Ele sabe perfeitamente que suas muralhas são porosas para o sentimento universal da justiça.

O nacionalista, ao contrário, se caracteriza por um isolamento moral, e portanto imoral. Ele deseja fronteiras refratárias, onde se detenham, como inúteis para aquela comunidade à parte, as lendas dos heroísmos distantes.

O patriotismo é uma forma de reverência que tem apoio na tradição. É um sentimento, raro hoje, de respeito pelos antepassados. É um modo peculiar, racional e afetivo de ver no chão de uma terra o sinal de pés antigos. É um modo especial de adivinhar numa paisagem os sinais, os comoventes sinais de antigas mãos. Patriotismo deriva de uma lei natural que foi elevada à dignidade de mandamento divino: honrar pai e mãe. Patriotismo é pois a virtude da longa continuação e da grande fidelidade. O nacionalista também deseja um Brasil melhor, mas num outro sentido.

Na verdade o que êle deseja é um outro Brasil. Seu critério está mais numa invenção do que numa continuação, é mais idéia do que realidade.

Enfim, o nacionalismo historiográfico apoiou-se na dicotomia metrópole/colônia, jogando sobre o Estado lusobrasileiro a pecha de ineficiente e corrupto, patriomonalista e algóz do povo. Por seu lado, a escrita da história em chave providencialista esclareceria o sentido imperial da Independência, ao recorrer à temporalidade que predomina nos lugares de memória, nos monumentos e ornamentos. Uma forma de escritura que remete a Agostinho, Paulo Orósio, Gregório de Tours, Isidoro de Sevilha, Beda o Venerável, Otão de Freising e outros menos conhecidos, que se ocuparam mais com a permanência monumental do originário, sem o que não há pertencimento patriótico, do que com a duração do passado identitário, decorrente de um crivo documental. Dificilmente compreenderíamos os sentimentos que conduziram a história do Brasil, a abnegação e o arrojo de tantas gerações, apenas com as chaves da história “científica”.

Desde sua fundação, a Nação é um ente moral com um finalismo religioso que não lhe é mero complemento. O processo revolucionário que estruturou a narrativa historiográfica “científica” engendra, por definição, um horizonte naturalista e secularista, que extirpa qualquer sentido religioso da história. A história cultural, e nela a das mentalidades, parece permitir evidenciar este aspecto da nacionalidade, bem como evitarem-se algumas armadilhas do anacronismo, ainda que adereçado de emblemas nacionalistas.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Vera Lucia Cabana. “Historiadores do IHGB/Catedráticos do Colégio Pedro II na República”. R IHGB, Rio de Janeiro, a. 169 (440):219-241, jul./set. 2008.

AUTO da demarcação das vilas de Guaratinguetá e São João d’el Rei, 1714. In Documentos Interessantes, 1898. Disp. <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/13801>

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. p.298-332.v. 5.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso, Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1839.

BARBUY, Victor E.V. “A monarquia tradicional”. Cristianismo, patriotismo e nacionalismo. <http://cristianismopatriotismoenacionalismo.blogspot.com/2010/05/monarquia-tradicional.html>

BRASIL. Gazeta do Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm

BRASIL. LEI DE 1º DE OUTUBRO DE 1828. Dá nova fôrma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz.

Disp. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm

CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAVALCANTE, Stefanie, R.C. “O mito do Imperador dos Últimos Dias no Apocalipse do Pseudo-Metódio, em uma analogia com os oráculos sibilinos.” Campinas. Oracula 5.9 (2009).

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CORÇÃO, Gustavo. Patriotismo e Nacionalismo [1950]. In: Fronteiras da Técnica. Rio de Janeiro: Agir, 1957.

DUQUE, Gonzaga. Revoluções Brasileiras: resumos históricos. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

HESPANHA, António Manoel. “Ascensão e queda do imaginário imperial”. In: António Manuel Hespanha (dir.), O Imaginário do Império, Lisboa: Penélope, 1995.

HOBSBAWN, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

KNAUSS, Paulo. “A festa da imagem: a afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX”. 19&20, Rio de Janeiro, v. V, n. 4, out./dez. 2010. Disp. <http://www.dezenovevinte.net/obras/pknauss.htm>

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

_____. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. In: _____. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Ed. PUC-RIO, 2006.

LE GOFF, Jacques. As raízes medievais da Europa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. História e memória. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1990.

MARTINS, Claudia Santana. “Os Lusíadas na tradução de Julius Mickle: uma reencenação da *translatio imperii et studii*”. Trab. Ling. Aplic., Campinas, n(54.1): 00-00, jan./jun. 2015.

MARTIUS, Karl F. P. von. “Como se deve escrever a História do Brasil”, Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 6(24):389-411, jan-1845.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”, Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo XXVI, 1863.

MENDES, Lenora. De Afonso X à literatura de cordel - um exemplo de permanência. IX Congresso da Asociación Internacional de Estudos Galegos, 2009.

MENEZES, Angela Tâmega. O Largo de São Francisco e a Praça Tiradentes: sua

importância e complementaridade na vida pública e cultural do Rio de Janeiro. 1808 - 1920. Rio de Janeiro, UFRJ, EBA, 1998. Dissertação de Mestrado.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Trad. Yara A Khoury, Projeto História, São Paulo, pp. 7-29, dez. 1993.

NORONHA, Ibsen. Uma visão transcendente da Independência do Brasil. São Luis/Coimbra: Editora Caminhos Romanos/Livraria Resistência Cultural, 2022.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. “O Catolicismo Romano e a noção de ‘Catolicismo Popular.’” In: Evangelização e Comportamento Religioso Popular. Coleção Cadernos de Teologia e Pastoral/8. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. O império da lei: ensaio sobre o cerimonial de sagração de D. Pedro I (1822). Tempo, 2007.

PEDRO I, Dom. Cartas de Dom Pedro a seu pae Dom João VI, Rei de Portugal (1821-1822). Edição preparada por Eugenio Egas. São Paulo: TYPOGRAPHIA BRASIL, de ROTHSCILD & CIA. 1916.

PORTUGAL. Cartas de Documentos relativos ao Príncipe Real. Lisboa: Imprensa Nacional, 1823.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo – colônia. São Paulo: Editora Brasiliense, 23ª edição, [1942] 1995.

_____. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 12ª edição, [1945] 1970.

“Sermão que na cerimônia da sagração do Imperador D. Pedro I fez Fr. Francisco de Sampaio”, publicado n’ O Regulador Brasílico, Rio de Janeiro, n. 21, 1822. <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/regulador/700274>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHUBERT, M. Guilherme. A coroação de D. Pedro I, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.

SEBASTIÁN, Javier Fernández (Org.). Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

SOUTHEY, Robert. História do Brasil. 6 Vols. Rio de Janeiro: Ed. Garnier, 1862.

AQUINO, Tomás de. Suma teológica. 12 Vols. Trad. Alexandre Corrêa. Disponível em <https://permanencia.org.br/drupal/node/8>

TRINDADE, Jaelson Britan. “O Império dos Mil Anos e a arte do “tempo barroco”: a águia bicéfala como emblema da Cristandade”. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 11-91. jul.- dez. 2010.



OS DRAGÕES DA IMPERIAL GUARDA DE HONRA, UMA ANÁLISE DO UNIFORME HISTÓRICO

Julio Cesar Fidelis Soares¹

O presente estudo vem da curiosidade investigativa pelo entendimento das origens das unidades militares denominadas de Dragões, unidades estas dentro do senso comum sempre ligada a arma de cavalaria dos exércitos das quais fazem partes. Assim neste trabalho abordaremos o tema num primeiro momento falando das origens de tais unidades ao longo da História Militar, num segundo momento abordaremos sobre as unidades de Dragões na História militar brasileira do período colonial até os dias atuais, apresentando principalmente aquilo que mais lhe são particulares os uniformes.

Na história o que sabemos é que o mais remoto do que viria a ser o dragão tenha sido o dímaco² da antiga Macedónia. O dímaco era um tipo de soldado de cavalaria pesada que também lutasse a pé quando era necessário.

O termo “dragão” passou a designar um tipo de soldado e segundo estudos apareceu em meados do século XVI para se referir aos membros do corpo de arcabuzeiros que combatiam a pé e se deslocavam a cavalo, criados em 1554 pelo marechal de França Carlos I de Cossé, conde de Brissac³ para servir no Exército do Piemonte. Outra versão para a gênese da denominação diz que pode referir-se aos supostos dragões contidos nos estandartes das tropas do conde de Brissac ou a uma espécie arcabuz curto ou carabina usada pelas mesmas e que era então chamada “dragão”. A última hipótese do termo se refere a ter originado do fato de um soldado de infantaria a galope com a sua casaca solta e a mecha a arder ao vento se parecia com um dragão.

1 Mestre em História Social, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, da Academia Resendense de História e do Instituto de Estudos Valeparaibanos.

2 Dimakhēs, palavra de origem grega.

3 Nobre Cortesão francês e soldado, chamado beau Brissac na corte e lembrado como o Maréchal Brissac. Um membro da nobreza de Anjou, foi nomeado em 1540 para o prestigiado antigo posto de seu pai Grande Falconer da França, um dos grandes oficiais do Maison du Roi. Isso não era puramente honorário, pois o rei ainda caçava com falcões. Brissac foi também Grão Panetier, e sua posição como o coronel-general da cavalaria (1548-1549) foi um compromisso tribunal. Aumentado para Marechal de França em 1550, ele era Grão-Mestre da Artilharia. Ele acabou por ser dado o título de Conde de Brissac.

O Rei Gustavo II Adolfo da Suécia, no início do século XVII, introduziu os dragões no seu Exército, dotou-os de um conjunto multifuncional de armas que incluía um sabre, um machado e um mosquete. Este modelo de armamento para os dragões foi a seguir imitado por muitos dos restantes exércitos da Europa. Estas primeiras tropas de dragões não eram ainda consideradas parte da cavalaria, mas sim infantaria montada. Assim, as unidades de dragões mantinham os atributos e características da infantaria, por exemplo, usando tambores em vez dos clarins e trombetas típicos da cavalaria e sendo enquadradas por oficiais de infantaria. Nesta época, os dragões eram usados para uma série de missões militares que incluíam o estabelecimento de piquetes e postos avançados, a defesa de pontes ou desfiladeiros na vanguarda ou retaguarda do corpo principal do exército e a disponibilização de mosqueteiros desmontados para apoio à cavalaria de linha. Por outro lado, a flexibilidade que os dragões tinham como infantaria montada tornava-os arma ideal para servir como uma espécie de gendarmaria em missões de segurança interna, incluindo a perseguição de contrabandistas, o patrulhamento das estradas e a repressão de distúrbios públicos. Sendo providos de cavalos de qualidade inferior e de equipamento mais básico, os regimentos de dragões eram muito mais fáceis de levantar e manter que as dispendiosas unidades de cavalaria de linha.⁴

Contudo, os dragões estavam em desvantagem quando enfrentavam a genuína cavalaria. Assim, procuraram sempre obter melhores condições em termos de equitação, armamento e estatuto social. Na transição do século XVIII para o XIX, na maioria dos exércitos europeus, os dragões tinham evoluído já de tropas de infantaria montada para verdadeiras tropas cavalaria. Nesta altura, as antigas missões de exploração e funções de piquete anteriormente atribuídas aos dragões tinham sido já assumidas pelos hussardos, caçadores a cavalo e outras unidades de cavalaria ligeira em exércitos como os da Áustria, França e Prússia. Os exércitos de Espanha e Portugal chegam mesmo a abolir os dragões transformando-os em regimentos de cavalaria de linha. Inversamente, com o objetivo de reduzir os seus gastos militares, o Exército Britânico transforma todos os seus regimentos de cavalaria em unidades de dragões, que, no entanto desempenham funções de cavalaria de linha. Uma exceção foi o Exército da Rússia, onde - devido à existência dos cossacos - os dragões mantiveram as suas missões originais até mais tarde do que a generalidade dos restantes exércitos.

Durante as Guerras Napoleónicas, os dragões assumiram geralmente uma função de cavalaria média, intermédia entre os couraceiros (cavalaria pesada) e a cavalaria ligeira. Os dragões montavam cavalos maiores que os da cavalaria ligeira e estavam armados com espadas direitas em vez dos sabres curvos daquela. O Imperador Napoleão formava frequentemente divisões completas de dragões com os seus 20 ou 30 regimentos daquele tipo, usando-as como cavalaria de choque para quebrar a resistência do inimigo. Em 1809, os dragões franceses obtiveram sucessos notáveis contra o Exército Espanhol nas batalhas de Ocana e de Alba de Tormes. Por seu lado, os dragões pesados britânicos executaram cargas devastadoras contra a infantaria

4 YOUNG, Peter, HOLMES, Richard, *The English Civil War*

francesa nas batalhas de Salamanca em 1812 e de Waterloo em 1815.⁵

Ao iniciar-se a Primeira Guerra Mundial em 1914 ainda existiam regimentos de dragões nos exércitos Alemão, Austro-Húngaro, Britânico, Dinamarquês, Espanhol, Francês, Norueguês, Peruano, Russo e Sueco. Os seus uniformes variavam consideravelmente, faltando-lhe as características específicas dos uniformes dos regimentos de hussardos⁶ ou de lanceiros. Ocasionalmente, ainda recordavam as suas origens como infantaria montada. Assim, os regimentos de dragões alemães usavam o mesmo modelo de pickelhaube (capacete de espigão) da infantaria e os dragões britânicos usavam fardas escarlates. Contudo, em todos os restantes aspectos, os dragões tinham já adotado as mesmas táticas, funções e equipamento dos restantes ramos da cavalaria, sendo a sua distinção um título meramente tradicional.

No Brasil os Dragões iniciam sua jornada histórica a partir do período Colonial desempenhando missões de ação rápida e de controle de estradas do Brasil Colônia.

Segundo os registros históricos é em 1719 que chegam a Minas Gerais duas companhias de dragões enviadas de Lisboa, que irão constituir os famosos Dragões Reais de Minas unidade em que serviu o Alferes Joaquim Jose da Silva Xavier. Tal unidade tinha como missão principal a garantia da segurança dos distritos minerais e seus caminhos, funcionando como uma espécie de polícia militar montada. Da reunião das três companhias de dragões que tinham sido enviadas de Portugal para Minas Gerais, as duas primeiras vieram em 1719 e a terceira em 1729. O Regimento de Dragões de Minas formado pelas duas companhias tinham como missão principal, a da garantia da lei e da ordem nas atividades de exploração do ouro e a fiscalização da cobrança de impostos. Já em 1729, chega da Metrópole Portuguesa, uma terceira companhia de dragões, que acaba por ser enviada para participar nas operações militares de defesa do Sul do Brasil. Esta companhia foi acrescida de oficiais dragões adicionais vindos diretamente de Portugal. Sendo o núcleo de um regimento de dragões a ser formado na Colônia do Sacramento. Esse regimento irá ser formado em 1736, mas como Regimento de Dragões do Rio Pardo. Com base em efetivos dos Dragões Reais de Minas são também criadas às companhias de dragões de Cuiabá e de Goiás.

Com os eventos da Independência do Brasil e da reorganização do novo Exército Brasileiro em 1825 os dragões Coloniais são extintos. Os antigos dragões de Minas, do Rio Pardo, de Montevidéu e da União tornam-se, respectivamente, o 2º, 5º, 6º e 7º regimentos de cavalaria de 1ª linha. O antigo Esquadrão de Cavalaria da Guarda do Vice-Rei foi transformado em 1º Regimento de Cavalaria do Exército por dom João VI em 1808 tomando nova designação como 1º Regimento de Cavalaria de Primeira Linha. Com a Independência, é criada também a Imperial Guarda de Honra dos Mosqueteiros de dom Pedro I (1822-1831) núcleo primordial para o Regimento

5 McNAB, Chris (Editor), *Armies of the Napoleonic Wars*, Osprey Publishing

6 hussard (ortografia original sérvio: gussar; passando pelo húngaro huszár, plural huszárok) refere-se à classe de cavalaria ligeira, de origem sérvia e croata, mas subseqüentemente via Hungria e imitada por vários países da Europa, que teve grande influência na estratégia militar dos séculos XVIII e XIX. Hoje, por razões tradicionais, algumas unidades militares ainda têm 'hussardo' como parte de seu título.

de Dragões. Segundo o Dr. Gustavo Barroso sendo proclamada a Independência, recebeu o imperador o auxílio de algumas províncias, em primeiro lugar temos a de São Paulo ,Rio de Janeiro e Minas Gerais que serviram de base para criação da unidade que recebeu a denominação de Imperial Guarda de Honra, criada por decreto de 1º de Dezembro de 1822.

A unidade segundo Barroso foi formada de um estado-maior e três esquadrões com 158 elementos cada um, sendo que deste o 1ª Esquadrão se formou na Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté importante núcleo colonial e centro dispersor das Bandeiras. O segundo esquadrão se formou na Corte e o terceiro em São João D'El Rei província de Minas Gerais. E nos diz mais que a Imperial Guarda de Honra foi extinta em 1832 com abdicação do Imperador, mas seus membros foram autorizados a usarem seus uniformes. Barroso relata em sua obra que por ocasião da necessidade de atender o imperador a Província de São Paulo adotou um uniforme branco com detalhes vermelho cores tradicionais da cavalaria em suas tradições, sobre a cobertura desta época ele nos relata que não se conhece o uso de capacete antes da situação da independência. Entretanto nos aventa a hipótese do uso do modelo bávaro que era de uso da cavalaria das milícias.



Fig.1 Bicórneo Bávaro em uso nas milícias no Brasil colônia nas primeiras décadas do século XVIII.
(Fonte: Barroso,Gustavo,1922)

O primeiro tipo de cobertura era um capacete metálico provavelmente em folhas de latão dourado sobrepostos com escamas de dragão, com um dragão na cimeira representando a casa de Bragança, da cimeira sobressai à crina.



Fig.2 Capacete da Imperial Guarda de Honra 1825 – fonte: MHN Rio de Janeiro.

Quando do segundo casamento do Imperador, Barroso nos diz que Debret cria uma nova cobertura para os Dragões era de couro com ferragens douradas e três círculos concêntricos, dois amarelos e um verde, como tope substituído, em 1831, por uma estrela de ouro em campo verde⁷. Debret pinta, na cimeira do capacete de couro com virolas e reforços de latão o dragão alado do primeiro modelo que se mantém as crinas.



Fig.3 Desenho de J.B.Debret do segundo uniforme da Imperial Guarda de Honra, por ocasião do casamento do imperador com Dona Amélia de Leuchtenberg(1829).

⁷ Barroso, Gustavo, Uniformes do Exército Brasileiro 1730-1922, Ministério da Guerra, Brasil, Ed. A Ferroud – Paris 1922 pág.34.

Quanto ao uniforme era branco com detalhes, virolas, em vermelho, as dragonas eram douradas em formato de escamas, correames ou talabartes negros trazendo a vista à tradição dos dragões vienenses, talvez uma homenagem a casa real austríaca de Habsburgo.



Fig.4 Corneteiro do Regimento de Dragões do Grão Duque Toscana. 1813-1815.

Infelizmente a indumentária usada hoje lembra, mas não é cópia fiel nem ao primeiro, nem ao segundo uniforme criado nos início do século dezenove, sem falarmos nas dragonas de praça e de oficiais, nas chapas para correntes dos escovilhões das pistolas e mosquetes bem como chapas de talim. Nas buscas de como deveriam ser em um primeiro momento o uniforme chegamos a duas imagens uma remetendo ao corpo de milícia paulista e outro a uma imagem do arquivo da biblioteca pública de Nova York que mostra um croqui do uniforma da imperial guarda de honra, observem na imagem que existem anotações de época dando conta do que se refere à imagem.



Fig.5 Nesta figura vemos um soldado do Corpo de Milícias Úteis em seu uniforme Branco e Vermelho usado nas primeiras décadas do século XIX e usando o chapéu Bicórneo Bávaro.
Fonte: Barroso,Gustavo(1922)



Fig.6 Imagem da Guarda de Honra do Imperador do Brasil 1825,Aquivo Público de Nova York observa-se no sabretache as insígnias PI e principalmente as cores vermelha e branca bem como o tipo sobre casaca da túnica.

No ano de 1916 por ocasião das preparações das festas de cem anos da Independência do Brasil o Doutor Gustavo Barroso, propôs a Câmara Federal um projeto de lei que daria renomearia o 1º Regimento de Cavalaria de Dragões da Independência, fazendo com que tal unidade voltasse a envergar seu histórico uniforme, a Câmara dos Deputados aprovou, entretanto, o Senado Federal rejeitou, muito embora todo processo foi fundamentado numa questão de história e tradições militares mas parece que não houve entendimento pelo Senado. Aprovação final ao projeto-de-lei veio no ano de 1927, tendo o uniforme histórico da Imperial Guarda de Honra voltado a ser envergado pela unidade no desfile de comemoração do sete de setembro daquele mesmo ano. Há época foi feito um estudo profundo pelo Dr. Gustavo Barroso para que tais indumentárias fossem réplicas perfeitas do uniforme da Imperial Guarda de Honra.



Fig.7 Prancha figurino de Jose Wash Rodrigues reproduzindo o grande uniforme da Imperial Guarda de Honra.(1922)



Fig.8 Segundo uniforme da Imperial Guarda de Honra prancha de Jose Wash Rodrigues, onde vemos o capacete de couro negro com cimeira dourada, crina e penacho.

Hoje uma das principais polêmicas entre os historiadores interessados nas tradições históricas contidas nos uniformes militares brasileiros recaem logo de início na cobertura ou capacete usado atualmente pelos Dragões da Independência, pois diferem muito tanto em material com em réplica perfeito dos originais. Sabemos que talvez por motivo de custo e até mesmo falta de artesãos como os do século XIX tornou-se difícil tais reproduções. Mas entendemos que com a tecnologia de hoje podemos muito bem realizar e reproduzir perfeitamente esta e outras indumentárias históricas dos exércitos Coloniais e Imperiais como réplicas perfeitas e não fantasias sem muito compromisso com aquilo que chamamos verdadeiramente de uniforme a alma e honra do soldado em suas tradições. Na década de quarenta chegou-se a usar um capacete próximo ao original, já nos anos 70 tentou-se reproduzir um de couro numa mistura entre o 1º e 2º capacete me parece que também tal tentativa não logrou sorte.



Fig.9 Modelo de Capacete a venda numa loja de militar, datado da década de 40 que guarda algumas características do original.



Fig.10 Modelo de Capacete a venda numa loja de militar, datado da década de 70 que nos mostra a base em couro sem qualquer apetrecho característica como cimeira, dragão, brasão e jugular.

Assim entendemos que uniforme militar trás consigo toda uma história cultural e o legado de uma unidade que o envergou no passado e não pode e não deve ser alterado deve-se proporcionar intenso estudo para fazê-lo em réplica perfeita tal qual foi o amplo estudo para reviver o fardamento da Imperial Guarda de Honra no final da década de 1910,mais exatamente em 1916 pelo professor Doutor Gustavo Barroso intento exitoso que logrou a volta no tempo de um uniforme perfeito ao que era usado pelas forças imperiais. E assim deve ser pois hoje temos tecnologia suficiente para trabalhar com bordados de qualidade ,fundição e estampagem em metal com qualidades iguais ou superiores ao do passado, pantones de cores que podem reproduzir exatamente as cores originais. Hoje vemos na Europa como nos Estados Unidos da América vários grupos de reenactors envergando réplicas preciosas dos uniformes Napoleônicos, da Guerra Civil Americana, da Guerra da Criméia e tantos outros fardamentos das diversas forças militares de vários períodos da História Militar. Abaixo apresento um documento iconográfico importante à foto enviada por um amigo estudioso da História Militar de um oficial de Dragão da Imperial Guarda de Honra na década de 20 do século passado em seu uniforme onde vemos todos os detalhes tais como o tope verde-amarelo com o dístico abaixo “Independência ou Morte” no lado esquerdo, bem como os canhões da manga bordados com a patente do Regimento de Milícias das Províncias, neste caso a patente da foto tenente-coronel.



Fig.11 Oficial do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária na década de 20 do século passado.
(foto cedida gentilmente por Erico Storto Padilha)

Vemos ainda o capacete metálico em réplica perfeita, as dragonas feitas em fios dourados metálicas bem como a bota alta de equitação no estilo dos Hussardos dos Exércitos Russo e Austríacos. Entendemos então que um uniforme militar histórico deve ser réplica perfeita dos envergados no passado ainda mais que temos toda tecnologia hoje para reproduzir com exatidão todos os elementos distintivos de tais trajes que carregam em sua própria imagem a força da tradição e honra daqueles que o envergaram no passado, caso contrário passamos a fazer um desserviço a História Militar.

REFERÊNCIAS

Fontes Telematizadas

<http://www.photo.rmn.fr/.../Media/TR1/XVS4GY/08-551196.jpg>

<http://www.photo.rmn.fr/.../Media/TR1/DSL8NH/06-505706.jpg>

<http://www.museum.ru/.../Painting/Rousselot/pic/pic054.jpg>

<http://www.museum.ru/.../Painting/Rousselot/pic/pic055.jpg>

<http://www.museum.ru/.../Painting/Rousselot/pic/pic063.jpg>

<http://www.museum.ru/.../Painting/Rousselot/pic/pic057.jpg>

<http://www.museum.ru/.../Painting/Rousselot/pic/pic064.jpg>

<http://www.museum.ru/.../Painting/Rousselot/pic/pic074.jpg>

<http://www.museum.ru/.../Painting/Rousselot/pic/pic065.jpg>

<http://www.museum.ru/.../Painting/Rousselot/pic/pic072.jpg>

<http://www.museum.ru/.../Painting/Rousselot/pic/pic060.jpg>

<http://www.museum.ru/.../Painting/Rousselot/pic/pic060.jpg>

Barroso, Gustavo, Uniformes do Exército Brasileiro 1730-1922, Ministério da Guerra, Brasil, Ed. A Ferroud – Paris 1922.

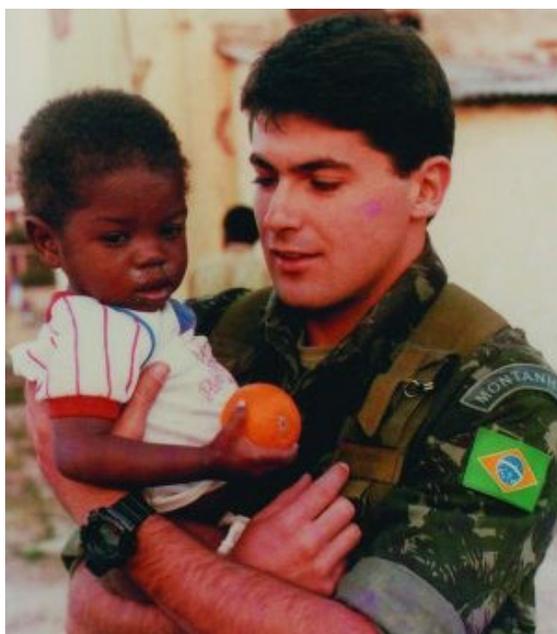
Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil / Jean Baptiste Debret. – São Paulo: Círculo do Livro, sem data.

Grenadiers a Cheval of the Imperial Guard. Lieutenant Porte-Aigle and his escorts-two sous-officiers and 3 brigadiers. 1808-12. by Lucien Rousselot

Regulamento de Uniformes do Exército Brasileiro -Anexo G DOS UNIFORMES HISTÓRICOS do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas – Dragões da Independência.

MANUTENÇÃO DA PAZ UNAVEM III - Angola

Júlio Raphaël de Freitas Coutinho¹



O artigo tem como finalidade apresentar a história da participação de militares brasileiros na Missão de Verificação das Nações Unidas na África (Angola). O autor analisa a participação do Contingente que comandou no teatro de operações africano. Destaca, ainda, os problemas que as forças designadas para a missão de manutenção da paz enfrentaram e as atividades realizadas tanto no preparo quanto na situação real em Angola.

¹ Coronel Reformado. Foi Comandante dos 10ºBI (Juiz de Fora – MG) e Batalhão de Força de Paz brasileiro na UNAVEM III (2*Contingente). O autor é pós-graduado em Administração, Ciências Militares, Educação, Estratégia, Filosofia, Logística, Negociação, Política, e tecnologia de Informação. Foi, também, comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro e professor de Filosofia da Academia Militar das Agulhas Negras. Participa em eventos da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e é colaborador da revista da AHIMTB.

Desde meados de outubro de 1995 até o fim de setembro de 1996, o batalhão que eu comandava (10° BI, sediado em Juiz de Fora- MG) se aprestou, adestrou e serviu de base para a formação do 2° Contingente do Batalhão de Força de Paz que atuou na Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas, em Angola, a UNAVEM III (do inglês United Nations Angola Verification Mission III).

Em 1995, foi criada a UNAVEM III com a finalidade de monitorar o desarmamento e a desmobilização das tropas da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e garantir o cumprimento do Protocolo de Lusaka.

Entre o recebimento do alerta para os preparativos do deslocamento e a ordem correspondente para a efetivação da criação do Batalhão de Força de Paz, a 4ª Divisão de Exército / 4ªBda Inf Mtz teve a missão de formar o 2° Contingente das tropas brasileiras que iriam atuar na UNAVEM III, em Angola, sob a supervisão do Comando Militar do Leste – Grande Comando responsável².

Diversas organizações militares, das três forças armadas, vieram a integrar este contingente, num total de oitenta e quatro; eram em sua maioria do Comando Militar do Leste. O 10° BI foi escolhido para servir de base para a criação do Batalhão de Força de Paz. Foi a organização na qual se concentravam os efetivos e onde foram realizados os preparativos materiais, as medidas administrativas e o adestramento da tropa que iria atuar em Angola.

Esta participação, como comandante do 10° BI e BRABAT, possibilitou o levantamento de importantes aspectos, logísticos e operacionais, relativos às operações de paz. Assim, procurarei apresentar, de forma sintética, uma análise dos problemas e os ensinamentos colhidos no adestramento conduzido antes do deslocamento, bem como das operações realizadas no teatro de operações Africano. Além disso, levantei várias maneiras de atuar e realizar condutas visando a condução bem sucedida neste tipo de missão.

Embora a campanha de manutenção de paz propriamente dita mereça considerável estudo, minha intenção não é analisar as estratégias políticas nem mesmo abordar os aspectos operacionais da campanha. Ao invés disso, irei discorrer sobre os ensinamentos colhidos no nível batalhão, que permitirão registrar, de forma sucinta, a história da operação de paz em Angola, como o adestramento dos soldados brasileiros, os desafios impostos pelas operações de manutenção de paz e a sua atuação no teatro de operações africano no final do século XX.

HISTÓRICO DO BRASIL NA OPERAÇÃO DE PAZ EM ANGOLA

A República de Angola situa-se na Costa Ocidental do Continente Africano na sua parte Austral. Este País viveu 500 anos de colonização portuguesa (1482-1975) e 14 anos de luta de Libertação Nacional (1961-1975). Tornou-se independente em 11 de novembro de 1975, mas apenas em 1992 houve a implantação da democracia pluripartidária e a realização das primeiras eleições democráticas.

² Naquela época não existia o Centro Conjunto de Operações da Paz do Brasil (CCOPAB) - Sérgio Vieira de Mello.



A história das missões das Nações Unidas em Angola tem início em 1989, com a UNAVEM I (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola), criada para monitorar a saída das tropas Cubanas, que apoiavam o Governo / MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).

Em 1991, o Acordo de Paz de Bicesse foi assinado em Portugal e, por conseguinte, criou-se a UNAVEM II. Em 1992, realizou-se uma eleição democrática em Angola, contudo, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) não aceitou o resultado e retomou à guerra. Com o fim do regime na África do Sul, a UNITA perdeu significativa parte de seu fornecimento de suprimentos para a guerra. Com isso, o Governo foi retomando o controle da situação e, no fim de 1994, o MPLA e a UNITA chegaram finalmente a um acordo e assinaram o Protocolo de Lusaka (capital da Zâmbia).

Ao todo, o Brasil enviou para Angola, no período de julho de 1995 a julho de 1997, 3.364 (três mil trezentos e sessenta e quatro) militares. O Brasil chegou a ser o maior contribuinte de tropas para a Missão, que durante quase dois anos foi a maior operação de paz das Nações Unidas. A participação brasileira na UNAVEM III fez com que o Brasil ocupasse, no início de 1996, a posição de quarto maior contribuinte de tropas para operações de paz das Nações Unidas.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ

1. Caracterização da operação de Manutenção de Paz.

O aumento de conflitos regionais e o ressurgimento de uma Organização das Nações Unidas – ONU – mais ativa provocaram, naquela época, um crescimento no número de operações de manutenção da paz, conduzidas por aquela organização. Como resultado, teve início um maior envolvimento militar brasileiro, para honrar

compromissos do Brasil no cenário Internacional. A participação nas operações e manutenção da paz da ONU tinha importância e era tema que envolvia o Congresso, mídia, intelectuais e público nacionais. Portanto ao Exército cabia atuar adequadamente, visando garantir o êxito em operações futuras no cenário internacional.



Sede da ONU

A natureza da operação de manutenção de paz é singular. Trabalhando apenas no contexto de uma trégua de cessar fogo, a força deve ser aceita por todas as partes envolvidas na área do conflito. Para que seja percebida como realmente imparcial por todos os beligerantes, a força manterá uma representação internacional que será empregada sob o comando da ONU. Portanto, torna-se fundamental o entendimento por parte dos integrantes da força de manutenção da paz que o País onde está atuando é soberano, cabendo aos “Peace Keepers” fiscalizar apenas os tratados consignados pelas partes oponentes. Criando assim, pela ação dos elementos neutros, as condições favoráveis ao estabelecimento da paz. Este entendimento é fundamental para qualquer negociação, em qualquer nível ou escalão. Podemos afirmar, sem medo de errar, que ao ser iniciada a negociação os oponentes devem ter o seguinte sentimento:

- ao representante da ONU cabe a criação das condições favoráveis para o restabelecimento da paz; e
- a responsabilidade maior cabe às partes oponentes.

Estas assertivas evitarão por ocasião das negociações constantes denúncias, de ambas as partes em conflito, sobre pretensas violações, colocando o integrante da ONU como único responsável para resolver as pendências surgidas. A responsabilidade maior é inerente às partes envolvidas no conflito; esta é a base para realizar uma negociação eficiente e produtiva.



Além disso, os Peace Keepers não possuem “inimigos” e somente empregarão a força em autodefesa ou como último recurso, com o fito de proteger o seu mandato.

Ênfase será dada à negociação, persuasão e controle do conflito, com execução descentralizada até os níveis de pelotão e grupos. Habilidades interpessoais são fundamentais. O produto a ser vendido é a persuasão e o controle do conflito em todos os níveis. Ao contrário das operações de combate, onde a dissimulação e a surpresa são fatores essenciais para a vitória, o êxito nas operações de manutenção de paz devem ser realizadas através de um comportamento sempre previsível, ou seja, as forças em presença devem saber de antemão o que iremos fazer. Isto trará confiança e mostrará que os Peace Keepers estão vigilantes na preservação dos tratados consignados pelas partes em conflito.

A Chave do sucesso nas operações é a permanente vigilância, que dará às forças em presença a perfeita noção da ação, arbitral constante, das forças de manutenção da paz. Esta vigilância irá inibir e evitar eventuais violações dos acordos em vigor. A atuação será de forma crescente, numa ação contínua, levando a atingir os elementos essenciais para o sucesso de paz no País em conflito.

Deve-se ter, também, sempre em mente que os menores incidentes podem produzir sérias consequências. Todos os componentes da força de manutenção de paz (soldados, graduados e oficiais) devem saber que qualquer procedimento incorreto poderá comprometer toda a operação.

As operações de manutenção de paz são essencialmente descentralizadas, até os níveis mais baixos, seja individualmente ou seja com as frações menores; daí a necessidade de alta dose de iniciativa, liderança e profundo conhecimento da situação, através de informações oportunas dos escalões superiores. O comandante de qualquer fração é o fator determinante para o êxito das operações de manutenção de paz.



As tarefas implícitas, mais críticas, na preparação dessas missões incluem: adiestramento adicional em vigilância, observação, controle de trânsito, técnicas de abordagem e da elaboração de relatórios em consonância com as normas da ONU. Além destas, também, a observação dos costumes e normas locais, as operações de limpeza de campos de minas e a necessidade de apresentar uma impressão favorável seja para a população local, seja para as forças em presença ou para a mídia local e internacional³. Estas são algumas das tarefas, entre muitas outras, a serem perfeitamente dominadas pelos integrantes da força de manutenção de paz.

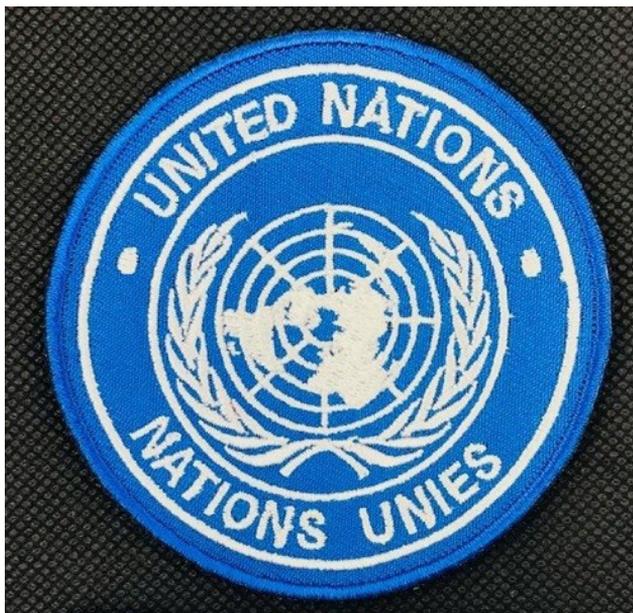
Finalmente, o sucesso neste tipo de operação depende do processo político exercido na área de operações pelo representante do secretário geral das Nações Unidas. A atuação conjunta desse representante e dos países garantes junto às forças políticas oponentes locais é fundamental.

As operações militares no contexto de manutenção de paz, na área do conflito, são essencialmente de apoio; na realidade, apresenta um efeito menor do que as ações políticas no resultado alcançado. Porém, não devemos esquecer a afirmativa extremamente válida, do ex-Secretário Geral da ONU Dag Hammarskjöld: "A manutenção da Paz não é um trabalho para soldados, mas apenas um soldado pode realizá-lo".

2. A ONU em Operações de Manutenção da Paz

De acordo com a carta da ONU, o principal objetivo desse órgão multinacional é a manutenção da paz e a segurança internacional. As medidas concretas para a consecução desses objetivos são realizadas pelo Conselho de Segurança – o principal órgão da manutenção da paz e segurança internacional da ONU.

³ Seria fundamental desenvolver esta imagem positiva na mídia local e internacional. Para isso, o batalhão brasileiro teria que ter em seus quadros pessoal oriundo do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX). O que não ocorreu naquela quadra histórica. Tendo, portanto o BRABAT de fazer uma "conduta" para atender aquela importante necessidade.



Para o estabelecimento de uma operação de manutenção da paz é necessário submeter uma proposta ao Conselho de Segurança da ONU. Essa proposta pode ser feita por um País-membro, por um dos participantes de uma área conturbada ou pelo secretário-geral da ONU. Para que a operação seja aprovada é necessário que a proposta seja analisada pelos 15 países membros do Conselho. A composição deste conselho é formada, da seguinte forma: 10 são membros não permanentes selecionados dentre vários grupos regionais e eleitos por período de dois anos, não podendo ser reeleitos; e os restantes 5 são permanentes (Estados Unidos da América, Reino Unido, Federação Russa, França e China), são necessários pelo menos nove votos a favor e nenhum contrário, ou veto, por parte de qualquer um dos cinco membros permanentes.

A condução dessas operações ao serem aprovadas pelo Conselho de Segurança, tem a finalidade de controlar o conflito e promover a solução pacífica de disputas. Até o final da Guerra Fria, por forte influência dos centros de poder, essas operações eram realizadas, quando havia conveniência dos EUA e Federação Russa. Na atual conjuntura a situação se apresenta muito mais complexa. As operações podiam ser realizadas através de observadores militares desarmados ou de uma força levemente armada para atuar entre facções belicosas. Assim, com a aprovação do Conselho de Segurança iniciava-se as operações, com o objetivo de monitorar o cessar fogo no final do conflito e criar as condições necessárias às negociações de paz.

Nos últimos anos, o novo ambiente político internacional, decorrente do pós guerra fria, estão gerando instabilidade crescente entre os membros permanentes do Conselho de Segurança, dificultando as operações de manutenção de paz. A atual contemporaneidade produziu importantes mudanças na natureza dessas operações,

às quais deixaram de ser principalmente militares em composição e finalidade. Elas incorporaram novas tarefas, que frequentemente vão além das habituais atividades de monitoramento do cessar fogo. Estão englobando a proteção das remessas de suprimento, o atendimento às necessidades dos refugiados, a inserção ao meio civil dos desmobilizados das forças em presença, a remoção de minas, o empreendimento de esforços visando o desarmamento e a criação de um governo de unidade nacional na área do conflito.

Para realizar essas operações, na prática, a ONU através do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), realizava o convite para países-membros da organização em integrar as forças de manutenção de paz, na área em conflito, e com a aceitação dos mesmos, iniciava os preparativos para o início do processo. Em síntese, os preparativos era constituídos em duas vertentes:

1. A primeira, era realizada com a participação do componente político através do representante especial do secretário-geral das ONU e por países garantes designados para as negociações entre as facções belicosas. Esta vertente conduzia o processo na área de operações. Predominantemente contava com a participação de grandes contingentes civis que desempenham funções políticas, humanitárias e administrativas essenciais, incluindo a monitoração de eleições, verificação de direitos humanos, ajuda humanitária, fortalecimento das instituições, a restauração da infraestrutura e dos serviços no país em conflito.

Na atual contemporaneidade, as operações de manutenção de paz, terão que ter importantes mudanças na sua natureza.

A ONU, certamente, será importante no cenário internacional, mas, com modificações na sua atual estrutura e normatizações, que não atendem a pós-modernidade. O conflito Rússia - Ucrânia tem mostrado, como exemplo, que a ONU está se mostrando inócua. Neste nível, demonstra não ter a capacidade, a credibilidade, nem a imparcialidade necessárias para resolução de conflitos.

2. A segunda vertente é representada pelo componente militar, que não é a preponderante na Operação de Manutenção de Paz da ONU. É formada pela direção militar, com os seguintes componentes: o comandante, o sub-comandante, o chefe do estado-maior (com assessores especiais), o Estado-Maior Conjunto (é uma estrutura clássica adaptada às necessidades inerentes às operações realizadas e às conveniências específicas da área do conflito) e por último o escalão executivo, com as tropas necessárias: batalhões de infantaria, serviços de engenharia, comunicações, logística, postos de saúde, elementos de transportes rodoviários e aéreos, entre outros.

CONJUNTURA DA ESTRUTURA MILITAR DE VERIFICAÇÃO DA ONU EM ANGOLA

A estrutura militar a ser implantada na área de operações, em Angola, foi

detalhada pelo Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO) em conformidade com a divisão territorial daquele país. De lá vieram a divisão dos cargos a serem ocupados pelos militares dos estados-membros. Portanto, o comando, o sub-comando, a chefia do Estado-Maior e as assessorias especiais e geral foram distribuídos segundo critérios estabelecidos naquele alto órgão das Nações Unidas. A importância, ou melhor, a influência maior ou menor na área de operações é diretamente proporcional aos cargos ocupados por determinado País e não necessariamente pelo efetivo maior ou menor de tropas em operação. Seria normal que o país que possuísse maior efetivo também possuísse o maior número de cargos do comando e do estado-maior desta missão de verificação militar, o que nem sempre acontecia. Este dado, representa de maneira bem simples a facilidade ou a dificuldade a serem obtidas, pelos nacionais, numa área de manutenção da paz sob a égide da ONU⁴.



Divisão territorial de Angola.

4 Deduz-se que tem que haver uma ação política do Brasil no DPKO, antes de que este alto órgão faça a divisão de cargos para ser implantada na área de operações a ser criada.

Portanto, é neste emaranhado de países-membros e organizações (no caso de Angola havia, só na parte militar, da ordem de 36 países integrantes da UNAVEM III, além de órgãos civis e elementos diversos sejam da ONU ou organizações não governamentais – ONGs) que foram estabelecidas as ligações necessárias durante toda a operação, sejam elas logísticas ou operacionais.

Daí a necessidade de se conhecer, profundamente, as normas de execução da ONU para as operações de paz e tomar medidas, nem sempre ortodoxas, dentro desse contexto e universo extremamente complexo. Além disso, foi importante conhecer os costumes e peculiaridades dos diversos países que integraram o contingente militar da ONU, evitando constrangimentos e situações delicadas com os militares de outra nacionalidades.

Além desse contexto interno da ONU foi igualmente importante conhecer todas as nuances do país onde se desenrola a ação arbitral da ONU (costumes, tradições, política interna, forças oponentes / fator militar, causas do conflito). Como exemplo, citarei o aspecto jurídico ocorrente em Angola. O País tinha duas justiças: a que nos conhecemos (baseada em leis e normas escritas- conduzidas pelo sistema jurídico como o daqui); e a que podemos denominar de tradicional (conduzida pelos SOBAS⁵, aquela autoridade que conduz as normas da sociedade local, nas aldeias, no interior do país). Durante toda a operação, em especial nas aldeias, a nossa ação sobre conduta jurídica e das leis locais era baseada na justiça tradicional, conduzida pelos Sobas.



Soba – liderança tradicional, desde os tempos pré-coloniais em Angola.

⁵ Soba : autoridades tradicionais ou da comunidade. É o chefe das aldeias em Angola desde os tempos pré-coloniais, conduzindo todo o processo normativo, baseado em costumes, dessas aldeias.

Importância foi dada a seguinte consideração: Todas as frações ou elementos do Brasil estariam, na UNAVEM III, sob um controle nacional para não comprometer as tradições e o bom nome do país, neste contexto multinacional.

Avultou de importância a necessidade de possuir, na área de operações, um elemento coordenador de todos os nacionais, sejam frações ou indivíduos. Esta afirmativa é um dos pré-requisitos básicos para a boa representação de um país que integra o contingente militar da ONU. Não se pode considerar de maneira simplista que os integrantes militares nacionais sejam enquadrados por outros elementos de países membros, em todas as suas nuances administrativas e disciplinares.

Esse encargo deve estar restrito a uma autoridade nacional, pois cada país, além das normas da ONU, tem as suas peculiaridades e legalidade. O que se quer dizer é que os atos das frações e elementos militares nacionais sejam coordenados por um único comandante, que centralize toda a atuação brasileira, independente de sua origem, seja do Exército, da Marinha, da Aeronáutica ou qualquer das Polícias Militares dos Estados (que integravam o quadro de Observadores Policiais Militares da ONU).

Como fazer isso ? Quase todos os países possuíam órgão coordenador, oriundos de seu Ministério de Defesa. Este órgão era integrado pelo contingente nacional, dentro do efetivo previsto pela ONU e subordinado ao comando nacional que ocupava o maior nível hierárquico dentro da Missão de Verificação Militar.

Para que possamos ter uma idéia das ligações que se realizavam dentro da UNAVEM III, vejamos um exemplo, a nível do Batalhão Brasileiro (BRABAT):

- Dentro da área de operações considerada, Angola, a ligação do BRABAT seria com o órgão militar imediatamente superior, o Comando Regional em Luena, e deste com o Comando de Verificação Militar da ONU, em Luanda. Esta ligação era mais operacional que técnica-administrativa;

- Caso necessitássemos de determinado apoio aéreo ou administrativo/logístico e fizéssemos as ligações com o escalão imediatamente superior – o Comando Regional – dificilmente seríamos atendidos. Esse não atendimento era resultante de absoluta falta de estrutura e de dificuldades inerentes, que não cabe comentar;

- a solução, invariavelmente, foi a utilização da representação⁶ do BRABAT na sede da UNAVEM III, em Luanda.

Essa medida trouxe uma série de benefícios, tais como:

- elementos especializados para o apoio logístico e aéreo, localizados dentro do Comando de Verificação, agindo de acordo com as normas vigentes e sem os entraves organizacionais; e

- processo mais organizado e eficiente gerando a boa impressão dos integrantes da administração da UNAVEM III com referência ao BRABAT.

O exemplo e a dinâmica apresentados se estenderam para todas as atividades executadas, pelo 2º Contingente do BRABAT, naquela operação de paz em Angola.

⁶ Estrutura organizacional foi criada como “conduta” pelo BRABAT, cuja estrutura era formada por oficiais e graduados, das três forças armadas com fluência em Inglês e com conhecimento da estrutura da UNAVEM III. Tinha a missão de criar as melhores condições para atender todas as necessidades logísticas, de lazer e do apoio aéreo do contingente brasileiro.

1. Adestramento da Tropa Armada (TA) da Força de Paz (FP).



Tropa brasileira na área de operações.

Para constituir uma tropa armada de valor unidade de combate, da arma-ba-se, que seria empregada integrando uma Força de Manutenção da Paz da ONU foi preciso e necessário um plano de preparo muito peculiar. Os integrantes de um contingente de Verificação da Paz / ONU, em particular a tropa armada varia de acordo com a missão a ser realizada e com a área de operações.

No caso específico de Angola, para a preparação do BRABAT (2º Contingente) foram observadas as seguintes premissas básicas:

- a. Falta de doutrina de emprego;
- b. Necessidade de empregar tropas com origem, nível de adestramento, experiência, material e concepção de empregos distintos;
- c. Preparar uma organização (OM), valor Unidade de Infantaria, apoiada por elementos de reconhecimento (Cavalaria), Engenharia, Comunicações, Saúde e Logística. Esta OM atuaria distante de sua Base Logística (no Brasil) e teria que ser autônoma⁷;
- d. Prazo curto para a preparação do BRABAT, estabelecer as condições de emprego e conhecimento recíproco entre os integrantes das diversas frações e seus comandantes (Além de organizações diferentes do Exército contaríamos com frações e elementos da Marinha e da Aeronáutica).
- e. Preparo psicológico e adequação a outras realidades (a da ONU como instituição e de outros países participantes, tanto os militares como os civis, da Missão de Verificação da Paz. Além desse preparo foi fundamental o conhecimento na área do conflito da cultura e costumes da população local). Esse preparo e adequação, em operações de manutenção da paz, foi mais importante que a capacidade física e a hígidez do Peace Keepers brasileiro;
- f. Estabelecer parâmetros de preparação diferentes dos que a tropa estava

⁷ Em Angola, na área de operações não teríamos nenhuma estrutura de apoio (A estrutura do país estava destruída, não existiam serviços públicos essenciais). Teríamos que ser autônomos, só contaríamos com o apoio de nossa logística (BRABAT e no Brasil / 1ª RM - CML) e da ONU - com algumas classes de suprimento).

acostumada, como dar aos comandantes das diversas frações do BRABAT, até o nível mais baixo, capacidade de negociação, persuasão, observação, conhecimento dos acordos entre as partes beligerantes e as normas da ONU. Essa preparação foi baseada em princípios como o da imparcialidade, paciência e a capacidade de agir com iniciativa e tinha como finalidade dotar a nossa tropa da capacidade de realizar as operações de paz naquele conflito. Tudo isso, foi realizado para evitar situações que afetassem o entendimento dos oponentes sobre a confiança na arbitragem dos integrantes do BRABAT e, também, para apresentar o estado do preparo do BRABAT para o Comando de Verificação da ONU.

g. A nível do preparo individual, do “fazedor de coisas”, além do aspecto técnico profissional individual e coletivo, eles foram preparados para outras atividades específicas (como padeiros, barbeiros e outras atividades numa área de operações sem nenhuma estrutura, fomos autônomos em todas as atividades necessárias as atividades humanas, fator imprescindível à permanência da nossa Organização Militar em território carente de recursos).

Todas essas premissas, acima apresentadas, foram itens fundamentais no preparo da tropa que se destinava ao complexo cenário das operações de manutenção de paz. Além destes, frutos da experiência naquela campanha, devem ser seguidas, com muita persistência, as “Diretrizes da ONU para o programa de adestramento Nacionais ou Regionais”.

Como se pode observar, exigia-se do “Peace Keepers” brasileiro a necessidade de rigoroso preparo técnico, psicológico e noções de negociação que o caracterizam como um militar extremamente profissional e, também, dotado de perfeita noção de responsabilidade de quem representa o país no contexto de outras nações.

Além do preparo individual é extremamente importante a execução de exercício de adestramento do BRABAT, dentro das condicionantes com que iria atuar na área de operações. Antes de iniciar o planejamento das manobras de campo foi necessário e fundamental a realização por parte do comando e estado-maior do batalhão fazer o reconhecimento da área de operações em Angola. Este reconhecimento possibilitou avaliar a real situação a ser encontrada, tanto na parte operacional quanto logística. Da avaliação, dentro da realidade da área de operações, foi possível realizar as medidas e ações que foram pertinentes e principalmente, pela inexistência na época, de doutrina de emprego. Além disso, foi levado em conta que aquela operação de manutenção de paz, em Angola, era singular e diferente de outras realizadas ou em realização.

O 2º Contingente realizou, após o reconhecimento em Angola, um exercício numa área correspondente a oito (8) municípios da Zona da Mata mineira, criando principalmente as dificuldades inerentes à grande descentralização entre o comando do batalhão e suas subunidades, em distâncias superiores a 70 Km (na área de operações estas distâncias chegavam a 400 Km).

Este exercício possibilitou ao comando e ao estado-maior do batalhão sentir as dificuldades inerentes, principalmente, às comunicações, transporte e suporte lo-

gístico. Dificuldades que seriam encontradas na área de operações em Angola. Além disso, possibilitou conhecer os homens em manobra e suas reais condições técnicas e psicológicas. Para se ter uma ideia, vários militares foram substituídos e isto mostrou-se muito eficaz quando das operações reais realizadas.

2. Operações Reais realizadas na Área da UNAVEM III



A unidade militar brasileira recebeu uma zona de ação que compreendeu as províncias de Moxico e Bié, limitando-se ao norte com o batalhão do Zimbábwe, ao sul com o batalhão da Romênia, a oeste com o batalhão do Uruguai e a leste com a Zâmbia. O BRABAT se desdobrou, da seguinte forma:

- com o seu comando, a companhia de apoio, companhia de serviço, a companhia reserva (3ª Cia de Fuzileiros), o pelotão de Engenharia, uma Unidade de saúde e o esquadrão Cavalaria Mecanizada em Kuito, sede provincial do Bié (área das Forças do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola);
- a 1ª Cia de Fuzileiros na cidade de Andulo (área das forças da UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola);
- a 2ª Cia de Fuzileiros na cidade de Lumeje, província de Moxico (área das forças da UNITA);
- a 4ª Cia de Fuzileiros (companhia dos Fuzileiros Navais) na cidade de Chitembo, na província do Bié (área da UNITA).

As nossas missões, em linhas gerais, eram:

1. interpor-se entre as forças oponentes, evitando violações do tratado celebrado entre a UNITA e o MPLA (Tratado de Lusaka), através de fiscalização e supervisão constante;
2. Conduzir as atividades inerentes à construção de três áreas de aquartela-

mento das Forças da UNITA e sua conseqüente desmobilização;

3. Acompanhar e fiscalizar a retirada e o aquartelamento das Forças do MPLA até os seus quartéis originais.

a. Para a missão nº1.



Posto de controle e observação

Eram destacados postos de controle e observação que variavam de pelotão a grupo de combate. Estes postos eram localizados em áreas que se interpunham entre as forças oponentes e agiam com rigorosa fiscalização, através de patrulhas mecanizadas (sua presença coibia violações e davam segurança às populações e tropas oponentes pela ação de presença das tropas dos “ capacetes azuis brasileiros”)

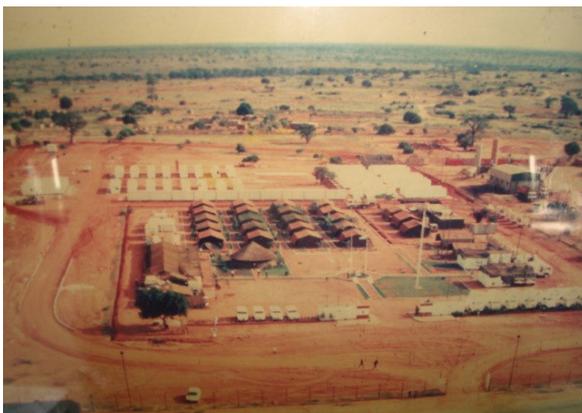


Patrulha do Esq Cav em ação de fiscalização.

As ações realizadas eram extremamente desgastantes, fase à situação das forças em conflito, exigindo da parte dos brasileiros negociações difíceis, deslocamento em área minada, população local submetida aos rigores da guerra e cuidados sanitários (área muito endêmica - malária, tifo e outras endemias). Estes postos eram substituídos mediante rodízio de 72 em 72 horas.

b. Para a missão nº2

Era realizada pelo valor subunidade, para cada área de aquartelamento, reforçada por frações especializadas que variavam conforme a missão (engenharia, cavalaria, comunicações,saúde, logística etc.).



Vista aérea de uma área de aquartelamento (QA).

Foi uma missão diferente de tudo aquilo que tínhamos conhecimento e extremamente difícil, fase a óbices de toda a ordem (da ONU, das Forças em presença, das ONGs, da situação etc.).

Para cumpri-la com eficiência e eficácia, o comando do BRABAT designou um oficial de seu estado-maior, para cada área de aquartelamento, para tratar dos problemas políticos e das ligações com a UNAVEM III. Este oficial fazia a intermediação do Comando do BRABAT com os governadores de província, prefeitos, lideranças locais tradicionais (SOBAS), comandos militares em presença e dirigentes de ONGs, entre outras autoridades. As atividades operacionais ficavam a cargo do comandante de subunidade da área de aquartelamento (QA).

As atividades realizadas foram as seguintes :

- a. Construção da área de aquartelamento (QA).
- b. Transporte das Forças da UNITA até a área de aquartelamento.
- c. Administração da área de aquartelamento até a desmobilização das Forças da UNITA.

No período de atuação do 2º Contingente foram construídas e colocadas em operação três (3) áreas de aquartelamento (QA): Andulo; Chitembo; e Lumege. Estas QA foram consideradas pela UNAVEM III como das melhores construídas e operacionais de Angola.

c. Para a missão nº3.

Para o cumprimento desta missão, o BRABAT utilizava patrulhas mecanizadas para acompanhar o movimento das tropas governamentais (MPLA) desde onde estavam desdobradas, face à tropas da UNITA, até suas áreas militares originais, onde seriam aquarteladas.

As áreas anteriormente ocupadas pelas forças do MPLA tinham, também, que ser fiscalizadas para evitar sua ocupação por forças oponentes.

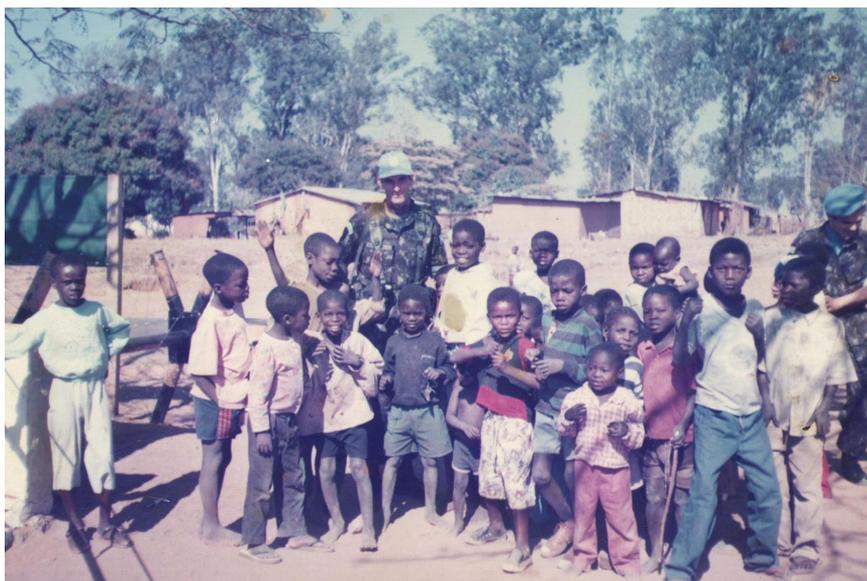
Além dessas ações operacionais, uma série de missões secundárias foram realizadas, tais como:

- escolta de comboios e autoridades;



Patrulhas mecânicas da ONU

- operações humanitárias;



- desminagem; e



- Construção (inclusive pontes) e reparação e desobstrução de estradas.

CONCLUSÃO



Medalha entregue pela ONU aos integrantes da UNAVEM III

Como se vê, as ações realizadas abrangeram um campo bem amplo e para que fossem cumpridas exigiam preparo profissional, dedicação diuturna e enorme capacidade de improvisação, para solucionar problemas complexos em áreas de atuação diferenciadas.

Daí a importância da capacitação dos comandantes das diversas frações e perfeita noção de responsabilidade dos comandados que, não sendo inatas, tem que ser exaustivamente adquirida no adestramento, bem como na seleção judiciosa dos militares que irão compor uma tropa de manutenção de paz.

Finalmente, é importante ter como premissa fundamental não permitir que os militares empregados fiquem na expectativa de que irão atuar num ambiente de paz. Não é uma missão para ser cumprida por soldados pouco adestrados e novatos.

Mais do que qualquer outro fator, serão soldados e unidades competentes, bem adestrados, com iniciativa e flexibilidade que irão enfrentar, com êxito, essas missões em cenário internacional.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Therezinha de. África Subsaariana (caminhos incertos através dos séculos). In A Defesa Nacional. N° 748, 1999.

CORREIA, Pedro de Pezarat. Angola: do Alvor a Lusaka. Lisboa: Hugin Editores, 1996.

COUTINHO, Júlio Raphaël de Freitas. Força de Paz: o que aprendemos. Rio de Janeiro- RJ: Revista do Exército Brasileiro – vol. 134 - 4º Trimestre de 1997.

KANT, Immanuel. À Paz Perpétua: um projeto filosófico – tradução e notas de Bruno Cunha. Petrópolis-RJ: Vozes, 2020 (título original: Zum ewigen Frieden – Ein philosophischer Entwurf).

O’NEIL, John Terrence e REES, Nicholas. United Nations peacekeeping in the post-Cold War era. Londres: Routledge, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. <http://www.un.org>.

VENÂNCIO, Moisés. The United Nations, Peace and Transition: Lessons from Angola. Lisboa: IEEL, 1994.



Seleção e Instrução do Contingente da Força Expedicionária Brasileira (1944) e da Missão de Paz do Haiti (2005-2015): um estudo comparativo

Francisco Bento Ferreira Neto¹

RESUMO

O presente escrito aborda a seleção e a instrução do contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que participou da II GM (1944) em solo italiano, e da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que atuou nesse país entre 2004 e 2017. O objetivo principal foi comparar a preparação da FEB com a da tropa brasileira que participou da MINUSTAH, a fim de verificar aspectos relativos à seleção e à instrução do pessoal, na intenção de constatar e apontar, ao final, mudanças em tais processos, respeitando a diferença da natureza entre esses tipos de operações militares e os respectivos contextos. O método utilizado foi o da pesquisa bibliográfica, relativo à Força Expedicionária, e, também, da pesquisa de campo, com aplicação de questionário a ex-integrantes das Forças de Paz do Haiti. O resultado da pesquisa ficou assim estruturado: primeiramente uma introdução, com a finalidade de apresentar conceitos e ideias que norteiam a compreensão o trabalho; depois são desenvolvidos três capítulos, que apresentam aspectos históricos do problema e o processo de seleção e instrução dos militares para as respectivas missões. Ao final é exposta conclusão com os principais achados da comparação.

Palavras-chave: FEB. MINUSTAH. Seleção. Instrução. Estudo comparativo.

ABSTRACT

The present paper deals with the selection and instruction of the contingent of the Brazilian Expeditionary Force (FEB) who participated in WW II (1944) on Italian soil, and the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), which served

¹ 1º Tenente de Infantaria do Exército Brasileiro, bacharel em Ciências Militares (2017), com Especialização Básica (2018), pela Academia Militar das Agulhas Negras.

in that country between 2005 and 2015. The main objective was to compare the preparation of the FEB with the Brazilian troop that is best known from MINUSTAH, to verify the aspects related to the selection and instruction of the personnel, to verify and point out, in the end, how changes in such processes, respecting the difference in nature between these types of military operations and their respective contexts. The method used was the bibliographic research and, also, the research of the field, with application of the questionnaire to members of the Force of Peace Haiti. The search result was as follows: initially an introduction, with the purpose of presenting concepts and ideas that guide the understanding of the work; then there are instructions developed for three chapters, which historical aspects of the problem and the presented process of selection and of the military for the main missions. At the end, the conclusion is closed with the main findings of the comparison.

Keywords: FEB. MINUSTAH. Selection. Instruction. Comparative study.

1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro (EB), historicamente, além de suas atribuições precípuas de Defesa Nacional, serviu – e serve – ao País como um dos vetores de projeção no cenário internacional, de diferentes formas. Por exemplo, participou da Segunda Guerra Mundial, entre 1944 e 1945, e, ao lado dos Aliados, conseguiu derrotar tropas do Eixo em solo italiano; entre 1965 e 1966, com um contingente de cerca de 1.100 soldados, teve papel decisivo na pacificação da República Dominicana, por meio do Destacamento Brasileiro de Força Armada Interamericana (FAIBRAS), sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA) e, mais recentemente, entre 2004 e 2017, integrou, como principal Força, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH)². Nessas situações, de diferentes contextos, a tropa brasileira foi muito exigida quanto ao seu preparo para o cumprimento da missão. Dentre alguns dos aspectos relativos à preparação do contingente, dois foram fundamentais: a seleção do pessoal e a instrução da tropa.

2 Segundo o site da ONU Brasil: “O Brasil tem participado de missões de paz da ONU desde 1956. Das 71 Operações de Manutenção da Paz já realizadas pelas Nações Unidas, o Brasil já participou de 41 e contribuiu com mais de 58 mil militares e policiais. A maior contribuição do Brasil foi durante a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, mais conhecida como MINUSTAH. O Exército Brasileiro comandou o componente militar por 13 anos consecutivos e o país enviou 37 mil militares e policiais para a operação.” (Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/184072-onu-brasil-e-forcas-armadas-homenageiam-forcas-de-paz>. Acesso em: 26 jul. 2022). A Nota de Aula de Relações Internacionais da AMAN também traz registros sobre essas participações: “A primeira missão foi a UNEF I, na qual o Brasil participou por dez anos (janeiro de 1957 a junho de 1967) com o ‘Batalhão Suez’, um batalhão de infantaria com aproximadamente 600 homens para atuar na região do Sinai e na Faixa de Gaza. Além disso, convém mencionar o envolvimento do país em duas missões de paz realizadas fora do âmbito das Nações Unidas: na República Dominicana, em 1965-66, e na fronteira entre o Equador e o Peru, em 1995-99.” (AMAN, 2018, p. 144). Além dessas operações, a título de exemplos, podem ser citadas as atuações em Angola, Moçambique, Sudão, Costa do Marfim, Libéria, Senegal, Saara Ocidental, Líbano, Chipre, Kosovo e Timor Leste.

Tendo em vista a atual conjuntura mundial, que envolve amplo espectro do combate, incluindo missões de guerra e não-guerra no mesmo teatro de operação, em um cenário desafiador e difícil de ser caracterizado (BRASIL, 2022) cresce de importância esses mesmos aspectos - seleção e instrução da tropa - para tornar o efetivo mais capacitado, a fim de compor forças que integrarão os diversos contingentes para tais missões. Como consequência positiva almejada, além do sucesso da missão, há o aumento da projeção brasileira no cenário internacional³. Portanto, o presente estudo se mostra relevante, pois, comparando a preparação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a da MINUSTAH, nos aspectos de seleção e instrução do efetivo, foram verificados mudanças, acertos e oportunidades de melhoria, que ocorreram no decorrer do tempo, e que servem de ensinamentos colhidos.

A presente pesquisa foi restrita apenas à seleção e à instrução da Força Expedicionária Brasileira, que participou da Segunda Guerra Mundial, e do Batalhão Brasileiro no Haiti (BRABAT), que integrou o contingente da Missão para a Estabilização do Haiti, considerando a diferença da tipologia das missões, tendo em vista que na Segunda Guerra Mundial a participação foi em um conflito interestatal - com a participação em guerra declarada, com fins restritos ao combate contra tropas do Eixo -, e na operação de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti houve participação da tropa brasileira em missão de não-guerra, com intuito de manter, impor ou reconstruir a paz sob a chancela da Carta das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário. Ainda como delimitação, no tocante à participação no Haiti, foi considerado o período de 2005 a 2015⁴.

O objetivo geral, assim, consistiu na comparação entre a seleção e a instrução da tropa brasileira que integrou a FEB com a que integrou as Missões de paz no Haiti, estas no período de 2005 a 2015, verificando se ocorreram mudanças e se elas foram positivas ou negativas, a fim de elencar, como resultado, pontos fortes desses processos e possíveis oportunidades de melhorias.

No tocante às áreas do conhecimento, a pesquisa que deu fruto a este escrito, por tratar do assunto Força Expedicionária Brasileira e Missão de Paz do Haiti, pode ser enquadrada nas áreas de História Militar e de Relações Internacionais, conforme definido na Portaria nº 734, de 19 de agosto de 2010, do Comandante do Exército Brasileiro (BRASIL, 2010).

3 Para AMAN (2018), o aumento da participação de países como o Brasil em operações de paz traz como resultados melhor posição política e maior visibilidade no sistema internacional. “A maior participação também proporciona projeção destacada dentro das próprias organizações multilaterais a que pertencem. Tais participações são encaradas como um mecanismo para evitar que os países desenvolvidos, com ações unilaterais, enfraqueçam os mecanismos multilaterais, além de criarem um relevante campo de articulação dentro das diversas regiões geopolíticas mundiais.” (AMAN, 2018, p. 143). No tocante ao fator estritamente militar, ainda há ganhos para o País, como: 1) conhecimento de novas áreas operacionais; 2) contato com a cultura dos povos nativos; 3) convivência com tropas de diferentes países; 4) oportunidade de treinamento em ambiente de conflito real; 5) avaliação dos equipamentos, armamentos e materiais utilizados, muitas vezes inéditos àquela tropa.

4 Estudo com características semelhantes a este escrito, porém com muito mais profundidade e detalhamento, foi feito por Fernando Velôzo Gomes Pedrosa, publicado pela Bibliex em 2015, a partir de sua pesquisa de mestrado. A investigação buscou, dentre outros objetivos, comparar a preparação da tropa brasileira para a FAIBRAS (1965-1966) com a MINUSTAH (2004-2005).

No que diz respeito à metodologia da pesquisa, que foi de natureza bibliográfica e documental, foram pesquisados alguns autores que dissertaram sobre o assunto⁵, a fim de realizar a comparação da preparação da FEB e do BRABAT, especificamente quanto aos aspectos de seleção e à instrução da tropa.

Como parâmetros de comparação, foram considerados: a) quanto à seleção da tropa - seus critérios e motivação dos selecionados; b) quanto à instrução - a condição dos armamentos, equipamentos e dos uniformes, a alimentação, c) e o processo de adestramento.

O estudo conta com objetivos específicos que são desenvolvidos no decorrer do texto, na forma de capítulos. Primeiramente, foi feito um estudo sobre a preparação da FEB no Brasil, percorrendo-se o contexto histórico da FEB e a seleção e instrução que os pracinhas tiveram antes de serem enviados para os campos da Itália. Posteriormente, foi realizado um estudo sobre a preparação do BRABAT no Brasil, com base em documentos oficiais, como as diretrizes de preparação de tropa para participar da missão de paz do Haiti. Verificou-se, nesta oportunidade, o contexto histórico da MINUSTAH, a seleção e instrução da tropa que integra a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Na sequência, houve a comparação de ambas as preparações, verificando-se, com maior atenção, os aspectos de seleção e instrução da tropa. Para isso, foram utilizados relatos de ex-pracinhas e ex-integrantes da Força de Paz do Haiti, bem como dados obtidos por meio de um questionário realizado pessoalmente com militares que participaram dessa missão de paz, para que se pudesse, no final, chegar a algumas conclusões.

2. FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: CONTEXTO HISTÓRICO, ORGANIZAÇÃO, SELEÇÃO E INSTRUÇÃO DO CONTINGENTE

Com o fim do grande conflito mundial e político que abalou o mundo de 1914 a 1918, a Alemanha estava devastada econômica, política e moralmente. De acordo com Da Cás (2015) essa profunda crise facilitou o surgimento de correntes de características nacionalista, socialistas, militares e totalitárias, como as do Partido Operário Alemão (Partido Nazista). Em janeiro de 1933, o Partido Nazista venceu as eleições alemãs e seu líder, Adolf Hitler, foi eleito Primeiro-Ministro da Alemanha. Após se tornar presidente, Hitler deu início ao III Reich, nome dado ao Terceiro Império Alemão. Também teve início um avanço armamentista, burlando inclusive o Tratado de Versalhes, que tinha limitado o poderio militar alemão: “[...] a Alemanha aumentou seu efetivo de paz para 1.411.00 homens, muito além dos 100 mil permitidos pelo Tratado de Versalhes, sendo que a França, nesse mesmo período, possuía,

⁵ Cabe destacar as referências contidas nos livros Introdução à História Militar Brasileira (2015) e Introdução ao Estudo de História Militar Geral (2015), elaborados por professores da Cadeira de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras. Além dos próprios textos, distribuídos em capítulos temáticos, são indicadas outras fontes, que serviram de fundamentação teórica para este escrito.

somente, 628.000 homens em arma.” (DA CÁS, 2015, p. 231). Em 1 de setembro de 1939, o exército alemão invadiu a Polônia, o que foi o estopim para o início do maior conflito bélico da história: a Segunda Guerra Mundial.

Segundo Moraes (2005), com o surgimento do conflito internacional no continente europeu, os chanceleres das repúblicas americanas reuniram-se e confirmaram, no Panamá, a posição de neutralidade geral de seus países. Entretanto, com o decorrer da guerra e as vitórias das tropas do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), os países americanos viram-se diante de uma nova situação e decidiram mudar a postura outra Reunião de Consulta dos Chanceleres, em Havana, no sentido de considerar como ato de agressão qualquer atentado de Estado não-americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou independência.

O Brasil, que se manteve neutro em relação ao conflito, aderiu às decisões tomadas em Havana e, conseqüentemente, ficou à disposição frente a uma ameaça contra países americanos: “Solidarizou-se o nosso governo com as deliberações acima mencionadas, porquanto os princípios que as nortearam e os objetivos em causa estavam em plena concordância com as tradições jurídicas e pan-americanas da Nação Brasileira” (MORAES, 2005 apud DA CÁS, 2015, p. 231).

Em 28 de janeiro de 1942 o governo brasileiro, seguindo o compromisso firmado com os Estados Unidos e demais países da América, anunciou o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, o Japão e a Itália; tal fato, de acordo com Da Cás (2015), foi consequência do ataque à base naval norte-americana de Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941. Após o rompimento com o Eixo, o Brasil foi alvo de ataques de submarinos alemães no Atlântico. Um exemplo de ataque alemão foi ao navio mercante brasileiro Cabedelo, que desapareceu em fevereiro de 1942, quando se dirigia dos Estados Unidos para o porto de Cabedelo, na Paraíba. Sucessivos ataques alemães a navios brasileiros fomentaram uma onda de indignação por parte da população. Bertha Moraes Nerici, uma enfermeira que serviu ao lado das praticinas na Itália, descreveu o sentimento que era compartilhado pelos brasileiros: “[...] havia uma vibração fortíssima e também uma indignação muito grande com relação ao torpedeamento dos nossos navios, inclusive navios de passageiros. O espírito de revolta contagiou civis e militares e foi feita a convocação pelo jornal” (NERICI, 2001, p. 196).

Além da indignação, outro sentimento que pairava no momento era o de patriotismo, conseqüente do afundamento dos navios brasileiros. Tem-se, como exemplo, o depoimento do sargento fuzileiro Oswaldo Matuk:

[...] um repórter comunicou que o Brasil tinha declarado guerra e, já nessa hora, estava convocando os brasileiros para se apresentarem, a fim de vingarem os torpedeamentos de navios. Aquilo me penetrou na alma porque diversos navios tinham sido afundados, num total de 32. Isso, para quem ama a Pátria e dá valor ao patrimônio nacional é o mesmo que uma punhalada no coração. Surge o sentimento de vingança não sei se comovido pelas marchas militares ou pela voz do locutor. (MATUK, 2001, p. 248)

Diante disso, em 22 de agosto de 1942 o Brasil declarou guerra à Alemanha. Após tal data, outros navios continuaram sendo abatidos “[...] outros doze foram afundados, totalizando, aproximadamente, um terço da Marinha Mercante Brasileira e provocando a morte ou desaparecimento de 971 pessoas, dentre tripulantes e passageiros.” (DA CÁS, 2015, p. 236). Dessa maneira ganhou força a ideia de o Brasil participar diretamente no conflito, enviando uma força expedicionária à Europa para se juntar aos Aliados.

A forma que o Brasil participaria da guerra foi decidida em 27 de agosto, na Comissão Militar Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, em Washington.

Destacam-se, dessas decisões, o envio de um corpo de Exército, três divisões de Infantaria (DI), mais os elementos de apoio, à África ou Europa, com organização igual a adotada pela doutrina militar norte-americana. Também seria enviado um grupo de caça da FAB ao teatro de operações. Os Estados Unidos forneceriam o material bélico e os artigos de subsistência pelo “Lend Lease”, com previsão de 50% do material de uma DI a ser entregue no Brasil para treinamento das Divisões brasileiras, e ofereciam estágios de instrução militar para oficiais brasileiros nos EUA e o envio de militares norte-americanos como instrutores para o Brasil. (DA CÁS, 2005, p. 236)

Seleção e Instrução da FEB

A seleção de pessoal, tanto na parte física, quanto na parte intelectual, foi uma dificuldade enfrentada pela FEB. Quanto à parte física, tais dificuldades se encontravam, segundo Moraes (2005), presentes na própria característica do homem brasileiro, que foi um empecilho para compor as unidades que iam para o combate. Moraes (2005), baseado nos sucessos em operações extracontinentais norte-americanas, afirma que as ações militares na época eram bem-sucedidas graças a robustez física dos homens e tal característica não era típica do brasileiro. Quanto à parte intelectual, tal dificuldade foi encontrada para a seleção de comandantes das subunidades da FEB, tendo em vista o envelhecimento do quadro de capitães. Dessa forma, oficiais inexperientes e não possuidores do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais assumiram o comando das subunidades e, seguindo um “efeito dominó”, os postos de comandantes de pelotão também foram ocupados por oficiais ou aspirantes-a-oficial inexperientes e recém-formados na Escola Militar.

Outro empecilho enfrentado na seleção dos componentes da FEB foi a seleção médica, que, de acordo com Savian (2015), ocorreu sem seguir uma padronização. Enquanto em algumas regiões houve um rigor excessivo na avaliação médica da tropa, em outras uma certa negligência na seleção do pessoal. Tal fato se deveu à existência de diversas juntas médicas espalhadas pelo Brasil, que dificultou a criação de padrões comuns entre elas.

Após ser selecionada, a tropa iniciou sua concentração, que, apesar de estar

prevista para a cidade de Resende, no interior do estado do Rio de Janeiro, ocorreu em vários pontos espalhados pela cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista a falta de tempo e de recursos. Nessas circunstâncias, a tropa brasileira passou a se alojar em instalações precárias e lotadas, que já estavam ocupadas por outras unidades: “[...] OM com acomodações para 2.000 homens recebeu até 3.500, criando um ambiente interno desconfortável e desagradável.” (DA CÁS, 2015, p. 244).

O padre Manuel Inocêncio L. dos Santos, capelão, abordou a questão dos alojamentos que se localizavam no morro do Capistrano, na Vila Militar, e que apresentavam condições inadequadas, até mesmo inaceitáveis:

A entrada nos alojamentos do Capistrano era um tanto chocante “oves et boves et universa pecora...” Representantes da mocidade de todo o Brasil, desde o gaúcho alto e louro até o nordestino mirrado e aparentemente franzino. Um descumunal arrastão. Diga-se por amor, à verdade; a impressão não era positivamente agradável. O calor sufocante, moscas rodopiavam em negros enxames. No fundo, atrás do último pavilhão, restos de comida atirados pelas valetas aumentavam o tormento. Demais, a displicência da soldadesca, indolente, tanto quanto à indiferença dos oficiais absorvidos no trabalho, gerava atmosfera desanimadora para o sacerdote, que não via onde começar sua ação. (SANTOS, 1950, p. 396)

A aglomeração de tropas em um mesmo local, a proximidade de subúrbios do Rio de Janeiro e o fácil acesso a estados vizinhos, como São Paulo e Minas Gerais, levaram a constantes fugas de soldados e, dessa forma, aumentaram os problemas de indisciplina.

Após estabelecer a tropa em um local, era necessário alimentá-la. “Nessa questão há quase consenso: as refeições servidas à tropa eram de péssima qualidade” (SAVIAN, 2015, p. 6). De acordo com Pedrozelli (2001 apud SAVIAN, 2015, p. 6) e Piason (1950 apud SAVIAN, 2015, p. 6), existia uma falta de cuidado no preparo da refeição e, além disso, existia uma carência em higienização do material do rancho. Como exemplo, as marmitas permaneciam engorduradas por falta de limpeza, o que atraía insetos e doenças.

Outras duas dificuldades para preparar a FEB consistiram na absoluta insuficiência do material de guerra norte-americano e na inexistência de um uniforme adequado ao futuro teatro de operações (MORAES, 2005). Os problemas para fardar a tropa eram de duas espécies: a péssima qualidade do material e a proximidade da aparência com o uniforme do exército alemão, o que acarretou problemas para tropa brasileira ao desembarcar em solo europeu.

De péssima qualidade, os uniformes, denominados “Zé Carioca”, machucavam os soldados e desbotavam e rasgavam facilmente. Acabou substituído por outro que tinha a mesma cor do das tropas alemãs, o que trouxe problemas aos brasileiros quando eles desembarcaram na Itália. (SAVIAN, 2015, p. 6)

Quanto ao equipamento e ao armamento utilizado pelo Exército Brasileiro, em sua maioria era ultrapassado, em comparação às forças dos países que combatiam na Europa. Tal fato fez o Brasil adquirir seu aparelhamento bélico junto aos Estados Unidos, que forneceram um material adequado para o combate da época. Entretanto, nem todo o material prometido foi enviado para o treinamento da 1ª DIE no Rio de Janeiro. Isso resultou em um treinamento inadequado por parte dos pracinhas, que se prepararam utilizando armamento e equipamento que não seriam empregados em combate. Além disso, poucos tinham conhecimentos em manusear o material novo adquirido⁶. Como afirmou Moraes, não havia entre os reservistas convocados e soldados aproveitados na FEB elementos que tivessem visto, pelo menos, o material que iriam utilizar (MORAES, 2005).

Com a tropa armada e equipada, foi dado início à instrução e ao treinamento da tropa. Devido à falta de uma reserva preparada, que estivesse em condições de ser empregada, o adestramento dos pracinhas se iniciou pela instrução individual básica. De acordo com Moraes (2005), a instrução da FEB foi em dois ciclos diferentes: o primeiro era um treinamento inicial, pautado na referida instrução individual básica, e o segundo em um desenvolvimento geral da instrução, com o objetivo de empregar as unidades constituídas

Outro obstáculo a ser vencido era incorporar nas fileiras do Exército uma doutrina de guerra americana, tendo em vista o fracasso da doutrina militar francesa, usada por mais de vinte anos pelo Exército Brasileiro, frente à doutrina alemã, baseada na “Blitzkrieg” (guerra relâmpago). Tal mudança repentina trouxe transtornos que dificultaram a preparação da FEB para enfrentar os desafios que a aguardava. A transformação doutrinária trouxe para o Brasil alguns instrutores americanos, bem como alguns manuais norte-americanos foram utilizados para instruir a tropa, o que gerou uma dificuldade muito grande para a transmissão do conhecimento e a comunicação durante as instruções, em razão do desconhecimento do idioma inglês por parte da maioria da tropa.

3. MINUSTAH: CONTEXTO HISTÓRICO, ORGANIZAÇÃO, SELEÇÃO E INSTRUÇÃO DO CONTINGENTE

Contexto histórico da MINUSTAH

O Haiti é um país caracterizado pela constante instabilidade política que per-

6 Pedrosa (2015) também constatou em sua pesquisa sobre a preparação da FAIBRAS dificuldades nesse sentido. Naquele caso em particular, concluiu que uma atenção especial na preparação do contingente que iria para a República Dominicana foi dada à instrução de armamento e tiro, “uma vez que a unidade [militar] estava recebendo os novíssimos fuzis FAL, que haviam sido recentemente adquiridos pelo Exército Brasileiro.” (PEDROSA, 2015, p. 106). Segundo ainda esse autor: “As armas tiveram que ser descaixotadas, conferidas e limpas, para a remoção da graxa de proteção, sendo logo distribuídas à tropa.” (PEDROSA, 2015, p. 106). Os próprios instrutores, oficiais e sargentos, tiveram pouco tempo para estudar o novo armamento, a fim de formarem seus efetivos. Por fim, foram verificados mais dois óbices: 1) o curtíssimo prazo da preparação para a missão, de 19 a 26 de maio de 1965, quando ocorreu o embarque da tropa principal, formada pelo Primeiro Batalhão do Regimento Escola de Infantaria, o (Primeiro do Rei), I/Resl, e 2) a falta de instrução militar específica sobre combate em localidade (PEDROSA, 2015).

meia sua história. Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou seu envolvimento em 1993, com a International Civilian Mission in Haiti. Entretanto, a missão não obteve êxito devido à falta de cooperação das autoridades haitianas. Com isso, em 1994, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) autorizou a utilização no país de uma Força Multidimensional para garantir a estabilidade no Haiti, contribuindo para manutenção da legitimidade do governo haitiano, bem como a vigência da sua constituição. Após a Força Multidimensional, iniciou-se uma série de missões de 1994 a 2001.

A operação de manutenção da paz multidimensional das Nações Unidas – United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) – foi aprovada pela Resolução 1542, do CSNU, em 2004. Tal operação foi motivada frente à constante instabilidade política do país, que resultou em um pedido oficial, realizado pelo presidente interino do país, Boniface Alexandre. Este solicitou o auxílio de das Nações Unidas para manutenção da estabilidade e segurança interna do país e o apoio em uma transição política pacífica.

Tal solicitação foi consequência de uma crise que se propagou pelo país após a suspeita de manipulação nas eleições presidenciais de 2000, favorável a Jean-Bertrand Aristide.

Tais suspeitas fomentaram a insatisfação da oposição que, a partir de 2003, começou a clamar pela renúncia do presidente. A tensão prolongou-se até 2004, quando, por iniciativa de insurgentes, conflitos armados eclodiram em todo o país e deram ensejo a massivas violações de direitos humanos, começando pela cidade de Gonaives, o que forçou Aristide a deixar o país. (FAGANELLO, 2013, p. 218)

O histórico de instabilidade do Haiti, somado aos novos acontecimentos, levou o Secretário Geral das Nações Unidas recomendar ao Conselho de Segurança a criação de uma missão de paz multidimensional mais robusta, para garantir a estabilidade da região e o respeito aos direitos humanos.

Tal como previsto pela referida resolução e com base nas conclusões da equipe de estabilização multidisciplinar, que visitou o país em março de 2004, o Secretário-Geral recomendou a criação de uma operação de estabilização multidimensional, a ser conhecida como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH. (VALENCIA, 2010, p. 184)

Após autorizado o desdobramento da MINUSTAH pelo Conselho de Segurança da ONU, o Brasil assumiu o comando da peacekeeping operation. A participação das Forças Armadas do Brasil foi autorizada pela aprovação do governo federal através do Decreto Legislativo 207, que foi aprovado pelo Congresso Nacional em 19 de maio de 2004.

Art. 1º - Fica autorizado o envio de contingente de 1.200 (mil e duzentos) militares brasileiros para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em modificação do referido contingente, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. (BRASIL, 2004)

Dessa forma, o Exército Brasileiro enviou uma brigada de força de paz – Brigada Haiti – com estrutura flexível, sendo capaz de acomodar outras subunidades estrangeiras. Após um reconhecimento da região, a fim de levantar todas as formas de expressão de poder, organizou-se a Brigada Haiti com o 19º Batalhão de Infantaria Motorizado como base, com o reforço de elementos do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil e por um representante da Força Aérea Brasileira (FAB). Seu efetivo total, de acordo com Faganello (2013), foi de 1200 militares, como previsto no Decreto Legislativo que garantia a legalidade e legitimidade do envio da tropa.

A brigada brasileira substituiu uma Força Multinacional que estava operando naquele país, composta por Estados Unidos da América, Canadá, França e Chile. Entrou em ação um mês após sua chegada e tinha como área de responsabilidade praticamente todo o território nacional do Haiti. Atuava enquadrada dentro da MINUSTAH, que contava com aproximadamente 6.700 homens, sob o comando do General Heleno Ribeiro Pereira, oriundos de Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Portugal, Turquia e Uruguai.

Desse universo, quase 1.300 homens eram de nacionalidade brasileira. O emprego dessa monta de recursos humanos, mais equipamentos e esforços logísticos, fez da MINUSTAH o evento de maior participação das Forças Armadas brasileiras desde a Segunda Guerra Mundial. (FAGANELLO, 2013, p. 220)

O perfil da tropa brasileira foi se alterando com o decorrer do tempo. Em maio de 2005, a Brigada Haiti foi substituída por um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT), que contava com um efetivo de cerca de mil e cinquenta homens. O BRABAT, no mesmo ano, contou com o reforço de homens de Engenharia do Exército, com o efetivo de uma companhia (150 homens aproximadamente).

O terremoto, ocorrido no dia 12 de janeiro de 2010, trouxe implicações para a composição e o emprego da MINUSTAH. Houve um aumento do efetivo de forma a prover o apoio direto e imediato a população local que estava devastada frente a tal desastre natural.

[...] por meio da Resolução 1908, de 19 de janeiro de 2010, aumentou o efetivo da MINUSTAH para apoiar o imediato restabelecimento, a reconstrução e os esforços para alcançar a estabilidade. Assim, o Congresso Nacional aprovou o envio de mais

1300 militares brasileiros, sendo 900 enviados imediatamente. Este efetivo compõe o BRABATT 2 e sua missão é atuar na segurança, na distribuição de água e alimentos, no atendimento a feridos e desabrigados e na reconstrução da infraestrutura. (VALENCIA, 2010, p. 183)

O emprego da tropa nessa missão de paz foi resultado de um somatório de esforços de diversos órgãos das Forças Armadas e de outros setores do governo, e visou assegurar a estabilidade e a segurança no Haiti sob a égide das Nações Unidas, tendo como prioridade o respeito aos Direitos Humanos.

Seleção e instrução do contingente brasileiro

A preparação da então Brigada Haiti, em 2004, contou, inicialmente, com dificuldades relativas ao prazo limitado para reunir pessoal e material de diversas organizações militares, do Exército e da Marinha, sobretudo. No caso específico do Exército, disse Pedrosa (2015) que a situação foi agravada por alguns fatores, dentre esses a escassez de meios nas unidades militares e a “necessidade de receber pessoal de mais de 20 unidades diferentes para compor um simples batalhão” (PEDROSA, 2015, p. 116). Isso dificultou a preparação, sobretudo no que diz respeito à falta de conhecimento mútuo e de espírito de equipe entre o efetivo⁷.

Contudo, para os propósitos deste escrito, principalmente no tocante à comparação entre os critérios seleção e instrução, e as modificações alcançadas nesse interregno, o estudo da preparação da tropa brasileira para participar de operação de paz do presente trabalho teve como base o ano de 2015, a partir da Diretriz de Preparação Específica da Tropa para Missão de Paz referente ao BRABAT 24, no ano de 2015. O objetivo de tal documento foi o de “[...] coordenar as atividades dos Comandos Militares de Área (C Mil A), Brigadas e Órgão de Direção Setorial envolvidos na seleção e preparação específica do 24º Contingente Brasileiro a ser empregado na MINUSTAH, em 2016.” (BRASIL, 2015).

O processo se iniciou com a seleção de uma Brigada de determinado Comando Militar de Área pelo Comando de Operações Terrestres (COTER). Cada Organização Militar de valor Unidade forneceu uma tropa valor subunidade.

O processo de recrutamento do pessoal para integrar o contingente, de acordo com Brasil (2015), foi de responsabilidade do comandante militar de área. Os médicos e dentistas que integraram a missão foi de escolha do Gabinete do Exército e depen-

7 Um fato curioso constatado na pesquisa de Pedrosa (2015) disse respeito ao transporte das viaturas, de São Leopoldo (RS), local do 19º Batalhão de Infantaria Motorizado - tropa que compôs a maioria do efetivo inicial da missão - ao Rio de Janeiro. As viaturas tiveram que ser pintadas com as cores da ONU e remetidas ao porto do Rio de Janeiro antes mesmo da aprovação do envio da tropa brasileira pelo Congresso Nacional. “O movimento dessas viaturas despertou o interesse da imprensa e sofreu duras críticas por parte de parlamentares da oposição, que consideraram essa movimentação como um ultraje ao Congresso Nacional e à Constituição, nas palavras do deputado Fernando Gabeira.” (PEDROSA, 2015, p. 117). O Exército justificou essas providências antecipadas devido à premência do calendário.

deu da quantidade de pessoal voluntário e das possíveis repercussões para o sistema de saúde do Exército, que seria prejudicado com a ausência temporária desse pessoal.

O documento trouxe a necessidade de um rigoroso processo de seleção, tendo em vista a importância da missão, que ocorreu no exterior, e a seleção de pessoal inadequado poderia comprometer todo o contingente e, conseqüentemente, afetar a imagem do Brasil no cenário internacional. Por isso, ao escolher o pessoal deve-se atentar para que o militar escolhido tivesse o perfil indicado para tal missão,

Caso a Brigada não possua militares que se enquadrem no perfil indicado, o Comando Militar de Área selecionará em outras OM desse Cmdo. Se ainda assim não conseguir selecionar, solicitará ao COTER o preenchimento dos claros. (BRASIL, 2015, p. 3)

Uma série de critérios foram adotados pelo Exército Brasileiro para o recrutamento do pessoal, dessa forma tornando a seleção a mais rigorosa possível. Por se tornar oportunidade ímpar na carreira do militar, em termos de experiência e ganho profissional, houve a ideia de formulação de um revezamento do efetivo, de forma que o recrutamento de pessoal fosse em um universo de militares que ainda não participaram de missão de paz. Os cabos e soldados componentes foram do efetivo do Núcleo Base e selecionados a partir do segundo ano de serviço até o penúltimo ano. Quanto aos oficiais e 3º sargentos, foram priorizados os militares de carreira em detrimento dos temporários, devido à experiência que tal missão proporcionara para a Força. Os militares com qualquer tipo de problema de saúde não foram considerados, priorizando, assim, os com melhores condições físicas e higidez. Todos os militares que compuseram o BRABAT foram voluntários e assumiram tal condição com o preenchimento da Declaração de Voluntários para Missão de Paz.

Os militares passarão também por exames médicos e laboratoriais, que serão uma das primeiras atividades realizadas pelos voluntários no começo da preparação. Para que isto ocorra, será constituída uma ou mais Juntas de Inspeção de Saúde Especial (JISE) que inspecionará a totalidade de voluntários para integrar a missão, tanto os titulares quanto os reservas. (NEVES, 2015, p. 23)

Brasil (2014) prescreveu também que todos os militares selecionados deveriam ser vacinados e imunizados, sob responsabilidade do Comando Militar de Área. Especificou também as vacinas obrigatórias - Hepatite “A” e “B”, Difteria e Tétano, Febre Amarela, Sarampo, Caxumba e Rubéola. As vacinas deveriam ser aplicadas antes do embarque para o Haiti e, para que isso ocorresse no tempo previsto, foi necessário que o Comando Militar de Área entrasse em contato com os órgãos de saúde pública,

Durante o processo de seleção, uma parte importante descrita por Brasil (2015) foi a Avaliação Psicológica dos Integrantes do Contingente, realizada pelo Centro de Estudo de Pessoal (CEP). Os objetivos desta avaliação foram citados e serviram de assessoramento para seleção de pessoal,

[...] a fim de permitir a sua utilização como instrumento de apoio à seleção, informando, se o militar está indicado ou contraindicado para aquele contingente. O Cumprimento desse prazo permitirá ao coordenador do preparo, quando julgar pertinente, excluir militares contraindicados e substituí-los antes da tropa ser concentrada. (BRASIL, 2015, p. 10)

Outra atividade obrigatória realizada pela tropa foi a avaliação e preparação física do contingente, apresentada por Brasil (2015) e que teve o apoio do Instituto de Pesquisa e Capacitação Física do Exército (IPCFEx). No início os militares foram avaliados quanto à parte física, para que se pudesse estabelecer planos de treinamento a fim de melhorar o condicionamento físico do efetivo. Foi exigido durante o preparo do contingente a realização de testes de aptidão física previstos pelo Plano de Instrução Militar do COTER. Durante o emprego no Haiti os militares realizaram nova avaliação física pelo IPCFEx. Estabeleceu-se, assim, um acompanhamento constante, por meio de um banco de dados do desempenho físico dos militares.

A preparação do contingente seguiu a metodologia de instrução “por nível”, através do qual, como explica Brasil (2015), os conhecimentos para missão foram transmitidos da seguinte forma:

b) os oficiais recebem as instruções (conhecimento específico) diretamente do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), por intermédio de estágios, de acordo com o previsto no nº 2) do presente item. Isso caracteriza o preparo dos capitães e tenentes do Contingente como instrutores de tropa. Dessa forma, a partir da realização dos mencionados estágios no CCOPAB (1º nível), o conhecimento específico auferido pelos oficiais é repassado às praças pré-selecionadas do Contingente (2º nível), de forma descentralizada, em pólos de instrução, normalmente ao longo de oito a doze semanas de instrução. c) ao final de aproximadamente dez semanas de instrução, a preparação específica é coroada pela realização de dois exercícios finais de adestramento: - o Exercício Básico de Operações de Paz (EBOP), para frações e pequenas frações; e - o Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP), onde todo o batalhão é adestrado e avaliado. (BRASIL, 2014, p. 5).

A preparação da tropa se dividiu em: medidas preliminares de preparação, preparação descentralizada e preparação centralizada. Após as três fases, ocorreu o Exercício Avançado de Operações de Paz, em que é feita a consolidação de tudo que foi aprendido por parte do contingente. Todas as atividades foram conduzidas pelos Comandos Militares de Área, com o auxílio do Centro Conjunto de Operações de Paz no Brasil (CCOPAB), e tiveram duração prevista de 15 a 17 semanas, de acordo com Brasil (2015).

O Centro Conjunto de Operações de Paz

A missão do Centro Conjunto de Operações de Paz (CCOPAB) é “Apoiar a preparação de militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para missões de paz e desminagem humanitária.” (CCOPAB, 2006).

O CCOPAB se localiza na cidade do Rio de Janeiro e nele são realizados estágios que visam preparar o contingente brasileiro para participar da MINUSTAH, como por exemplo o Estágio de Preparação de Comandantes de Subunidade e Pelotão, que ocorre durante a fase da preparação descentralizada. Tal estágio visa capacitar os oficiais, no escalão pelotão e subunidade, para comandar suas respectivas frações durante as atividades no Haiti.

De acordo com CCOPAB (2006), foram ministrados assuntos que abordaram os procedimentos utilizados no Haiti, dando maior importância para o tiro, o aproveitamento do terreno e instruções sobre as regras de engajamento.

Os militares selecionados para missão foram alojados no CCOPAB, com alimentação, acesso à internet nos alojamentos e equipamento individual.

Estágio Básico de Operações de Paz

O Estágio Básico de Operações de Paz (EBOP) foi realizado a cargo do Comando Militar de Área e tem a duração de uma semana, dividindo-se em duas fases. Durante a primeira fase do Exercício Básico de Operações de Paz, foi realizado um adestramento nível pelotão, que teve duração de cinco dias e, durante a segunda fase, foi realizado um adestramento nível subunidade, com duração de dois dias.

As atividades são contextualizadas em condições semelhantes às previstas para o emprego da tropa no Haiti e os meios empregados, dentro do possível, são similares aos que estarão à disposição das frações nas suas Áreas Operacionais de Responsabilidade (AOR). (VALENCIA, 2010, p. 202)

Durante a 1ª fase os pelotões passaram por 20 oficinas, das quais 16 diurnas e 4 noturnas, e transcorreram de acordo com as tabelas abaixo:

Quadro 1 – Oficinas Diurnas

Oficinas	Atividade nível pelotão
01	Escolta de Comboio
02	Segurança de Autoridade
03	Operação de Comunicação Social
04	Patrulha Motorizada, localização e socorro a vítimas
05	Patrulha Mecanizada
06	Operação de Busca e Apreensão (OBA) e Entrada Tática

07	Progressão em Área Edificada
08	Patrulha Motorizada
09	Operação de Controle de Distúrbios (OCD)
10	Patrulha a Pé
11	Vasculhamento
12	Segurança de Ponto Forte
13	Segurança de ACISO, Distribuição de Alimentos e Op Psc
14	Check Point e Static Point
15	Módulo Especial de Combate Avançado (MECA) – Execução de Tiro
16	Exploração de Comunicações

Fonte: Valencia, 2010

Quadro 1 – Oficinas Noturnas

Oficinas	Atividade nível pelotão
17	Progressão em Área Edificada
18	Check Point
19	Segurança de Ponto Forte
20	Patrulha a Pé

Fonte: Valencia, 2010

Nos intervalos das oficinas, o idioma “creole”, falado pelos haitianos, foi praticado exaustivamente pelos integrantes das frações em exercício.

Durante o desenvolvimento das duas fases, alguns assuntos foram tratados com atenção especial, no caso, tiro e operações tipo polícia.

Estágio Avançado de Operações de Paz

O Estágio Avançado de Operações de Paz (OAOP) foi realizado pelo CCO-PAB na forma de um exercício de campanha, com a integração de ações simultâneas, operadas em amplo espectro e com a participação de militares e civis. Tentou trazer maior realidade possível, com ações que possivelmente ocorreriam no Haiti. O estágio teve como objetivos:

Avaliar o efetivo selecionado para compor o Batalhão de Infantaria de Força de Paz no planejamento e na execução de tarefas atribuídas pelo comando de uma Força de Paz Multidimensional, nas suas respectivas áreas de responsabilidade; - avaliar o efetivo selecionado quanto ao nível de pronto operacional, adestramento, condicionamento físico, integração e eficiência profissional em Operação de Manutenção de Paz Multidimen-

sional (OMPM); - familiarizar os integrantes do BRABATT com a situação atualizada existente no Haiti; - padronizar a execução das ações de OMPM, adestrando as subunidades do Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BI F Paz) e seu EM, na sincronização de ações, na integração e coordenação dos Sistemas Operacionais de Combate; - desenvolver os Atributos da Área Afetiva (AAA) necessários às OMPM; - consolidar o espírito de corpo e o sentimento de cumprimento de missão entre os integrantes do BI F Paz; - desenvolver o valor moral da tropa avaliada; e - oferecer a oportunidade do exercício da liderança militar em uma OMPM nos diversos níveis. (VALENCIA, 2010, p. 204)

No exercício foram empregados oficiais e sargentos do Centro de Avaliação de Adestramento do Exército (CAAdEx), que atuaram na função de observadores, controladores e avaliadores, e foi realizada uma avaliação pelo CCOPAB e pelo COTER, quanto aos diferentes escalões de comando e adestramento da tropa.

O Estágio Avançado de Operações de Paz foi o coroamento do período de instruções do contingente e avaliou aspectos positivos e oportunidades de melhoria quanto ao adestramento da tropa, garantindo assim que ela possuísse as melhores condições possíveis para participar de uma missão internacional.

A preparação linguística da tropa

Brasil (2014) previu a importância da compreensão oral e auditiva dos idiomas empregados no local da missão, sendo eles o inglês, francês e o creole, (idioma nativo do Haiti). A distribuição dos militares nos respectivos idiomas deveria atender para as necessidades linguísticas em consequência da função desempenhada. Brasil (2014) recomendou a seguinte divisão:

Quadro 3 – A distribuição dos militares nos respectivos idiomas

Idioma	Militares
Inglês	Cmt e SCmt do Batalhão
Francês	Cmt e SCmt do Batalhão e Cmt de Companhias
Creole	Cmt de pequenas frações e tropa (militares em contato direto com os locais)

Fonte: Valencia, 2010

Quanto ao planejamento das aulas, Brasil (2014) expôs da seguinte forma:

1) O preparo de idiomas deverá ser desenvolvido ao longo de 12 semanas, as duas primeiras semanas serão utilizadas para medidas administrativa (aplicação de teste de nivelamento, constituição das turmas, elaboração das relações das turmas com horário e local de aulas, reunião preparatória com o Contingente, distribuição do material e etc) que se fazem necessárias e que

antecedam a fase de preparo propriamente dita e composta de 10 semanas.2) A carga horária mínima deverá ser de 60 horas para cada idioma. 3) A preparação linguística deverá se desenvolver, preferencialmente, através de quatro encontros semanais de 1:30h cada encontro. (BRASIL, 2014, p. 15)

O nivelamento linguístico dos integrantes do Batalhão tinha previsão de verificação durante as oficinas realizadas no Exercício Básico de Operações de Paz. Durante a execução do Exercício Avançado de Operações de Paz, foram planejados incidentes para que a tropa pratique os conhecimentos linguísticos assimilados.

4. COMPARAÇÃO ENTRE A SELEÇÃO E A INSTRUÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONARIA BRASILEIRA E O CONTINGENTE BRASILEIRO DA MINUSTAH

Neste capítulo é realizada a comparação entre a seleção e instrução da tropa brasileira que participou da Segunda Guerra Mundial e da seleção e instrução para participar da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti. Para isso, além da consideração do escrito anteriormente, foram apresentados dados coletados em relatos de pracinhas, por meio de fontes bibliográficas, e de relatos de ex-integrantes da MINUSTAH, que participaram da missão de 2005 a 2015. Pretendeu-se verificar, ao final da pesquisa, as mudanças ocorridas na preparação do Exército Brasileiro nesses aspectos para participar de operações reais, que, apesar de diferentes tipificações (guerra e não-guerra), demonstra o emprego da tropa brasileira em um cenário internacional.

Quanto à seleção do pessoal

A seleção dos combatentes que integraram a FEB não ocorreu nas melhores condições e não atendeu a um rigor padronizado. Tal fato foi consequência de diversos fatores que dificultaram o recrutamento do efetivo para compor a FEB, que incluíram as condições físicas do homem brasileiro, o perfil e a formação do efetivo militar permanente à época, a diferença de motivação entre os integrantes da tropa e a falta de padronização entre as juntas médicas que realizaram os exames médicos e psicológicos.

A falta de oficiais comandantes de subunidade e pelotão preparados e em condições de ir para guerra, tal fato se deve ao quadro de envelhecimento dos oficiais da época e foi solucionado com a ascensão de postos por militares inexperientes e, no caso dos comandantes de subunidade, sem o curso de aperfeiçoamento de oficiais e a utilização de oficiais temporários para executar as funções de comandantes de pelotão.

A incorporação de soldados profissionais e outros que foram inesperadamente recrutados, o que, segundo Savian (2015), ocasionou uma diferença nas motivações

deles para o cumprimento de suas missões (enquanto os primeiros visavam destaque profissional, os últimos visavam apenas o cumprimento de suas obrigações legais).

A disparidade em termos motivacionais de participar da guerra. De acordo com Savian (2015), com base em relatos de pracinhas, existiam os que queriam voluntariamente participar da guerra, os que não queriam e os que não se conformavam em ir. Nota-se tal fato no depoimento de César Serau, cabo integrante da FEB.

Fora uma minoria, ninguém queria ir para a guerra, mas 100% dos que foram combateram com muita boa vontade para cumprir com o seu dever. Lembro-me que, ainda no 4º RI [4º Regimento de Infantaria], descia do trem para entrar no portão do quartel, mais ou menos às 7 horas, muitos convocados, à paisana ainda, chegavam com papel na mão gritando: – Sou casado! Eu sou casado! Com certidão de casamento em punho. Muitos tinham casado na véspera, só para não irem para a guerra, pois quem era casado não ia, só se fossem oficiais ou sargentos. (SERAU, 2001, p. 245 apud SAVIAN, 2015, p. 4)

Alguns critérios foram estabelecidos para a seleção da tropa febian, tais como, o mínimo de cinco anos de escolaridade, 26 dentes naturais, altura mínima de 1,60 cm e peso mínimo de 60 kg. De acordo com Gonçalves (1951), era esperado que, com os exames médicos e psicológicos, existisse uma seleção mais rigorosa do pessoal. Tal fato não ocorreu devido à disparidade na adoção dos critérios de seleção pelas juntas médicas espalhadas pelo Brasil, que, por não ter pessoal suficiente que atendesse a tais critérios, aprovou militares que não estavam em plenas condições de combater. “Assustou também o número de praças e oficiais do Exército regular com enfermidades que haviam passados despercebidas nos exames médicos de sua admissão a instituição, e eram consideradas inaceitáveis para compor uma tropa em condições de entrar em combate.” (GANÇALVES, 1951, pp. 77-78).

A seleção para compor os contingentes brasileiros que integraram a MINUSTAH ocorreu de forma mais rigorosa, com a existência de padronização contida nas diretrizes de preparação específica da tropa da missão de paz, que determinava uma série de aspectos a serem atendidos pelos militares que integraram a missão. Dentre esses critérios, podem ser destacados: a seleção de cabos e soldados que estejam, no mínimo, em seu segundo ano de serviço e, no máximo, em seu penúltimo ano; a priorização da seleção de sargentos e oficiais de carreira em detrimento dos temporários; a exclusão de qualquer militar que esteja com qualquer tipo de problema de saúde ou pessoal; e a obrigatoriedade da assinatura da Declaração de Voluntários para Missão de Paz, que visou dar transparência à questão do caráter voluntário, por parte do militar, para participar da missão.

De acordo com a pesquisa de campo realizada com dez oficiais do Exército Brasileiro que integraram a MINUSTAH de 2005 a 2015, sobre aspectos relativos à preparação da tropa, dentre esses a seleção e a motivação da mesma, 80% dos entrevistados consideraram que a seleção da tropa ocorreu de forma rigorosa ou com bastante rigor, dos quais 50% consideraram rigorosa e 30% bastante rigorosa. E

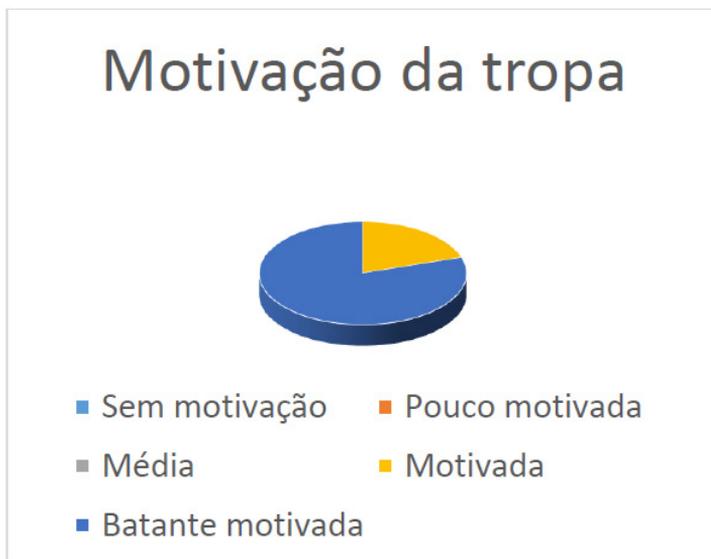
100% consideraram a tropa motivada ou muito motivada, dos quais, 80% consideraram a tropa muito motivada e 20% consideraram a tropa motivada. Tais informações podem ser verificadas nos gráficos a seguir:

Gráfico 1 – Seleção da tropa brasileira para MINUSTAH



Fonte: o autor.

Gráfico 2 – Motivação da tropa brasileira para MINUSTAH



Fonte: o autor.

A seleção da tropa que integrou os diversos contingentes da MINUSTAH ocorreu de forma criteriosa, sendo escolhido para a missão militares voluntários com boas condições físicas, psicológicas e que não possuíam problemas pessoais que viessem afetar a missão. Dessa forma, procurou-se escolher os militares mais aptos e adequados para compor o efetivo. Além da literatura consultada e de reportagens que versaram sobre a participação da MINUSTAH, alguns relatos foram coletados e considerados pela pesquisa. Por exemplo, para o Capitão Eurico de Vasconcelos Gomes, que participou da missão em 2008 e 2010, e que exerceu a função de instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2017, afirmou que: “A seleção dos militares para compor os contingentes da missão do Haiti tem sido criteriosa, buscando compor frações com os militares mais destacados das Organizações Militares e que são voluntários.” O Capitão Bruno Enéas Carvalho dos Anjos, que participou da missão em 2012 e 2013, e que exerceu a função de instrutor na AMAN em 2017, expôs que: “foram aplicados três testes físicos sob supervisão do Centro de Capacitação Física do Exército e um exame psicológico, que reprovou alguns militares que tinham problemas diversos⁸.”

Quanto à instrução da tropa

A instrução dos pracinhas teve início com a instrução individual básica, devido à falta de uma reserva preparada e que estivesse em condições de atuar, dificultando assim a fase inicial das instruções.

Outra dificuldade encontrada foi a transição da doutrina militar francesa para a doutrina militar americana. De acordo com Moraes (2005), tal mudança doutrinária trouxe impactos negativos à instrução da tropa, pois, além da própria mudança, alguns instrutores e manuais eram norte-americanos e o idioma se constituiu em um obstáculo para a aprendizagem da tropa.

Com a adoção da organização norte-americana, na qual a motorização intensiva constitui a nota determinante, e em presença de um material de guerra até então desconhecido nos meios militares brasileiros, era natural, senão lógico, a incorporação ao nosso patrimônio profissional de preceitos regulamentares e processos de instrução bem diferentes daqueles com os quais nos habituamos nos exercícios em tempos de paz. (MORAES, 2005, p 33)

Perante as dificuldades apresentadas, as atividades de instrução ficaram restritas, o que acabou prejudicando o preparo da tropa brasileira.

8 O Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx) é uma referência nacional em termos de educação física, treinamento físico militar, fisiologia do exercício e outros estudos ligados à parte física do militar. No organograma dessa OM há o Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCFEx), responsável direto por pesquisas e inovação nessa área. Essa estruturação e a relação dessas OM com a seleção por si só já demonstra um aperfeiçoamento substancial no processo.

A instrução ficou limitada à ordem unida, à educação física, às marchas e a à instrução geral. Tudo isso prejudicou o rendimento, a instrução e o adestramento da tropa. O treinamento de emprego do grupamento tático acabou ficando restrito a um único grande exercício no terreno. (DA CÁS, 2015, p. 246)

Outro óbice enfrentado pela FEB foi a falta de um Centro de Instrução adequado. Segundo Da Cás (2015), o Campo de Instrução de Gericinó e o Centro de Instrução Especializado não eram suficientes para atender à FEB, tendo em vista que tinham que ser divididos com tropas não-expedicionárias.

As condições da FEB após o período de instruções e antes de partir para Itália pode ser bem resumida pelas palavras do seu próprio comandante, o General Mascarenhas de Moraes: “[...] seus três primeiros escalões de embarque, integrantes da 1ª DIE, chegaram à Itália com o treinamento incompleto e inadequado, e os dois últimos partiram do Brasil, praticamente sem instrução.” (MORAES, 2005 apud DA CÁS, 2015, p. 246).

A instrução da tropa para integrar a MINUSTAH ocorreu de forma mais eficiente e adequada. Tem como base normativas e manuais acerca da preparação da tropa e contou com um planejamento detalhado. Essa instrução seguiu uma metodologia dividida “por nível”, contou com o auxílio do CCOPAB e com instrutores e monitores com conhecimentos atualizados e experiências essenciais para serem transmitidas à tropa. A existência de um estágio básico e um avançado de operações de paz, bem como um preparo linguístico, também são pontos essenciais a serem destacados na adequação de tropas para futuras exigências.

De acordo com uma pesquisa de campo realizada com oficiais que integraram a MINUSTAH de 2005 a 2015, 90% dos entrevistados consideraram a instrução da tropa boa ou excelente, dos quais 70% como excelente e 10% como boa. 80% consideraram que a tropa estava em boas ou excelentes condições para o cumprimento da missão, após a fase de preparação, dos quais 60% consideraram em excelentes condições e 20% em boas condições. Tais informações podem ser inferidas nos Gráficos 3 e 4.

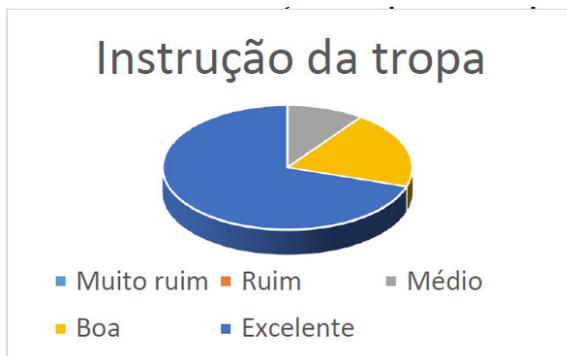
A instrução preparou a tropa conforme operações que seriam realizadas no Haiti. De acordo com o Capitão Eurico de Vasconcelos Gomes, integrante da MINUSTAH em 2008 e 2010, “A instrução é voltada, principalmente, para operações tipo polícia visando a manutenção do ambiente seguro e estável no Haiti.”

A existência de um centro de cooperação para a instrução, no caso o CCO-PAB, contribui muito para a qualidade das instruções, como afirma o Capitão Bruno Enéas Carvalho dos Anjos, integrante da MINUSTAH em 2012 e 2013. “Com a proximidade dos órgãos de apoio as instruções e os treinamentos tiveram uma excelência na sua qualidade com o devido acompanhamento próximo desses órgãos.”

Funcionando em uma metodologia “por níveis”, preparou os diversos escalões para desempenhar suas respectivas funções e, no caso dos oficiais, ministrar instruções aos seus comandados da melhor forma, como afirmou o Capitão Élton Conceição Soares, integrante da MINUSTAH em 2012 e instrutor na AMAN em 2017: “As instruções

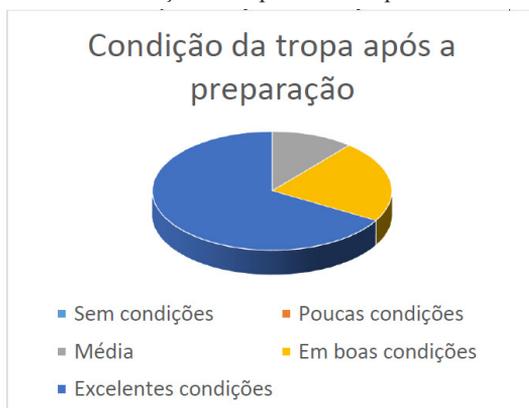
ministradas no CCOPAB para o comandante de pelotão e comandante de subunidade permitem um melhor aprimoramento das instruções ministradas às frações.”⁹.

Gráfico 3 – Nível de instrução da tropa brasileira para MINUSTAH



Fonte: o autor.

Gráfico 4 – Condição da tropa brasileira para MINUSTAH



Fonte: o autor.

⁹ Os resultados alcançados pela MINUSTAH foram muito positivos para o Brasil. Conforme resultado de pesquisa de dissertação feita por Dehon Figueiredo (2022), além de atender aos objetivos previstos pela ONU, a missão se destacou pelo estrito cumprimento das normas de Direito Internacional Humanitário e de Direitos Humanos. Isto quer dizer que, na “ponta da linha”, ou no nível tático, a tropa brasileira que operou no Haiti respeitou, além daquela Nação Amiga e sua soberania, os indivíduos que o compõem, e isso é objeto de atenção, de estudo e de valorização pela sociedade internacional, uma vez que não são aspectos fáceis de serem atingidos, pois tratam de princípios ligados à legalidade e, o mais importante, à legitimidade de uma operação de paz. À guisa de exemplo, também extraído de Figueiredo (2022), dos 13 anos da MINUSTAH e dos 37.494 peacekeepers brasileiros que lá atuaram, apenas 52 procedimentos investigativos foram instaurados, sendo 50 IPM e 2 APF. Desses, 90% foram arquivados e os “[...] 10% do total das investigações instauradas na missão que viraram processos criminais teve o seguinte cenário: 5 processos instituídos, sendo 4 por crimes imprópriamente militares (2 crimes de lesões corporais culposas, 1 crime de furto e 1 crime de lesão corporal leve) e 1 por crime propriamente militar (oposição à ordem de sentinela) e que somente este último culminou em condenação.” (FIGUEIREDO, 2022, p. 88). A participação do Brasil e o êxito da MINUSTAH também foi avaliada e confirmada em coletânea organizada por Eduarda Hamann (2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente escrito teve como objetivo comparar a seleção e a instrução da tropa brasileira que integrou a FEB (1944-1945) com a que integrou as missões de paz no Haiti, no período de 2005 a 2015, respeitando as diferenças entre esses tipos de operações, e observando se ocorreram mudanças e se elas foram positivas ou negativas, a fim de elencar, como resultado, pontos fortes desses processos e possíveis oportunidades de melhoria.

Quanto à seleção, foi verificado que, atualmente, ocorre de forma mais rigorosa. A seleção do efetivo da FEB foi prejudicada por diversos fatores, como a carência da população com boa higidez física e falta de efetivo capacitado, gerando assim um recrutamento com critérios pouco rigorosos, inclusive pela dificuldade de padronização das inspeções de saúde. Hoje, para integrar um contingente da MINUSTAH, os militares devem estar em perfeitas condições físicas, de saúde e psicológicas; além disso são submetidos a testes durante a fase de preparação, podendo inclusive serem desligados da missão. Tais fatos fazem com que os melhores militares das Organizações Militares selecionadas integrem o contingente da Missão de Paz no Haiti, ocorrendo dessa forma uma melhora no processo de seleção do contingente brasileiro que integra atualmente a MINUSTAH se comparado com aquele que participou da Segunda Guerra Mundial.

Como consequência de uma melhor seleção, verificou-se que a tropa selecionada para missão de paz apresenta uma maior motivação para integrar o contingente do que os pracinhas para se juntar à FEB. Uma das razões é o voluntariado como critério de seleção para os militares selecionados para o BRABAT e a disparidade das motivações que levaram os soldados brasileiros a integrar a FEB.

Quanto à instrução, foi verificado nos contingentes brasileiros que participaram da MINUSTAH que esta ocorre de forma mais completa e com melhores meios quando comparada com a tropa brasileira que compôs a FEB.

De acordo com os resultados encontrados em questionários e em relatos de ex-integrantes da Força de Paz do Haiti, percebeu-se que, com o apoio de centro de instrução, como o CCOPAB, a tropa contou com instruções mais bem ministradas, mais adequadas às situações que foram encontradas na missão do Haiti, enquanto os pracinhas tiveram suas instruções prejudicadas, devido a uma série de fatores, como a insuficiência de material adequado e a falta de instrutores capacitados.

Portanto, diante destes resultados, atesta-se a hipótese de que o contingente brasileiro da MINUSTAH, se comparado ao da FEB, foi para a missão melhor preparado, nos aspectos de seleção e instrução da tropa, tendo em vista alterações positivas que ocorreram nos processos.

Pode-se então concluir que uma seleção mais rigorosa e uma instrução de melhor qualidade, como foi feita no contingente brasileiro que integrou a MINUSTAH, se comparado ao contingente da FEB, melhorou a preparação da tropa e adequou a mesma para melhor cumprir sua missão nos diversos cenários a ela impostos.

Para o comandante de pelotão, o estudo é bastante relevante, a fim de que o conhecimento adquirido acerca do assunto possa ser aplicado nos momentos de

seleção e instrução da sua tropa, tendo em vista sua importância para uma melhor preparação, e, conseqüentemente, um melhor emprego em operações, seja de guerra ou não-guerra.

Dada a importância do assunto, sugere-se que pesquisas mais avançadas sejam feitas nesta área. Por exemplo, podem ser realizadas comparações entre a tropa brasileira com a de outros países que participaram de operações de combate ou de paz, a fim de aprimorar cada vez mais o preparo da tropa brasileira.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Nota de Aula de Relações Internacionais. Resende: Editora Acadêmica, 2018.

BRASIL. Exército Brasileiro. Histórico do Haiti. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/web/haiti/historico>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

_____. Decreto Legislativo n. 207, de 19 de maio de 2004. Autoriza o envio de contingente brasileiro para Missão de Estabilização das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 maio. 2004. Seção 1, p. 2.

_____. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro. Nota de instrução do CCOPAB, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Portaria nº 734, de 19 de agosto de 2010. Conceitua Ciências Militares, estabelece sua finalidade e delimita o escopo de seu estudo. Boletim do Exército. Comando do Exército, Brasília, DF, 19 de ago. 2010.

_____. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 2090/MD, de 12 de julho de 2013. MD34-M-02: Manual de Operação de Paz. Brasília: MD, 2013.

_____. Ministério da Defesa. Nota de Instrução do Preparo do Contingente Brasileiro Para a MINUSTAH. CCOPAB, 2014.

_____. Portaria nº 300-EME, de 9 de novembro de 2015. Diretriz para a seleção, a estruturação e o preparo de Organizações Militares de Força de Paz colocadas à disposição do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas - UNPCRS (EB20-D-05.004), e dá outras providências. 2015.

_____. Exército Brasileiro. Diretriz do Comandante do Exército. 2022.

DA CÁS, Luiz Emílio. “A Participação do Brasil na II Guerra Mundial”, in FARIA Durland Puppim. Introdução à História Militar Brasileira. Resende: AMAN, 2015, pp. 229-280.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. Operações de Manutenção da Paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Tese (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

FIGUEIREDO, Dehon Padilha. O Emprego das Forças Armadas do Brasil na Missão de Paz no Haiti (2004-2017): um estudo jurídico sob a perspectiva do direito internacional humanitário e dos direitos humanos. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Internacionais e da Integração na América Latina) – Universidad de la Empresa, Montevídeu, Uruguai, 2022.

GONÇALVES, Carlos Paiva. Seleção Médica do Pessoal da FEB. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblex / Ministério da Guerra, 1951.

HAMANN, Eduarda P. (org.) Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos de missão de paz e o futuro da cooperação após 2016. Artigo Estratégico n.3. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé. 2015. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-estrategico-13-Minustah-issn.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomos 3 a 7. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

LACERDA, Paulo Henrique Barbosa; SAVIAN, Elonir José. Introdução ao Estudo de História Militar Geral. Resende: AMAN, 2015.

MATUK, Oswaldo. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 3. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. A FEB pelo seu Comandante. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

NERICI, Bertha Moraes. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 7. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

NEVES, Rennan Guilherme. Preparo e Emprego da Companhia de Fuzileiros em Missões de Paz no Haiti. 2015. 35p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Militares) – Academia Militar das Agulhas Negras, Resende-RJ, 2015.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Violência e Pacificação no Caribe: tropas brasileiras em operações de paz na República Dominicana (1965-1966) e no Haiti (2004-2005): um estudo comparativo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

PEDROZELLI, Luiz. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 7. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

PIASON, José Álfio. “Alguns Erros Fundamentais Observados na F.E.B”. In: Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a F.E.B. 3. ed. Rio de Janeiro: Cobraci, 1950.

SANTOS, Inocêncio L. dos. Recordações de um Capelão da F.E.B. In: Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB. 3. ed. Rio de Janeiro: Cobraci, 1950.

SAVIAN, Elonir José. A FEB pelos Pracinhas: percepções de militares de baixo grau hierárquico acerca da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438550799_artigoelonirjosavianSNH20152agosto.pdf Acesso em: 28 maio 2017.

SERAU, César. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 7. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

VALENCIA, Mauricio da Cruz. A Preparação do Contingente para Integrar Força Internacional de Paz: uma proposta de preparo do contingente do Exército Brasileiro, em missões de paz sob a égide da ONU, com enfoque na Coordenação Civil-Militar (CIMIC). Tese

(Doutorado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2010.



Centenário de Criação do Grupo de Esquadrilhas do Rio Grande do Sul (1922-2022)

Fábio César Santos de Assunção¹

RESUMO

O presente artigo busca, no ano em que comemoramos o bicentenário da independência do Brasil, assinalar o centenário de criação do Grupo de Esquadrilhas de Aviação do Rio Grande do Sul. Resgatar a sua esquecida história, assim como a de seu primeiro Comandante e analisar as contribuições da antiga Aviação do Exército (Aviação Militar) em prol da defesa território brasileiro e desenvolvimento aeronáutico do País.

Palavras-chave: Grupo de Esquadrilhas de Aviação. Aviação Militar. Proteção de fronteiras brasileiras. Centenário de independência do Brasil.

ABSTRACT

This article aims, in the year that we commemorate the bicentennial of the independence of Brazil, to mark the centennial of the creation of the Aviation Squadrons Group of Rio Grande do Sul. Rescue its forgotten history, as well as that of its first Commander and analyze the contributions of the former Army Aviation (Military Aviation) in favor of the defense of Brazilian territory and the country's aeronautical development.

Keywords: Aviation Squadrons Group. Military Aviation. Protection of Brazilian borders. Centenary of Brazilian Independence.

¹ O autor é Subtenente do Exército Brasileiro, oriundo da Turma de 1996, do Curso de Formação de Sargentos em Manutenção de Comunicações - Escola de Comunicações. É Especialista em Aviação do Exército, Graduado em Física pela Universidade Estadual Paulista e em História pela Universidade de Taubaté. Atualmente desempenha a função de Historiador do Espaço Cultural da Aviação do Exército, Taubaté-SP.

1. INTRODUÇÃO

A Escola de Aviação Militar, criada em 1919, foi a primeira Unidade de Aviação do Exército Brasileiro. Em suas instalações localizadas no Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro, então Capital Federal e principal região a ser defendida militarmente, estabeleceram-se sob a influência técnica dos franceses, as bases para o início do desenvolvimento de uma cultura aviatória ainda inexistente no âmbito da Força Terrestre. Apesar das preocupações com a proteção da Capital Federal, eram as fronteiras do sul do Brasil, principalmente aquelas com a Argentina, os locais que despertavam grandes inquietações na época. Estudos apontavam que dali poderia partir um ataque invasor.

Na análise estratégica brasileira, fortemente influenciada pelo General Tasso Fragoso que serviu como adido militar em Buenos Aires entre 1909 e 1911, a Argentina era sempre considerada como potencial invasora em uma hipótese de guerra.

Assim, caso estourasse uma guerra, como a Argentina iria conduzi-la? Ela jamais conseguiria dominar todo o Brasil e assim procuraria destruir a Marinha brasileira e invadir o Rio Grande do Sul para atrair o exército e provocar uma batalha. Sem controle do mar, os brasileiros teriam que se movimentar pela estreita estrada de ferro que ligava São Paulo e Curitiba a Santa Maria, uma estrada de ferro que Tasso Fragoso comparou à estrada de Ferro Transiberiana na Guerra Russo-Japonesa. O ataque viria através de Corrientes contra Uruguaiana, Itaqui e São Borja. Os brasileiros recuariam para defender a estrada de ferro até reunirem forças suficientes para contra-atacarem (MCCANN, 1982, p.61).

Especulava-se quanto a uma possível mobilização de suas tropas na fronteira com o Rio Grande do Sul. A partir de Corrientes, os argentinos poderiam lançar ataques sobre as cidades de Uruguaiana, Itaqui e São Borja. Estudos argentinos também demonstravam preocupações com relação ao Brasil.

Um plano de defesa contra os supostos invasores deveria prever a proteção de Santa Maria, importante entroncamento ferroviário por onde se deslocariam reforços do Exército, além das cidades por onde viriam o hipotético ataque: Uruguaiana, Itaqui e São Borja.

Em 1922, ano em que as atenções do Brasil se voltavam para as comemorações de seu primeiro centenário de independência, o Exército Brasileiro preocupado com a fragilidade das fronteiras do País, tomou diversas medidas que elevaram não só a sua capacidade de ação como também a de dissuasão.

2. O INÍCIO DO DESDOBRAMENTO DA AVIAÇÃO MILITAR

Uma dessas medidas veio através do Decreto nº 15.235, de 31 de dezembro de 1921, que foi publicado em 02 de fevereiro de 1922. Neste Decreto, marco inicial

dos planos de desdobramento da Aviação Militar para fora do Rio de Janeiro, era prevista a criação de doze esquadrilhas de aviação que se distribuiriam pelos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e atual Mato Grosso do Sul.

A primeira região escolhida para se implantar esse apoio aéreo foi justamente o extremo sul do País. No dia 31 de dezembro de 1921, data da edição do Decreto nº 15.235, duas composições ferroviárias partiram com destino à Santa Maria, uma saindo de Deodoro e levando material existente no Campo dos Afonsos e outra saindo do Cais do Porto, no Rio de Janeiro, levando material aeronáutico chegado diretamente da França (LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975, p.80).



Figura 1: Mapa da região fronteiriça do Rio Grande do Sul.

Fonte: adaptado de Google Maps.

No dia 7 de janeiro de 1922, chegou em Santa Maria o comboio chefiado pelo Capitão Alzir Mendes Rodrigues Lima, que trazendo mecânicos franceses e 50 praças, aviões e várias máquinas destinadas às oficinas, teve como missão preparar as instalações para três esquadrilhas e um parque de aviação.

Na prática, a distribuição das esquadrilhas se deu de uma maneira ligeiramente diferente do que previa o Decreto nº 15.235. Santa Maria recebeu um parque de aviação, uma esquadrilha de caça e uma esquadrilha de bombardeio e Alegrete recebeu uma esquadrilha de observação. Dessa forma, as cidades de Uruguaiana, Itaqui e São Borja ficavam a uma distância inferior a 130 Km do apoio aéreo de Alegrete e o importante entroncamento ferroviário contaria com o apoio aéreo de Santa Maria.

3. O PARQUE DE AVIAÇÃO

No dia 02 de abril de 1922, foi inaugurado o Parque de Aviação Militar em Santa Maria. Nesta data, o pavilhão nacional foi hasteado pelo Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras e a cerimônia contou ainda com ilustres personagens da história do Exército Brasileiro, como por exemplo, o então General Rondon, futuro patrono da arma de comunicações, 1º Tenente Eduardo Gomes, observador aéreo do Exército Brasileiro e futuro patrono da ainda não existente Força Aérea Brasileira, 1º Tenente Oswaldo Cordeiro de Farias, observador aéreo do Exército Brasileiro e futuro Comandante da Artilharia Divisionária na 2ª Guerra Mundial, Coronel De Seguin, Chefe da Missão Militar Francesa de Aviação e outras personalidades.



Figura 2: Parque de Aviação em Santa Maria
Fonte: Espaço Cultural da Aviação do Exército.

As instalações do Parque de Aviação eram amplas e modernas para a época. Constavam de dois hangares que poderiam abrigar 10 aviões Breguet, havia ainda um pavilhão com 310 m² destinado ao almoxarifado, um pavilhão com 360 m² para as oficinas de carpintaria e colocação de telas e um outro pavilhão com 480 m² para montagem e reparo de motores, paiol subterrâneo para caixas de gasolina, alojamentos, refeitórios e instalações para as diversas repartições da administração, além de usina geradora de energia elétrica (CLUBE DA AERONÁUTICA, 1969, p.38).

4. A CRIAÇÃO DO GRUPO DE ESQUADRILHAS DE AVIAÇÃO

Entretanto, o ato que marca a criação do Grupo de Esquadrilhas de Aviação do Rio Grande do Sul aconteceu através da Portaria do Ministro da Guerra de 5 de

junho de 1922. Esta Portaria, publicada no Boletim do Exército nº 26, de 10 de junho de 1922, criou na 3ª Região Militar, um Grupo de Esquadrilhas de Aviação, subordinado diretamente ao Comandante da Região Militar, quanto à disciplina, administração e instrução tática; e ao Estado-Maior do Exército, quanto à instrução técnica e inspeção geral. O primeiro comandante do Grupo de Esquadrilhas de Aviação foi o Capitão de Artilharia Alzir Mendes Rodrigues Lima.

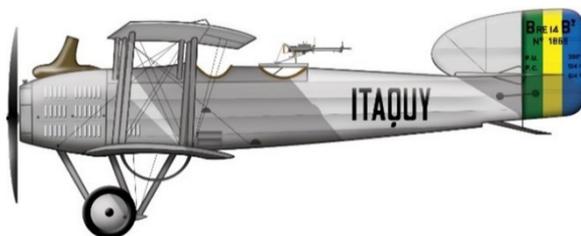


Figura 3: desenho da aeronave Breguet XIV
 Fonte: acervo pessoal Cel Av Refm Camazano



Figura 4: desenho da aeronave Spad VII
 Fonte: acervo pessoal Cel Av Refm Camazano

Tabela 1: Distribuição do Grupo de Esquadrilhas de Aviação

GRUPO DE ESQUADRILHAS DE AVIAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL			
Nr	OM	Cidade	Aviões
1	1ª Esquadrilha de Bombardeio	Santa Maria - RS	04 Breguet XIV
2	1ª Esquadrilha de Caça	Santa Maria - RS	09 Spad7
3	3ª Esquadrilha de Observação	Alegrete - RS	06 Breguet XIV
4	3ª Companhia Provisória de Parque de Aviação	Santa Maria- RS	---

Fonte: Lavenère-Wanderley, 1975, p.124.

5. O PRIMEIRO COMANDANTE DO GRUPO DE ESQUADRILHAS DE AVIAÇÃO

O Capitão Alzir é um dos grandes nomes da história da Aviação Militar, cujos feitos por vezes passam despercebidos. Ele frequentou em 1904, o 1º ano da Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha – Rio de Janeiro, fazendo parte da última turma de alunos desta Escola. Em 1906, foi transferido para a Escola de Guerra, em Porto Alegre. Em 14 de fevereiro de 1908, foi declarado aspirante a oficial. Como tenente participou da Campanha do Contestado. Em 1914, foi matriculado na Escola Brasileira de Aviação. Em 1917, fez parte da missão enviada à França que tinha como objetivo, ao retornar ao Brasil, organizar o Serviço Geral de Aviação no Exército. Em 1919, na patente de capitão, integrou o primeiro grupo de instrutores da recém-criada Escola de Aviação Militar.



Figura 5: Coronel Alzir

Fonte: Espaço Cultural da Aviação do Exército



Figura 6: notícia da queda do avião do Coronel Alzir

Fonte: Jornal Diário da Noite de 28Set32

Entre julho de 1922 e agosto de 1923, comandou o Grupo de Esquadrilhas de Aviação do Rio Grande do Sul. Participou da Revolução de 1924, atuando em operações aéreas contra os rebeldes em São Paulo. Em 1927 fez parte do primeiro grupo de oficiais transferidos para a recém-criada Arma de Aviação do Exército. Em 21 de agosto de 1932, na patente de coronel, assumiu o comando da Escola de Aviação Militar. Nessa época estava em curso a Revolução de 1932, a qual tomou parte na qualidade de piloto mais antigo, não só da Aviação Militar, mas de todo o conflito. No dia 27 de setembro de 1932, ainda como comandante da Escola de Aviação Militar, participou de uma missão aérea de ligação entre Resende e o Campo dos Afonsos – RJ, nesta ocasião, devido ao mau tempo seu avião colidiu contra a Serra do Mar, ocasionando a morte do piloto que o acompanhava. Dois dias depois do acidente, o Comandante Pioneiro do Grupo de Esquadrilhas do Rio Grande do Sul deixou o comando da EAvM.

6. O BREVE FUNCIONAMENTO

O Grupo de Esquadrilhas do Rio Grande do Sul foi o embrião, dentro do setor aeronáutico, de um audacioso projeto de reestruturação do Exército Brasileiro, que buscou corrigir vulnerabilidades quanto à segurança de nossas fronteiras no início do século passado. A contemplação do Rio Grande do Sul com a imediata implantação de um Grupo de Esquadrilhas confirma o temor específico fundamentado, quanto a possibilidade de uma invasão Argentina.



Figura 7: Hangar em Alegrete, no Rio Grande do Sul
Fonte: Lavenère-Wanderley, 1975, p.81.

Em 1921, de acordo com o planejamento inicial, o Grupo de Esquadrilhas de Aviação do Rio Grande do Sul receberia 45 aeronaves, seriam 15 de caça, 15 de observação e 15 de bombardeio. Em 1922, entraram em operação 9 aeronaves de caça (Spad VII), 4 de observação (Breguet XIV) e 6 de bombardeio (Breguet XIV). No seu ápice chegou a possuir 30 aeronaves.



Figura 8: aeronave Breguet XIV (Itaquy).
Fonte: Espaço Cultural da Aviação do Exército.



Figura 9: aeronave Breguet XIV (São Borja).
Fonte: Espaço Cultural da Aviação do Exército.

No final de 1926, apenas 4 ainda se encontravam em operação. Vinte e seis aeronaves encontravam-se inutilizadas. As quatro aeronaves que ainda se encontravam em operação pertenciam à esquadrilha de Alegrete, eram o São Borja, Uruguayana, Itaquy e Livramento. As promissoras instalações de Santa Maria foram transformadas em um cemitério de aviões.

Em 12 de março de 1928, após pouco mais de cinco anos de criação, o Grupo de Esquadrilhas de Aviação do Rio Grande do Sul foi dissolvido. Sua efêmera existência e conseqüente extinção tiveram como causas os acontecimentos da conturbada década dos anos 1920, quando as Rebeliões Tenentistas entraram em choque com o sistema de governo vigente. Este por sua vez, desconfiado do perigo que os aviões representavam à manutenção de seus interesses, impôs medidas que impactaram negativamente no desenvolvimento da aviação e levaram a inoperabilidade da frota aérea do Exército.

Quando Washington Luís assumiu o poder e procurou impulsionar a Aviação, já era tarde demais para o Grupo de Esquadrilhas de Aviação do Rio Grande do Sul e não restou outra opção além de sua dissolução, extinção e reversão de seu material e pessoal para reforçar a enfraquecida Escola de Aviação Militar.

CONCLUSÃO

Em 2022, ano em que as atenções do Brasil se voltam para as comemorações de seu bicentenário de independência, não podemos deixar de assinalar o centenário de criação do Grupo de Esquadrilhas de Aviação do Rio Grande do Sul.

Embora suas operações tenham se encerrado precocemente em 1928, o Grupo de Esquadrilhas de Aviação do Rio Grande do Sul impactou no desenvolvimento aeronáutico do País ao escrever em 1922, o primeiro capítulo da Aviação Militar fora do Rio de Janeiro. Sua atuação, através de seu poder dissuasório, contribuiu em prol da manutenção dos limites territoriais brasileiros.

Seu primeiro Comandante, Coronel Alzir Mendes Rodrigues Lima, embora ainda não ocupe um lugar de destaque no rol dos grandes nomes da História Militar, esteve presente em momentos e lugares decisivos, desempenhando funções que contribuíram para o sucesso da implantação e consolidação da Aviação Militar.

A partir de 1933, após conseguir se reestruturar e com a experiência adquirida através do Grupo de Esquadrilhas de Aviação do Rio Grande do Sul, a Aviação Militar iniciou o seu definitivo desdobramento pelo Território Nacional.

REFERÊNCIAS

Brasil. Decreto nº 15.233, de 31 de dezembro de 1921. Organiza o Exército Ativo em tempo de paz.

Brasil. Decreto nº 14.121, de 31 de março de 1920. Aprova o Regulamento para a Escola de Aviação Militar. Disponível em: <https://www2.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14121-a-31-marco-1920-517732-publicacaooriginal-157837-pe.html>. Acesso em 28 abr. 2022.

CABEDA, C. P. A Aviação Militar e o Levante de Santa Maria. Revista A Defesa Nacional, nº 756, Abr/Jun de 1992. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5688/4925>>. Acesso em 28 abr. 2022.

CABEDA, C. P. A Aviação Militar no Rio Grande do Sul em 1926. Revista A Defesa Nacional, nº 745, Set/Out de 1989. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5514/4759>>. Acesso em 28 abr. 2022.

CIDADE, F. P. Síntese de três séculos de literatura militar brasileira. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1998.

CLUBE DA AERONÁUTICA. Revista Aeronáutica. Ano 12 n° 57, julho e agosto de 1969. Disponível em: <<http://www.caer.org.br/downloads/revistas/Revista57/Revista57.pdf>>. Acesso em 28 abr. 2022.

LAVENÈRE-WANDERLEY, N. F. História da Força Aérea Brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora Gráfica Brasileira Ltda, 1975.

DIÁRIO DA NOITE. “Tripulado pelo Coronel Alzir Mendes Rodrigues de Lima e pelo Capitão Haroldo Borges Leitão, um aparelho “Moth”, quando voava de Rezen- de para o Rio, caiu em Itaguahy”. Rio de Janeiro, quarta-feira, 28 de setembro de 1932, p.2.

MCCANN, F. D. A Nação Armada – Ensaio sobre a História do Exército Brasileiro. Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1982.

SILVA, M. H. de O. C. da. A Influência da Missão Militar Francesa na ESAO. Dis- sertação (Mestrado) – Ciências Militares, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2016. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3622/1/ART_COUTINHO_ESAO.pdf>. Acesso em 28 abr. 2022.



A Gestão de Conflitos efetuada pelo Pelotão de Fuzileiros de Paz durante a MINUSTAH, no período de 2004 a 2017

Miguel Fernando Susini¹

RESUMO

Na era da informação, com a mudança na dinâmica dos conflitos, a população e a opinião pública assumem a importância preponderante no sucesso de qualquer operação militar executada no cenário mundial atual. Esta conjuntura não é diferente com as Missões de Paz, incluindo a mais recente participação brasileira, com sua contribuição de contingentes: a Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH). Neste país, os habitantes encontravam-se desacreditados nas instituições estatais, principalmente, na Polícia Nacional Haitiana (PNH). Tal situação, gerava entre outras demandas sociais, a necessidade de que agentes, inclusive os pelotões de fuzileiros de paz, da Organização das Nações Unidas (ONU) atuassem onde o Estado era ausente, no gerenciamento de conflitos em meio aos cidadãos. O objetivo deste trabalho foi avaliar a relevância da gestão de conflitos, efetuada a nível tático, pelo pelotão de fuzileiros, na manutenção dos princípios básicos e fatores de sucesso na missão de paz. Com análise de dados bibliográficos e, juntamente com, a coleta de relatos e da percepção dos comandantes de fração atuantes na MINUSTAH, além do resultado da pesquisa, foi apresentado: 1) o novo tipo de missões de paz, chamadas missões multidimensionais; 2) a questão imposta pela nova era informacional, na qual, um erro a nível tático pode abalar objetivos a nível políticos; 3) conceituou-se os conflitos, os princípios bases e os fatores de sucesso de uma missão de paz; 4) delineou-se o estado em que se encontrava o Haiti antes do mandato.

Palavras-chave: Gestão de conflitos, nível tático, MINUSTAH; era da informação.

¹ Bacharel em Ciências Militares

ABSTRACT

In the information age, with the change in the dynamics of conflicts, the population and public opinion assume preponderant importance in the success of any military operation executed in the current world scenario. This conjuncture is no different with Peace Missions, which includes the most recent Brazilian participation, with contingent contributions: the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). In this country, the inhabitants had discredited the state institutions, especially the Haitian National Police (HNP). This fact generated, among other social demands, the need for agents, including United Nations (UN) peacekeeping troops, to act where the State was absent, in the management of conflicts among citizens. The objective of this paper was to evaluate the relevance of conflict management, carried out at the tactical level, by the peace marines platoon, in maintaining the basic principles and success factors of the mission. With a bibliographic data analysis and, along with the collection of reports and the perception of the fraction commanders acting in MINUSTAH, beyond results of the research, were presented: 1) the new type of peace missions, called multidimensional missions, 2) the issue imposed by the new information age, in which an error at the tactical level can undermine objectives at the political level, 3) the conceptualization of conflicts, the basic principles and success factors of a peace mission, and 4) the outline of the state of Haiti before the mandate.

Keywords: Conflict management, tactical level, MINUSTAH, information age.

1. INTRODUÇÃO

Conflitos são intrínsecos à realidade humana. Enquanto ator social, o ser humano gerencia conflitos de maneira cotidiana. (BUTLER, 2009). Desta forma, segundo Cunha (2001), os conflitos estão presentes em diversos níveis: intrapessoal, interpessoal, intragrupal, intergruppal, nacional, internacional, laboral, cultural e religioso, por exemplo.

Apesar de fazerem parte da realidade humana, os conflitos por vezes escalam sua intensidade, em nível e abrangência a ponto de gerarem danos, crises, mortes, guerras, dentre outras consequências prejudiciais aos participantes da hostilidade e seu entorno. Podemos citar como exemplos a Primeira e Segunda Guerras Mundiais com perdas humanas e materiais catastróficas (CLARO, 2012).

A partir do final da Guerra Fria, os litígios armados internacionais entre Estados diminuíram. Em contraste, surgiu um novo tipo de conflito, de menor intensidade, aproveitando-se das características e recursos inerentes à era da informação. Conforme Visacro (2011) a chamada Guerra de 4ª geração, materializada nos atentados de 11 de setembro, transcendeu a dimensão física, como os conflitos de gerações

anteriores, abrangendo a dimensão humana e informacional. O autor salienta que a população e a opinião pública exercem influência crucial no desenrolar e no sucesso de operações no cenário atual, tornando-se aspectos que devem sempre ser levados em conta.

Como fruto desta nova dinâmica mundial, aumentou-se o número de conflitos internos, resultando na maioria das guerras atuais. Muitos desses conflitos ocorrem em países mais pobres, onde a capacidade estatal era e é fraca. Com a mudança nos ambientes de disputas, surgiu a nova geração de missões de paz, baseadas nas modificações estratégicas adotadas pelo Conselho de Segurança.

As denominadas Operações de Paz Multidimensional, em geral, realizadas em resposta ao violento conflito armado interno, podem empregar uma força composta de militares, policiais e civis. Essas operações têm como objetivo, a implementação de abrangentes acordos de paz que fornecem um equilíbrio sustentável. Portanto, tais missões são em seu cerne ferramentas de resolução de conflitos, pois não apenas garantem a segurança, mas suprem o vácuo do poder gerado por um estado em crise, e abrangem diversos campos de habilidades, como o militar, o econômico, social e político, a fim de garantir que o Estado mantenha esforços de manutenção da paz mesmo após o encerramento da operação (ONU, 2008, 2010).

Enquanto o mundo e as missões de paz passam por transições significativas, o Haiti encontra-se, com um histórico conturbado de dificuldades em diversas esferas, como a política, econômica, social e humana. Tais questões, atraem novamente a atenção da comunidade internacional e das Nações Unidas em 2004, frente a um conflito armado desencadeado por questões político-eleitorais que ameaça à integridade da população, já refém de um país desestruturado para fornecer suporte até mesmo nas necessidades mais básicas, caracterizando numa crise humanitária. (GARBINO, 2015).

Com a escalada das hostilidades internas no país, além das capacidades do Estado anfitrião, surge a necessidade de gestão e resolução de conflitos, aos quais a ONU, comprometida com a paz, se propõe a evitar e sanar.

Durante 13 anos, de 2004 a 2017, o Exército Brasileiro, exerce a liderança, ao longo de 27 contingentes na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Em uma missão de paz multidimensional, a ONU assumiu o papel estatal em algumas áreas. Assim, seus agentes passam em consequência, a exercer e serem demandados a cumprir autoridade sobre a população local. Tal demanda ocorre principalmente, pelas deficiências estruturais estatais e pela falta de credibilidade do Estado para com sua população.

A partir da intervenção da ONU, em especial no caso do Haiti, cria-se uma expectativa societária. Os habitantes esperam que os agentes da ONU, em meio à população, atuem na resolução de demandas sociais imediatas. No caso dos militares, tratam-se dos comandantes de pelotão e suas frações.

Uma destas demandas é a gestão de conflitos a nível tático, feita pelas tropas nas ruas, que não se restringem aos atores políticos do país, onde a missão se desenvolveu (MILOFSKY et al., 2017). Na MINUSTAH, assim como em diversas missões de paz desenvolvidas após a Guerra Fria, a opinião pública, tanto da comu-

nidade internacional, quanto dos habitantes do país anfitrião, causam impacto direto no bom andamento da operação. (BRASIL, 2017).

Este fator impõe fundada pressão sob uma gestão de conflitos eficiente e eficaz por parte dos agentes da ONU. Daí surge o problema a ser analisado: Qual a relevância da gestão de conflitos efetuada pelo pelotão de fuzileiros de paz, para a manutenção dos princípios básicos e dos fatores de sucesso da MINUSTAH, no período de 2004 a 2017.

Esclarece-se que princípios básicos e fatores de sucesso das Missões de Paz são elementos essenciais e sempre presentes em operações bem-sucedidas. Foram, portanto, recursos que permitiram a melhor avaliação quanto a relevância da gestão de conflitos para a missão. São eles: o consentimento das partes, a imparcialidade, o não uso da força, exceto em autodefesa ou em defesa do mandato, a credibilidade, a legitimidade da ONU perante o Estado anfitrião e a comunidade internacional e a promoção da autodeterminação local.

Para facilitar o estudo, decide-se para viabilidade do trabalho, por conta da quantidade de militares brasileiros que tomam parte na missão, em delimitar a pesquisa, em tempo, em local e em abrangência à Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), especificamente, o Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz (BRABAT), no período de 2004 a 2017.

A relevância do trabalho, bem como sua justificativa para elaboração, encontrou-se no fato de não existir produção científica semelhante ao assunto. A pesquisa ao responder à questão problema levantada, abrangendo a gestão de conflitos ocorridos em meio à população, efetuada pelo pelotão de fuzileiros de paz, na MINUSTAH, confere atenção acadêmica ao tema, e permite a continuação desta linha de pesquisa tomando como base os resultados obtidos.

O primeiro capítulo – Introdução - busca estabelecer o primeiro contato com o tema, através da demonstração de seus antecedentes e contexto. Procura também, apresentar os objetivos gerais e específicos da pesquisa bem como a sua justificativa e relevância.

O segundo capítulo, Referencial Teórico, foi desenvolvido para estruturar conceitualmente a pesquisa, abarcando temas explorados ao longo do trabalho e contendo como aspecto introdutivo, a revisão de literatura da bibliografia utilizada nos capítulos subsequentes. Para o primeiro subcapítulo, é apresentado o Panorama Haitiano, onde é demonstrado a situação do Haiti anterior à missão. O segundo subcapítulo, MINUSTAH – Uma Missão Multidimensional na Era da Informação, expõe características específicas da missão e do cenário global em que os contingentes se encontraram, os princípios básicos e outros fatores de sucesso das missões de paz, os quais são parâmetros que permitem a avaliação da relevância da gestão de conflitos na operação. Para o terceiro subcapítulo, A Gestão de Conflitos na MINUSTAH, conceitua conflito, gestão de conflitos e demonstra como era realizada no Haiti.

O terceiro capítulo, Referencial Metodológico, abrange a elaboração e execução da pesquisa, através do instrumento da entrevista, quanto a sua natureza e objetivos. Demonstrando em seu primeiro subcapítulo, Tipo de Pesquisa, a classificação quanto ao tipo da pesquisa executada. Já em seu segundo subcapítulo, nos Métodos,

é descrito e justificado qual a estratégia utilizada na pesquisa e em seu terceiro subcapítulo, Etapas da Pesquisa, discorre-se sobre o faseamento da pesquisa e o que foi feito, observado e adquirido em cada etapa.

O quarto capítulo, Resultados e Discussão, é elaborado a partir da comparação dos dados obtidos na pesquisa com os dados levantados no estudo bibliográfico, obtendo-se a partir daí a linha de raciocínio e argumentação condizentes à conclusão. Especial atenção foi dada à percepção dos comandantes de pelotão, por conta de terem vivenciado a situação de gerenciamento de conflitos, em primeira mão, com perspectiva mais geral proporcionada pela sua função de comando. Por isso a necessidade de seu único subcapítulo, A Percepção dos Comandantes de Pelotão na Gestão de conflitos a Nível Tático na MINUSTAH.

O quinto capítulo - Considerações Finais - trouxe a resposta ao problema da pesquisa e sugere, a partir do resultado observado, novas linhas de pesquisa.

2 Referencial Teórico

“A gestão de conflitos efetuada pelo pelotão de fuzileiros de paz durante a MINUSTAH, no período de 2004 a 2017”, no campo de pesquisa inserido nas áreas de Liderança e de Relações Internacionais. Conforme definido na Portaria nº 734, de 19 de agosto de 2010, do Comandante do Exército. (BRASIL, 2010).

Inicia-se o trabalho com uma revisão de literatura com o intuito de realizar a pesquisa acerca do tema proposto. Foram levantados autores que dissertam sobre os seguintes assuntos: A conjuntura atual na qual se desenvolvem as operações e a era da informação, conflitos, gestão de conflitos, missões de paz e a situação haitiana que justificou o mandato da MINUSTAH

Em primeiro lugar, a própria Organização das Nações Unidas (ONU), possui vasto acervo literário e documental para pesquisa, e é a principal autora consultada. Especialmente, no que tange às pesquisas, relatórios, manuais, notícias e artigos acadêmicos.

A conjuntura atual dos conflitos e seus impactos sobre a condução das atividades da tropa é fornecida pelo Manual de Operações - EB70-MC-10.223. Nele, também, constam os Níveis de Planejamento e Condução das Operações Militares. Os quais, a fim de esclarecimento, são: O nível Político, representado pelo Presidente da República, abrangendo questões políticas e amplas como, por exemplo, a formulação de diretrizes para ações projetadas em âmbito nacional. O nível Estratégico, em que se desenvolve o planejamento e coordenação de operações por meio das quais se alcançam os objetivos definidos pelo nível anterior. O nível Operacional, que proporciona a conexão entre as metas estratégicas e o emprego tático das forças e o nível Tático caracterizado pela atuação das forças componentes, execução das operações de coordenação e cooperação com agências e outras atividades. (BRASIL, 2017).

Quanto ao contexto histórico do nascimento e da evolução das missões de paz, foram consultados a ONU (1995, 2008, 2010), e Kenkel (2013). As mudanças impostas pela Era da Informação foram abordadas por Visacro (2011). Quanto

aos assuntos referentes às necessidades e dificuldades das Missões de Paz Multidimensionais, conflitos, gestão de conflitos, características de um bom gestor dentro do contexto da ONU são trazidos pelos autores: Hansen; Ramsbotham; Woodhouse (2004), Butler (2009), Milofsky (2017) e pelo Manual de Campanha: Operações de Paz EB70-MC-10.219 (BRASIL, 2017).

A conceituação de conflitos foi retirada da obra de Cunha (2001) e Serrano; Rodríguez (1993), na questão de gestão de conflitos efetuada a nível tático e por peacekeepers, optou-se pela utilização de Claro (2012) e pelo guia escrito por Henderson e Coning (2008).

Por fim, o panorama haitiano nos é concebido por Corbellini (2009) e Garbino (2015), e as questões que circundam a gestão de conflitos a nível tático na MINUSTAH são estudadas a partir de Garbino (2015), Nunes (2015), Ccopab (2015) e Moreira (2011).

2.1 O PANORAMA HAITIANO

O Haiti é o país mais pobre das Américas: grande parte de sua população vive. Abaixo da linha da pobreza, dependendo do setor agrícola e permanecendo vulnerável à instabilidade econômica e aos danos causados por frequentes desastres naturais. Quase todo emprego no Haiti é informal e a maioria da população não consegue prover as necessidades básicas de suas famílias, além água potável, saneamento básico e energia elétrica (USA, 2015b APUD GARBINO, 2015 p. 94).

Segundo Corbellini (2009) o Haiti, desde seu princípio, foi um estado debilitado. Tal circunstância, encontram suas origens em questões culturais, históricas e sistêmicas que recuam até sua era colonial. Resulta dessas constantes condições um “Estado falido”, desestruturado social e economicamente, sem infraestrutura, sem um sistema político funcional, extremamente dependente de ajuda externa e deslegitimado perante sua população.

“Estado falido”. O termo é utilizado, desde a década de 1990, tanto nos meios acadêmico e jornalístico, quanto no discurso político internacional, para designar países em que o governo não detém o monopólio do uso legítimo da força, ficando seu território e sua população sob o jugo de líderes de milícias armadas ou grupos rebeldes, que têm por único objetivo a tomada do poder. Os conflitos causados pelo vácuo de poder vêm à tona sob a forma de ressentimentos políticos, étnicos ou religiosos. A população civil torna-se dependente do auxílio prestado por organizações humanitárias de alcance regional ou global. As instituições estatais são destruídas e o governo não consegue mais gerir o Estado. Dessa forma, muitos Estados falidos tornam-se dependentes não apenas de tropas internacionais para restabelecer a

paz em seu território, mas também de organizações regionais e internacionais capazes de auxiliá-los na tarefa de reconstrução do Estado e até de assegurar à população as mínimas condições de sobrevivência. (CORBELLINI, 2009, p. 31).

Por conta da ineficiência estatal constante estabelece-se, no Haiti, um sistema de violência retroalimentado, no qual a precariedade da situação social e econômica aumentam a incidência da criminalidade, grupos armados e violência. A insegurança causada pela ausência estatal e pela presença de grupos armados minam o desenvolvimento de atividades econômicas, mesmo as mais básicas, e dificulta o investimento de instituições no desenvolvimento haitiano (UN 2004e, 2006d, APUD GARBINO, 2015).

Em 2004 o cenário era de crise em diversas esferas podendo-se citar: a fragilidade política, graves problemas segurança pública, ineficiência do estado em manter a lei e a ordem interna e graves violações aos direitos humanos. Tais fatos chamam a atenção da ONU e da comunidade internacional, devido a sua gravidade, risco e projeção. (GARBINO, 2015).

2.2 MINUSTAH - UMA MISSÃO MULTIDIMENSIONAL NA ERA DA INFORMAÇÃO

Após o fim da Guerra Fria, em 1991, observa-se nova mudança na dinâmica dos conflitos. Extinguem-se os conflitos “tradicionais” entre nações com partes bem definidas e organizadas e, por outro lado, eleva-se o número de conflitos internos. Geralmente, ocorrendo, nos países mais desfavorecidos onde a capacidade estatal é fraca, e nos quais, os beligerantes podem ser motivados por ganho econômico, ideologia e/ou ressentimentos e rancores passados (ONU, 2008).

A transformação do ambiente internacional e as falhas no modelo anterior em Ruanda, Iugoslávia e Somália deram origem à nova geração de Missões de Paz “Multidimensionais” das Nações Unidas. Tais missões são empregadas em resposta a violentos conflitos internos e empregam um conjunto de capacidades civis, militares e policiais, procurando obter a assinatura de acordos de paz abrangentes e garantir as bases de uma paz sustentável (ONU, 2008 e CCOPAB 2015).

Para assegurar a paz duradoura, é preciso asseverar que o Estado anfitrião tenha condições de garantir e manter a paz mesmo depois da operação ter sido encerrada. Para isso, as Nações Unidas, além de resolver o conflito latente e prestar ajuda humanitária, procuram restaurar a autoridade estatal como um todo. Assim, esse tipo de missão recebe alcunha de “multidimensional” devido ao fato da necessidade da ONU, para realizar tal reestruturação, assumir diversas dimensões de poder do Estado, campos como, segurança pública, serviços públicos, economia, infraestrutura, energia, instituições políticas, etc, são exemplos

de responsabilidades, no contexto atual, contidas em uma Missão de Paz (KENKEL, 2013, p. 132-133).

A MINUSTAH compreende as características de missão multidimensional e de paz robusta, por seus objetivos serem atingidos através da cooperação de componente militar civil e policial. A característica de paz robusta remete-se a Resolução sob o Capítulo VII da Carta da ONU, o qual autoriza o emprego de força letal para questões além da legítima defesa ou de terceiros, ou seja, em prol do mandato. (CCOPAB 2015).

Concomitante a constante evolução do conceito de Missões paz, também evoluiu o combate. Após o 11 de setembro de 2001, o mundo assistiu o surgimento a uma nova geração de conflito armado. A guerra de quarta geração, na qual agentes não estatais podem travar combates e exercer impacto no ambiente operacional.

A quebra do monopólio militar nas ações bélicas abre-se para “destacada participação de atores não estatais antes, durante e após o desdobramento de tropas: mídia, organismos humanitários e agências do terceiro setor” (VISACRO, 2011, p. 50).

Conforme Visacro (2011), nos dias atuais a guerra não se dá apenas pelo conflito propriamente dito, a guerra ocorre no terreno tanto, no ambiente rural, quanto urbano, em meio a população, e a vitória é definida por quem exerce a narrativa “vitoriosa” dominante.

A Guerra de Quarta Geração tem como uma das características ser midiática, tanto para a sociedade diretamente ocupada quanto para a que promove a ocupação. Com este claro objetivo de “auferir resultados psicológicos [e] afetar a opinião pública” (VISACRO, 2011, p. 54).

Dentro dessa nova dinâmica de conflito, a população exerceu influência ainda maior no ambiente operacional, tanto na dimensão humana, quanto na dimensão informacional. Torna-se, portanto, fator predominante no sucesso das maiorias das campanhas militares fomentadas atualmente.

A definição da vitória na Guerra da Quarta Geração não mais se limita ao campo militar. O conceito de vencedores e perdedores numa guerra alcança os aspectos políticos, ambientais, sociais, econômicos e culturais, cujos embates se deram com “ênfase na luta pelo apoio da população” (VISACRO, 2011, p. 49).

Como fruto desta dinâmica surge o fenômeno do “cabo estratégico”. O cabo estratégico refere-se à possibilidade das decisões tomadas por um comandante de esquadra a nível tático, gerarem impacto a nível estratégico/político. Tal questão impõe um alinhamento completo de todos os componentes da força com as intenções no nível político.

“Cabos estratégicos”: a sobreposição, no tempo e no espaço, dos aspectos políticos, estratégicos e táticos permeia toda a estrutura de comando, até os menores escalões. Pequenas ações adquirem repercussão política e divulgação global. (VISACRO, 2011, p. 49).

Este fenômeno surge, a partir do momento que um erro a nível tático, pode ser utilizado e explorado para construir uma narrativa contra a tropa destacada no terreno, contra a missão ou até mesmo contra a força, cujo militar é componente.

Iniciada em 2004, a MINUSTAH desenvolve-se ao longo de 13 anos dentro da Era da Informação. Visto que o contexto atual se engloba dentro dessa nova geração de combate, de igual forma, a população exerceu influência nos objetivos das missões de paz, sendo seu apoio, neste caso, fundamental e indispensável para o sucesso do mandato. Fato que levou o Conselho de Segurança determinar, na resolução 1608 de 2005, à MINUSTAH que elaborasse estratégia de comunicações e relações públicas:

Paralelamente, também a MINUSTAH foi, na mesma resolução, incitada a estabelecer urgentemente uma estratégia de comunicações e relações públicas proativa, para levar ao conhecimento da população a importância da missão e o papel que ela desempenhava no Haiti (UN, 2005f APUD GARBINO 2015, p. 96).

2.2.1 Os Princípios Básicos das missões de paz e Outros Fatores de Sucesso

Ao analisar de maneira geral, a relevância de algo intangível quanto à gestão de conflitos a nível tático, é necessário o estabelecimento de algum critério de avaliação. Decidiu-se então, avaliar a relevância da gestão de conflitos na manutenção dos princípios básicos e fatores de sucesso. Visto que esses são constantemente observados pelos componentes das missões de paz, e critérios fundamentais para seu sucesso.

Segundo a ONU (2008), apesar das Operações de Manutenção e Consolidação da Paz terem evoluído significativamente, três princípios básicos têm, tradicionalmente, servido para guiar e classificar as missões de paz:

- Consenso das partes;
- Imparcialidade;
- Não uso da força, exceto em autodefesa ou em defesa do mandato.

Tais conceitos são interdependentes e se reforçam mutuamente. Seu correto entendimento pelos integrantes da missão, garantem que sejam aplicados com eficiência, tanto a nível tático, quanto estratégico e político. O que, naturalmente, facilita o bom andamento e, em última análise, o sucesso da operação.

No caso do Consenso das partes observamos:

As missões de paz, com exceção das Missões de Imposição da Paz, são implantadas com o consenso das principais partes do

conflito. Isso requer comprometimento destas partes com o processo político de estabelecimento da paz, bem como, a aceitação do mandato da Operação de Paz para dar suporte a este processo. (ONU, 2008, p. 31).²

O consenso das partes possui importância pois confere às Nações Unidas liberdade de ação tanto física, quanto política para conduzir as atividades necessárias para a missão de paz. A perda da anuência das partes faz com que a Operação de Paz corra o risco de se tornar uma das partes do conflito, afastando-se, assim, de seu principal propósito.

A ONU (2008) verificou que durante a implementação de um mandato as Nações Unidas devem trabalhar continuamente para a manutenção desse consenso, enquanto que progride nos esforços em busca da gestão do conflito e/ou da crise. Isso exige dos integrantes da operação conhecimento acerca da história, cultura e costumes do Estado anfitrião, bem como a capacidade de acessar os interesses e motivações dos conflitantes.

Em relação à questão do consentimento das partes do conflito, necessária para a legitimação de uma operação de manutenção da paz, cabe destacar que o grande número de atores em Estados falidos torna mais complexa ainda a estrutura dos conflitos pós-Guerra Fria. Entre eles estão líderes de facções, forças paramilitares, grupos criminosos etc. Nenhum deles está subordinado à Carta da ONU. Nenhum deles é soberano, daí não se saber a quem pedir o consentimento quando há necessidade de estabelecer-se uma missão. (CORBELLINI, 2009, p.87).

A ONU (2008) corrobora com Corbellini (2009). O fato de as partes principais terem conferido seu consenso na implementação da Operação de Paz, não implica ou garante o consenso a nível local, especialmente, se os beligerantes estão divididos internamente ou possuem fracos sistemas de comando e controle. Os integrantes da missão devem possuir aptidão para verificar e lidar com situações nas quais há a ausência ou quebra do consenso local. Em alguns casos, tal fato requer, como último recurso, o uso da força.

No que diz respeito ao segundo princípio básico das Missões de paz, as Nações Unidas precisam implementar seu mandato sem favorecimento ou preconceito a qualquer parte. Imparcialidade, salienta ONU (2008), não deve ser confundida com inatividade ou neutralidade. O agente da missão não deve ser neutro ou inativo em relação a comportamentos que comprometam o processo de consolidação da paz.

Nota-se que, não basta ser imparcial, mas ser percebido como tal. Tanto o consenso, quanto a imparcialidade, demandam boas relações com os beligerantes, e a operação de paz, deve evitar atividades que possam comprometer a sua imagem. Entretanto, essa necessidade, não pode afastar os integrantes da missão de cumprirem, rigorosamente, com o seu dever de, como um juiz imparcial, condenar práticas que mitigam o processo de paz, com medo de retaliação ou má interpretação.

² United Nations peacekeeping operations are deployed with the consent of the main parties to the conflict. This requires a commitment by the parties to a political process and their acceptance of a peacekeeping operation mandated to support that process.

Forma-se um delicado balanço: por um lado, a percepção da parcialidade pela população ou membros do conflito pode afetar a legitimidade e credibilidade da missão e da ONU, podendo, no caso mais sério, levar a solicitação da retirada dos membros da missão do país anfitrião. Por outro lado, a preocupação extrema com a imagem pode gerar inação diante de condutas que não devem ser toleradas.

A ONU (2008) declara que se torna mister, a comunicação clara, racional, aberta, efetiva e transparente dos propósitos, das formas de conduta, da missão dos agentes no local, e qualquer outro proceder necessário à operação. Tudo isso, a fim de minimizar as oportunidades de manipulação da percepção popular e dos participantes do conflito contra a missão e evitar repercussões e críticas negativas por parte dos beligerantes e seus apoiadores. (ONU, 2008).

Quanto ao não uso da força, exceto em autodefesa ou em defesa do mandato, as Missões de Paz não são um instrumento de coação do Conselho de Segurança com intuito de obrigar o Estado anfitrião a aderir às suas determinações, apesar de algumas vezes, a aplicação da força seja vista como necessária.

O uso da força em Missões de Paz sempre acarreta em implicações políticas e por diversas vezes em consequências imprevisíveis. Sua aplicação deve levar em conta a capacidade da missão, a percepção pública, impacto humanitário, segurança dos componentes da operação e o efeito que essa ação gerará no consenso nacional e local. (ONU, 2008, p. 35)³

Conforme a ONU (2008), as Missões de Paz contemporâneas, em múltiplas ocasiões, são conduzidas em ambientes altamente voláteis com diversos grupos armados envolvidos. Em tais situações, tanto as partes como o Conselho de Segurança devem permitir o uso da força, para que as tropas, além da autodefesa, conduzam operações militares que mitiguem as ameaças impostas por estes atores à operação de paz e a civis. E este tipo de concordância do uso da força se atribui o nome de “Paz Robusta”.

Em via de regra, o uso da força por tropas da ONU é conduzido em nível tático e previstos nas regras de engajamento da missão. Qualquer necessidade do uso da força de forma extraordinária deve ser autorizada, se possível, pelo militar na cadeia de comando com autoridade para isto. Além os três princípios básicos, a ONU (2008) identifica outros três fatores que compõem uma missão de paz bem-sucedida. São eles:

- Legitimidade;
- Credibilidade;
- Promoção da autodeterminação nacional e local.

³ The use of force by a United Nations peacekeeping operation always has political implications and can often give rise to unforeseen circumstances. Judgments concerning its use will need to be made at the appropriate level within a mission, based on a combination of factors including mission capability; public perceptions; humanitarian impact; force protection; safety and security of personnel; and, most importantly, the effect that such action will have on national and local consent for the mission.

A legitimidade internacional da ONU é a base para todas as Operações de Paz, pois a concebe não só a permissão, mas também a confiança para conduzir de maneira imparcial intervenções em qualquer Estado. Em certas ocasiões, levando este, até mesmo, a abdicar de certos traços de sua soberania.

A forma como as Missões de Paz tem sido conduzidas alicerçam a autoridade conferida às Nações Unidas. De igual forma, a maneira como ONU vier a comandar as próximas operações também terá profundo impacto na confiança nela depositada. (ONU, 2008)

Especificamente, nas operações de paz conduzidas nos Estados anfitriões, a percepção de legitimidade foi e é, diretamente, ligada à qualidade e conduta dos componentes militares, policiais e civis da missão. O comportamento deles, especialmente, no trato com a população, deve ser extensamente explorado e compreendido, de maneira que se atinja o padrão à altura do esperado de componentes de Missões de Paz, na eficiência, competência, integridade e sensibilidade no impacto que os agentes causam nos habitantes locais.

Quanto à credibilidade observa-se:

No contexto atual, Missões de Manutenção e Consolidação da Paz, são frequentemente empregadas em “ambientes altamente voláteis e estressantes, caracterizados pelo colapso e degradação das estruturas estatais, além de, hostilidades, violência, polarização e angústia. Impunidade e insegurança podem ser dominantes em níveis locais, e oportunistas podem explorar o vácuo gerado pela instabilidade político-social e ausência estatal. Em tais ambientes, nos primeiros momentos, é provável que a Missão de Paz seja testada e até mesmo combatida por aqueles que têm seus interesses ameaçados pela presença de agentes da ONU. (ONU, 2008, p. 37)⁴

A credibilidade é, portanto, a capacidade da operação de atender às expectativas nacionais e locais no que concerne a habilidade de concluir, de maneira bem-sucedida, seu mandato.

Em relação a Promoção da autodeterminação local, nota-se em algumas situações, como frisa ONU (2008), que a capacidade estatal é demasiado debilitada, impondo à missão, de maneira temporária, a assunção de funções governamentais, diretamente ou em suporte à administração anfitriã.

As Missões Multidimensionais de Paz estão, cada vez mais, envolvendo-se em esforços para ajudar os países a distanciar-se de

⁴ United Nations peacekeeping operations are frequently deployed in volatile, highly stressed environments characterized by the collapse or degradation of state structures, as well as enmity, violence, polarization and distress. Lawlessness and insecurity may still be prevalent at local levels, and opportunists will be present who are willing to exploit any political and security vacuum. In such environments, a United Nations peacekeeping operation is likely to be tested for weakness and division by those whose interests are threatened by its presence, particularly in the early stages of deployment.

uma situação de prolongado e constante conflito e reconstruir as fundações de um Estado funcional. (ONU, 2008, p. 38)⁵

A promoção da autodeterminação nacional e local da autoridade estatal é crítica para a implementação bem-sucedida no processo de paz. Todas as atividades desenvolvidas pelas Nações Unidas no país anfitrião devem levar em conta esse fator, visto que será o Estado que dará continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela operação e assegurar a paz e estabilidade local após a conclusão da missão.

2.3 GESTÃO DE CONFLITOS NA MINUSTAH

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti foi estabelecida em 30 de abril de 2004, para restaurar a ordem no Haiti, após um período conflituoso e a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide. A missão tinha como objetivos principais estabilizar o país, pacificar e desarmar grupos guerrilheiros e rebeldes, promover eleições livres e informadas e apoiar o desenvolvimento institucional e econômico haitiano (UN, 2004h. APUD GARNINO, 2015, p. 94).

O cenário encontrado pelos peacekeepers variou conforme os contingentes avançavam em suas missões. No início, as atividades desenvolvidas pelo componente militar, orbitavam em torno da crise de segurança pública haitiana, envolvendo ações com o uso da força contra agentes armados reconhecidos como beligerantes ou não. (CCOPAB, 2015).

Posteriormente, com progressiva estabilização da situação de segurança pública, a gestão de conflitos passou a orbitar problemas mais focados à população. Em 2010 com o terremoto e o surto de cólera, o componente militar que já desenvolvia ações de ajuda aos habitantes, focou-se mais, não descuidando das necessidades de segurança à população já observadas, em ações humanitárias. Ao longo dos contingentes a necessidade da gestão de conflitos a nível tático se mostrou uma constante. (CCOPAB, 2015).

Entretanto, antes de adentrar-se no cerne da questão, que é a relevância da gestão de conflitos efetuada pela fração de fuzileiros de paz, é necessário o estabelecimento de alguns parâmetros que balizem o estudo. O que são conflitos, o que é gestão de conflitos? Como eles acontecem a nível tático na MINUSTAH?

Esses esclarecimentos precisam ser feitos antes de atender o objetivo geral deste trabalho.

5 Multi-dimensional United Nations peacekeeping operations are increasingly involved in efforts to help countries emerging from protracted internal conflict re-build the foundations of a functioning State.

2.3.1 Conflitos

É extremamente difícil, nos dias atuais, caracterizar e classificar os conflitos segundo a visão clássica da Lei Humanitária Internacional. As formas atuais de violência têm desafiado o Comitê Internacional da Cruz Vermelha quanto à manutenção e atualização de parâmetros que permitam realizar a proteção de civis e de não combatentes em regiões onde grassa o conflito. (NUNES, 2015, p.75).

Ao observar-se a dificuldade existente, cumpre esclarecer, conceitualmente, o que é conflito em si, partindo do geral para o específico. Neste sentir, o conceito de conflito possui diversas definições exploradas por diversos autores. Tal fato é de natural compreensão a partir da consciência de que os conflitos são intrínsecos à realidade humana, conforme BUTLER (2009).

Entretanto, é necessário que o conceito de conflito utilizado esteja alinhado com a área da pesquisa, bem como à realidade das Missões de paz. Portanto, para fins de delimitação conceitual, visando o direcionamento do estudo, utilizar-se-á o entendimento de Hocker e Wilmot (1985):

Conflito é uma luta expressa entre pelo menos duas partes interdependentes que percebem que seus objetivos são incompatíveis, suas compensações são reduzidas e a outra parte os impede de atingir seus objetivos. (HCKER, WILMOT, 1985, p. 135)⁶

E a inteligência de Serrano e Rodriguez (1993):

O conflito é um encontro entre duas ou mais linhas de força, com direções convergentes, mas em sentidos opostos, resultando deste encontro a necessidade de uma gestão eficaz da situação, de modo a ser retirado algo de positivo dela (SERRANO e RODRIGUEZ, 1993, p. 97)⁷

Vale ressaltar, que conflitos não são, necessariamente, algo negativo. Certos conflitos, se bem administrados, podem causar impactos positivos, ao indivíduo, grupo, organização, sociedade e nação que o compõem (HENDERSON; CONING, 2008). Embora a ONU tenha como prioridade a prevenção de conflitos a nível estatal e intraestatal, é preciso salientar que os conflitos se desenvolvem em diversos níveis. Conforme Henderson e Coning (2008), são eles: Conflitos internos (à pessoa), in-

6 Conflict is an expressed struggle between at least two interdependent parties who perceive that their goals are incompatible, their trade-offs are reduced, and the other party prevents them from achieving their goals.

7 El conflicto es un encuentro entre dos o más líneas de fuerza, con direcciones convergentes, pero en sentidos opuestos, resultando de este encuentro la necesidad de una gestión eficaz de la situación, para que se pueda sacar algo positivo de ella.

terpessoais, intergrupais, intraestatal e interestatal. Complementados por CUNHA (2001) ao incluir conflitos intragrupoais, religiosos, laborais e culturais.

Salienta-se que os conflitos intergrupais, segundo Henderson e Coning (2008), são todos aqueles que acontecem além da esfera interpessoal e inferiores ao estatal.

Este é o nível de conflito entre conflito interpessoal e o conflito que ocorre em nível nacional ou internacional. Pode incluir qualquer tipo de conflito, como o conflito entre os componentes militar, policial e civil de uma missão, ou entre organizações de ajuda humanitária que trabalham na missão de paz. Conflitos dentro de uma comunidade ou entre facções em uma área geográfica que não, necessariamente, impactam o conflito nacional também se enquadram nesse nível. (HENDERSON; CONING, 2008, p. 42)⁸

Encontra-se semelhante classificação de níveis de conflitos no Manual de Operações - EB70-MC-10.223 (BRASIL, 2017). No qual, categoriza-se conflitos a nível tático, operacional, estratégico e político. Portanto, pode-se concluir que os conflitos encontrados pelas tropas destacadas no terreno (foco da pesquisa) são, ao mesmo tempo, táticos para fins de manual e intergrupais para fins de classificação teórica.

2.3.2 Missões de paz - uma ferramenta de gestão de conflitos

Conflitos não são, necessariamente, lesivos. Eles podem:

- Criar uma oportunidade para o balanceamento de poder, dentro de uma relação ou de maneira mais ampla em uma sociedade, reconciliando os interesses legítimos das partes;
- Levar a melhor compreensão e entendimento das diversidades e diferenças entre pessoas, organizações e sociedades;
- Levar ao crescimento pessoal, organizacional e societal;
- Trazer à tona problemas e resolvê-los;
- Permitir que diferentes interesses sejam reconciliados; e
- Promover união entre grupos. (HENDERSON e CONING, 2008, p.46)⁹

⁸ This is the level of conflict between interpersonal conflict and conflict that occurs on a national or international level. It can include any kind of conflict, such as conflict between the military, police and civilian components of a mission, or between aid organisations working in the peace mission. Conflict within a community, or between factions in one geographical area that doesn't necessarily impact on the national conflict, would also fall under this level.

⁹ create an opportunity for balancing the power within a relationship or the wider society, and the reconciliation of people's legitimate interests; □ lead to greater self-awareness and understanding, and awareness of diversity and differences between people, organisations and societies; □ lead to personal, organisational and even systemic growth and development; □ act as a useful medium for airing and solving problems; □ allow for different interests to be reconciled; and □ foster unity within groups.

Por conseguinte, nota-se que os conflitos possuem, na dimensão na qual ocorrem, potencial tanto positivo e aproveitável quanto negativo e destrutivo. Advém dessa potencialidade, a necessidade da gestão de conflitos em todos os seus níveis. No que tange a Organização das Nações Unidas, conceitua-se:

A gestão de conflitos, como a compreendemos aqui, refere-se a qualquer esforço em controlar ou conter um conflito corrente entre atores politicamente motivados operando em nível estatal ou sub-estatal, tipicamente através do envolvimento de uma terceira parte. (BURTON e DUKES, 1990; apud BUTLER, 2009, p. 14)¹⁰

Butler (2009) complementa o conceito de gestão de conflitos, ao salientar que seu cerne se encontra em diminuir os danos às partes diretamente envolvidas e às periféricas. Ademais, além dessa contribuição, Butler (2009) ressalta que o objetivo desta gestão é impedir que o conflito escalone em intensidade e violência.

No período pós-Guerra Fria, a maioria dos conflitos interestatais e intraestatais causaram e têm causado, grandes e crescentes impactos civis. Como resultado, os conflitos modernos têm se associado de maneira íntima com massivas tragédias humanitárias (HENDERSON; CONING 2008).

Em resposta a esta mudança no cenário mundial a ONU adequa-se, e as Missões de paz passam a incorporar ajuda humanitária como um de seus objetivos:

Manutenção da paz é uma presença em campo das Nações Unidas (normalmente envolvendo pessoal militar e civil), com o consentimento das partes beligerantes, para implementar ou monitorar a implementação de acordos relacionados ao controle de conflitos (cessar-fogos, separação de forças, etc.) e sua solução (acordos parciais ou abrangentes) ou para assegurar o envio seguro do alívio humanitário (ONU, 1995, APUD CORBELLINI, 2009, p. 65).

Procurando sempre a sua eficiência, as missões de paz estão em constante evolução, como a própria Organização salienta:

Manutenção da paz é um empreendimento de mais de 50 anos que evoluiu rapidamente na última década de um modelo tradicional, principalmente militar de observação de cessar-fogos e separação de forças após guerras entre Estados, para um empreendimento que incorpora um complexo modelo de diversos elementos, militares e civis, trabalhando em conjunto para construir a paz no perigoso contexto pós-guerras civis (ONU, 2000, APUD CORBELLINI, 2009, p. 66).

¹⁰ Conflict management, as we understand it here, refers to any effort to control or contain an ongoing conflict between politically motivated actors operating at the state or sub-state level, typically through the involvement of a third party.

As Missões de Paz são uma ferramenta que permite a ONU, assessorar e guiar um Estado a sair de uma situação de conflito interno e/ou crise, na direção da estabilidade e da paz duradoura. As Missões de Paz são, portanto, uma ferramenta de gestão e resolução de conflitos.

Quanto a parte tática da gestão de conflitos, nota-se que todos os princípios básicos e fatores de sucesso, apresentados anteriormente para uma Missão de Paz bem-sucedida são relacionados, em algum grau, com a população local. Portanto, os habitantes do Estado anfitrião, mesmo não sendo os beligerantes do conflito, contém, em si, a capacidade de alavancar o sucesso da missão ou lançá-la por terra. Desta forma, a condução da operação deve levar sempre em conta o fator “população” em suas atividades. (BRASIL, 2017).

O foco da pesquisa delimita-se sobre o pelotão de fuzileiros de paz, porque, em via de regra, estes são os componentes militares da operação que possuem contato direto e próximo à população local. Além da característica de proximidade localista, esses militares, usualmente, supervisionam, de maneira aproximada, e executam as atividades táticas das Missões de Paz, em relação aos beligerantes, sendo responsáveis pela aplicação de medidas coercitivas e dissuasivas. Embora, geralmente, neste tipo de atividade, não estejam no comando da operação-tática propriamente dita, os comandantes de pelotão são os responsáveis imediatos de quem executa a ordem, e por vezes os próprios executores.

2.3.3 Gestão de conflitos a nível tático na MINUSTAH

A conjuntura Haitiana, encontrada pelos militares da MINUSTAH, era crítica. Havia uma crise de legitimidade em relação às instituições muito grande.

Em razão de uma ausência institucional histórica no país, aliada aos altos níveis de corrupção, incapacidade e ineficiência do governo, as instituições haitianas sofrem de grande falta de credibilidade por parte da população. Como é relatado pelo Secretário-Geral, basicamente todos os setores do governo são vistos com desconfiança pelos haitianos, sentimento estendido às Nações Unidas e outros atores internacionais (UN, 2004e; 2004g; 2005b; 2005c; 2005d; 2006d; 2007d; 2008b, APUD GARBINO, 2015, p, 94-95).

Desconfiança em especial com as forças de segurança e com a Polícia Nacional do Haiti (PNH):

A degradação do Exército teve implicações para a desestruturação da Polícia Nacional Haitiana. Tendo sido forjada dentro do Exército e utilizada como instrumento de violência contra a população, a PNH estava também desacreditada na sociedade. Muitos policiais passaram a fazer parte de diversos grupos armados, assim como ex-oficiais. A instituição policial foi es-

vaziada, e a ausência de policiais acabou contribuindo para o escalonamento da violência. (CORBELLINI, 2009, p.102).

MOREIRA (2011) em seu livro *Combate de Paz* corrobora:

Ademais, os policiais da PNH eram muito mal remunerados, o que contribuía para a prática da corrupção, amplamente difundida, exercida e tolerada. Era comum oferecerem pistolas e revólveres a militares da ONU. Normalmente, eram bastante violentos e, por isso, detestados pela população. Seu treinamento era deficiente, assim como sua organização, hierarquia e disciplina. De aparência assustadora para o civil, agiam com brutalidade e respondiam qualquer agressão verbal com violência e tiros. [...] Se por algum motivo ameaçássemos entregar um suspeito à PNH, este se desesperava, e até chorava, pois sabia que não mais voltaria vivo. (MOREIRA, 2011, p. 46).

A população desamparada e desacreditada, passa a levar aos peacekeepers problemas que, normalmente, seriam levados às autoridades locais. Assim, a gestão de conflitos a nível tático na MINUSTAH, por parte do pelotão de fuzileiros de paz, refere-se a situações que, geralmente, seriam da alçada da polícia.

Porém, quais são as situações de gestão de conflitos encontradas pelas tropas e qual o impacto destas na missão de paz? Devido a dinâmica encontrada no Haiti, é impossível listar todas as situações em que foram necessárias a gestão de conflitos por parte da tropa. Podemos citar exemplos como: brigas entre cidadãos por diversos motivos: trânsito, questões familiares, conjugais, etc. Protestos e manifestações, crimes comuns, como furtos, roubos, atendimentos a feridos, linchamentos, ações humanitárias que se transformam em tumulto e confusão, entre outras.

Embora o componente militar possuísse homogeneidade ao longo de seus continentes em diversos aspectos, como organização interna, atividades realizadas e equipamentos utilizados, conforme CCOPAB (2015), fato que permite a estudo amplo em relação a gestão de conflitos por parte dos pelotões de fuzileiros. As circunstâncias locais, mudavam, de bairro em bairro, de rua em rua.

Ambientes operacionais em áreas de conflito constituem-se, quase sempre em um microcosmo específico, com uma multidão de agentes com interesses e mandatos distintos, operando em diferentes graus de instabilidade. No fim, independentemente do tipo de organização internacional em presença no país de destino ou da relação bilateral que possa existir, trabalhar em contextos instáveis requer, além da expansão de aptidões pessoais, um claro entendimento do ambiente, com ênfase nas ameaças presentes e vulnerabilidades locais. (NUNES, 2015, p. 77).

Devido a essa dinâmica o impacto do gerenciamento destes conflitos varia conforme a situação. Entretanto, segundo Visacro (2011), sempre existe o risco de

que, se mal administrado, o conflito encontrado pelas tropas a nível tático afetará a missão como um todo, chegando aos níveis estratégico/político.

Moreira (2011) ilustra a pressão que essa conjuntura exerce sobre a tropa:

O que acontecera? Foi realmente um ataque! Podia ter acertado algum dos nossos! E se eu acertasse um inocente? Milhares de pensamentos passavam pela minha mente. Não mais tínhamos o direito de tomar atitudes precipitadas ou erradas. Eram nossas vidas em jogo[...] Havia uma grande desconfiança da linha de frente – tenentes, sargentos e soldados – no concernente aos procedimentos de nossos superiores em relação ao amparo de nossas ações durante os conflitos. Questionariam tudo? E se comêssemos um erro? Enquanto eu estivesse no comando do bairro, os soldados sabiam que estariam amparados, estando certos ou errados, desde que cumprissem suas obrigações. (MOREIRA, 2011, p. 43 e 71).

Também expressa o sentimento vivido pelo autor, ao deparar-se com estas situações e ter de lidar com os conflitos que aquela realidade o impôs.

“Por maior preparo profissional que um homem tenha, não há quem esteja pronto para esse tipo de cena. [...] Por vezes as operações nos forçavam a atitudes que não queríamos, mas que os combates nos impunham.” (MOREIRA, 2011, p. 171).

Ainda que, ao longo dos anos, a MINUSTAH já estivesse atuando no território, promovendo o diálogo entre as partes conflitantes a nível político e reestruturando as instituições haitianas, Corbellini (2009) salienta que, a população demonstrou-se reticente em acreditar e recorrer às instituições locais, preferindo levar suas demandas aos peacekeepers.

A necessidade da gestão de conflitos a nível tático se mantinha juntamente com a necessidade da manutenção da presença do componente militar no Haiti. Como demonstrar GARBINO (2015), após dez anos de MINUSTAH:

...apesar de alguns crimes e a agitação pública terem aumentado em número, devido à instabilidade política causada pela indefinição das próximas eleições governamentais. Fugas de prisões, sequestros, estupros e homicídios, frequentemente resultados de violência relacionada a gangues, têm aumentado e permanecem concentrados na região metropolitana de Porto Príncipe. (GARBINO, 2015, p. 95).

A execução da gestão de conflitos na MINUSTAH obedece a hierarquia de acionamento. O componente militar não era o primeiro a ser chamado em situações de crise, salvo exceções, em geral, eram a terceira linha de ação:

Entretanto, apesar deste papel ativo que cumpre o componente militar em benefício da pacificação do Haiti, as disposições que regulam o acionamento militar estabelecem que este é a terceira linha de ação na intervenção diante de qualquer caso de violência, incluindo violência sexual, sendo a primeira linha de ação, a Polícia Nacional do Haiti (PNH) e como segunda, a UNPOL. Uma vez esgotadas as duas vias anteriores, a participação ativa do componente militar torna-se iminente para a proteção de civis (especialmente de mulheres e crianças) mediante o uso de meios necessários e dentro dos parâmetros de uso da força, Regras de Engajamento e princípios do Direito Internacional Humanitário sobre os quais o militar recebe uma adequada instrução prévia ao desdobramento. (CCOPAB, 2015, p. 27-28).

Ao se ler Moreira (2011), percebe-se que a maioria dos conflitos geridos pelos pelotões de fuzileiros de paz, ocorrem durante alguma atividade tipicamente militar, como patrulhas, PBCV, ou quando a população os busca diretamente.

Como observado na citação, existem parâmetros que regem as atitudes dos militares. No que tange à gestão de conflitos, que eventualmente, podem necessitar do emprego de armas não letais e letais, vale-se as regras de engajamento que regem o uso da força. Presentes no documento: Rules of Engagement (ROE) for the Military Component of the United Nations Stabilization Mission in Haiti.

Salienta-se que o uso da força pode servir para alimentar narrativas contra a operação de paz. Portanto os peacekeepers procuraram, sempre esgotar todas as alternativas na gestão de conflitos antes do emprego da força.

Além disso, o uso da força é o método mais destrutivo e custoso para a resolução de conflitos. Portanto, é mister seu emprego judicioso e como último recurso. (HENDERSON; CONING, 2008).

Devido a estas características especiais, o uso da força também obedecia a um escalonamento conforme a progressividade da ameaça. Parte-se do uso dissuasivo de armas menos letais, e culmina-se, em extremo, no uso de armamento letal. A esse escalonamento, atribui-se o nome de “Uso diferenciado da força”.

Dessa forma, o emprego do adjetivo “diferenciado” no termo “uso da força”, vinculou os operadores da segurança pública e internacional (Operações de Paz), a fazerem uso de uma análise prévia do caso concreto, sempre dando preferência a uma abordagem menos prejudicial à integridade física do suspeito, aumentando, assim, sua potencialidade de forma diretamente proporcional a ameaça ou resistência a sua abordagem, detenção e condução. O agente deverá, ainda, identificar os variados níveis de força necessários e aplicáveis, de forma eficaz, em cada caso e momento, tendo em vista que sua conduta deverá guardar coerência com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, sempre com o escopo, a priori, de preservar a toda vida humana envolvida, em especial, sua própria integridade física. (GOTSCHALG, 2012, p. 15).

3 Percurso Metodológico

Os procedimentos metodológicos empregados foram: leituras preliminares para aprofundamento do tema; definição e desenvolvimento dos instrumentos de coleta de dados e delimitação das etapas de análise do material. Ao serem estabelecidas o suporte prático para a pesquisa, procurou-se assegurar a execução da pesquisa seguindo o cronograma proposto além de permitir a verificação das etapas de estudo.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Quanto à natureza do objetivo, a pesquisa buscará verificar a relação e a relevância das variáveis:

- Gestão de Conflitos (sua forma de condução e execução);
- Comandantes de pelotão de fuzileiros de paz e suas frações (como conduzem e executam a gestão de conflitos);
- MINUSTAH, a missão de paz robusta, multidimensional, na era da informação (as características deste tipo de missão).
- Princípios básicos e outros fatores de sucesso nas Missões de Paz. É, portanto, uma pesquisa de natureza descritiva.

Quanto à Abordagem, os resultados da pesquisa foram traduzidos em conclusões descritas a partir da combinação de bibliografia prévia e entrevistas realizadas. Desta feita, trata-se de uma Pesquisa Qualitativa.

3.2 MÉTODOS

Foi verificada a inexistência de trabalho acadêmico que relacionasse as variáveis: gestão de conflitos a nível tático na MINUSTAH, pelotão de fuzileiros de paz, características de uma missão de paz multidimensional na era da informação e os princípios básicos e outros fatores de sucesso de uma Missão de Paz. Desta forma, a pesquisa se utilizará do método indutivo, a partir da análise das informações já disponíveis, e das entrevistas executadas para alcançar as respostas às questões levantadas. Partindo de situações específicas e individuais, dos entrevistados, para gerais, com a colaboração da bibliografia.

3.3 ETAPAS DA PESQUISA

• Etapa 1 – Pergunta Inicial

Qual a relevância da gestão de conflitos efetuada, pelo pelotão de fuzileiros de paz para a manutenção dos princípios básicos e dos fatores de sucesso da MINUSTAH no período de 2004 a 2017?

• Etapa 2 – Exploração.

A exploração dos dados foi feita através da leitura, ou seja, através de pesquisa bibliográfica, corroborada com as entrevistas aplicadas.

• **Etapa 3 – Questões (problemas) a serem levantadas.**

Tratam-se das questões subjacentes levantadas para solucionar a pergunta inicial, bem como permitir melhor compreensão frente as diferentes perspectivas de conflito dentro do contexto analisado.

São elas:

- Quais as mudanças e dificuldades inerentes à MINUSTAH, uma missão de paz multidimensional na era da informação?
- Quais conflitos encontrados pela tropa em contato com a população, a nível tático, na MINUSTAH?
- Como eram geridos os conflitos a nível tático por comandantes de pelotão e suas frações na MINUSTAH?
- Qual a relação entre a atuação na gestão de conflitos, a nível tático na MINUSTAH e o sucesso da missão?
- Quais os princípios básicos e fatores de sucesso da MINUSTAH eram mais afetados com uma gestão de conflitos, a nível tático, ineficiente?

• **Etapa 4 – Coleta de Dados.**

O que foi coletado? Os dados pertinentes à pesquisa respondem às questões acima elencadas e/ou permitem a análise periférica destas. Assim, permitem a construção de linha de investigação que gere ao seu fim, a chegada em conclusão atinente e satisfatória através do método indutivo. Tratam-se de fontes secundárias. Exemplos de dados a serem coletados:

Casos práticos vividos por militares em missões de paz, relatórios de pesquisas efetuadas pela ONU, definições de conflito, gestão de conflitos, a nova dinâmica na exploração de erros táticos afetando objetivos estratégicos/políticos, a conjuntura haitiana antes e durante a missão, etc.

Com quem foi coletado? É mister a utilização de fontes científicas e confiáveis no caso das pesquisas bibliográficas e documentais. No que tange as entrevistas, foram conduzidos com militares que participaram de contingentes da MINUSTAH, especificamente, comandantes de pelotões de pelotões de fuzileiros de paz. Vale salientar, que esses militares, são, portanto, o público alvo da pesquisa. Suas identidades serão mantidas em sigilo para preservá-los, visto que, o trabalho será publicado e tange informações sensíveis da conduta e percepção desses militares em momentos de crise.

O universo estudado compreende 396 militares, ao longo dos 27 contingentes. Foram entrevistados 32, cerca de 8% desse total. Destaca-se, que os militares entrevistados encontram-se dispersos em variados contingentes, permitindo a pesquisa abranger a MINUSTAH como um todo.

Como foram coletados os dados? Como explicado acima, as fontes de pesquisas foram secundárias. Em consequência, o instrumento de coleta de dados serão os levantamentos bibliográficos e as entrevistas conduzidas.

• **Etapa 5 – Análise de Dados.**

Por tratar-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, optou-se pelo método de

análise de dados chamado Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). O método consiste em três fases:

1º. Organização do material: Esta fase coincide com a coleta de dados, pois trata-se da avaliação do documento a ser analisado, se ele é relevante para a pesquisa ou não. E de igual maneira, o conteúdo obtido a partir das entrevistas.

2º. Codificação: A codificação se subdivide na análise de duas unidades: a de registro e a de contexto. A unidade de registro relaciona-se com o objeto em análise, no caso deste estudo, as variáveis: gestão de conflitos a nível tático na MINUSTAH, pelotão de fuzileiros de paz, características de uma missão de paz multidimensional na era da informação e os princípios básicos e outros fatores de sucesso de uma Missão de Paz

Já a unidade de contexto engloba a unidade de registro e concerne a localização deste objeto no texto, no documento e na resposta do entrevistado. Proporciona através da análise do contexto da variável a sua compreensão no todo daquele arquivo.

3º. Categorização: É o agrupamento dos dados por algum critério. Neste trabalho o critério será semântico, ou seja, o sentido do conteúdo analisado. Esta fase está relacionada com desenvolvimento da linha de pesquisa.

Especificamente, para a entrevista os dados serão traduzidos em gráficos e, no caso das respostas abertas, transcritos.

4. Resultados e discussões

Neste capítulo, se discute os resultados, tendo como objetivo, portanto, realizar uma reflexão a respeito da gestão de conflitos, efetuadas pelos comandantes de pelotão e suas frações na MINUSTAH, definição que abrange o fato em estudo. É importante salientar que não há bibliografia específica para o objetivo da pesquisa. Desta forma, se fez necessário, para atingir o objetivo geral, circundá-lo de bibliografia conceitualmente ampla, a qual atenda os objetivos específicos. Posteriormente, foi feita a comparação desta literatura com os resultados da pesquisa, a fim de verificar se estavam alinhados, permitindo, através do método indutivo, a observação de conclusões pertinentes e relevantes para a questão levantada. Quanto aos objetivos específicos, estes foram atingidos com base bibliográfica e corroborados pelos levantamentos da pesquisa. • Apresentar um panorama sobre o Haiti e sua crise: Conforme Corbellini (2009), Moreira (2011) e Garbino (2015), o Haiti possuía um problema sistêmico, com precárias condições sociais, político e econômicas. Sua população

desacreditada das instituições de seu estado, ficava à mercê de governos ineficientes e agentes não estatais que se sustentavam através da violência e arbitrariedade. A pesquisa corrobora, ao levantar a inteligências dos entrevistados, os quais não apenas estão alinhados com a bibliografia, como trazem a colaboração de que a falta de legitimidade das instituições trazia à tona a demanda local pelo auxílio do componente militar. A população respeitava e procurava os militares quando necessitada.

Porém, por vezes, embora um dos fatores de sucesso das missões de paz seja imparcialidade, a mera associação com as instituições estatais trazia à tona hostilidades, por parte da população, a serem gerenciadas. Cita-se o relato:

“Naquele dia, a PNH por algum motivo havia atirado e matado, a princípio por retaliação, 06 Hab Loc e esse evento gerou diversos focos de manifestação, depredações, saques, conflitos em toda a capital. A população, em muitas oportunidades, nos vira operando em conjunto com a PNH, pois uma das missões da tropa era cooperar, com imparcialidade, os organismos de segurança locais, mesmo que estes não possuíssem certos códigos de ética e condutas já sabidos por nossa tropa”.(Entrevistado Nr 9, 2021, informação escrita).

• Quais os princípios básicos e fatores de sucesso da MINUSTAH eram mais afetados com uma gestão de conflitos, a nível tático, ineficiente? A ONU (2008) define seus princípios básicos e fatores de sucesso, como elementos presentes em missões de paz bem-sucedidas, são eles respectivamente: Consenso das partes; imparcialidade; não uso da força, exceto em autodefesa ou em defesa do mandato; legitimidade; credibilidade; Promoção da autodeterminação nacional e local. Como o Manual de Operações de Paz (BRASIL, 2017) discorre, a população exerce grande influência sobre o sucesso da missão. É fato que todos estes elementos possuem relação em maior ou menor grau com a população e a opinião pública nacional e internacional. A gestão de conflitos a nível tático, envolve além de contato direto com a população, uma expectativa de que o conflito seja sanado e controlado. Como salienta Entrevistado NR 5:

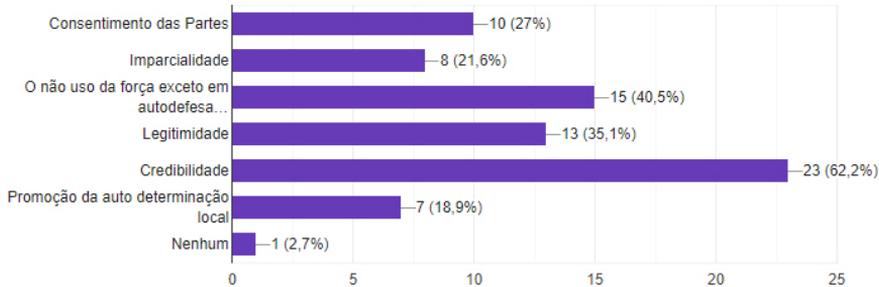
“Um ato falho durante a gestão de um conflito pode repercutir negativamente perante a população, o que pode retirar o apoio desta com os elementos do contingente militar e pode ser prejudicial para o ambiente político da missão, trazendo reflexos para o mandato que a rege”. (Entrevistado nr 5, 2021, informação escrita).

O objetivo final da pesquisa é responder à pergunta principal que envolve, em seu cerne, estes princípios básicos e fatores de sucesso. O caminho para tal, passa pela colaboração por parte da pesquisa neste objetivo específico. Não foi o propósito da pergunta verificar a percepção dos comandantes de pelotão quanto a definição destes tópicos, visto que é suficiente a literatura revisada. A pesquisa elucida que a tropa recebe treinamento antes de partir para a missão, portanto, é ciente no que se refere ao significado destes conceitos. Também se verifica 90,6% dos entrevistados creem que uma gestão de conflitos a nível tático, ineficiente afetam princípios básicos e fatores de sucesso das missões de paz.

Gráfico 1 – Princípios Básicos e Fatores de Sucesso mais afetados com gestão de conflito ineficiente.

Quais fatores de sucesso e princípios, em sua opinião, são mais afetados por uma ineficiente gestão de conflitos a nível tático, efetuada por um comandante de pequenas frações?

32 respostas



Fonte – Autor (2021)

• Quais conflitos encontrados pela tropa em contato com a população, a nível tático, na MINUSTAH? A bibliografia pesquisada reforça que são diversos os conflitos encontrados a nível tático na MINUSTAH. Henderson; Coning (2008), discorre sobre os conflitos encontrados nas missões de paz, em diversos níveis. No nível intergrupar (foco da pesquisa), salienta a presença de diversos atores nos conflitos, os habitantes locais, organizações não governamentais, grupos armados, instituições estatais, entidades civis, etc. Nunes (2015) demonstra que os conflitos são tão plurais e diferentes entre si que é um desafio sua classificação e Moreira (2011) cita vivências e exemplos desses conflitos.

Todos os autores consultados concordam que a dinâmica de conflitos possui fatores imprevisíveis, porém existem exemplos levantados pelas fontes que são corroborados pelos entrevistados. Leva-se o foco da pesquisa, tanto bibliográfica quanto na entrevista, aos conflitos encontrados pelo contato do componente militar com a população. Levantam-se os seguintes exemplos: discussões e brigas domésticas (entre cônjuges, familiares, vizinhos e membros da mesma comunidade), questões criminais não associadas, a princípio, com grupos armados (roubos, furtos, estupros, assassinatos), questões entre agentes armados (tiroteios com gangues), manifestações, turbas, linchamentos, necessidades de atendimentos a feridos, e discussões gerais (brigas de trânsito, torcidas, comerciantes).

Por conta, dessa dinâmica e imprevisibilidade, a pesquisa tanto teórica quanto através das entrevistas, demonstra ser difícil o levantamento de todos os conflitos gerenciados pelo pelotão de fuzileiros de paz na MINUSTAH. Porém os exemplos citados, abarcam sua maioria. Como ilustram os Entrevistados:

“Ocorreram diversas vezes, as mais variadas intervenções. Trocas de tiro entre gangues rivais, manifestações contra o governo, brigas conjugais, atendimento a feridos. Tínhamos alguns procedimentos dentro do pelotão, o mais antigo presente era o

responsável por realizar um breve estudo de situação e escolher as medidas a serem tomadas, quando o pelotão estava todo em sendo eles políticos, disputas territoriais, etc”. (Entrevistado nr 5, 2021, informação escrita).

“Houveram diversos casos. Briga entre civis, encontro de cadáver, manifestação, assalto, encontro de feridos baleados/atropelados/ espancados, entre outros. Quem administra o conflito é o mais antigo na cena, que dá as ordens aos elementos do Pel/GC”. (Entrevistado nr 7, 2021, informação escrita).

“Os conflitos se apresentavam de forma não esperada e por vezes imprevisível, exigindo da tropa a pronta resposta de maneira acertada e efetiva, mesmo que para isso não estivéssemos 100% preparados. (Entrevistado nr 9, 2021, informação escrita)”.

• Como eram geridos os conflitos a nível tático por comandantes de pelotão e suas frações na MINUSTAH?

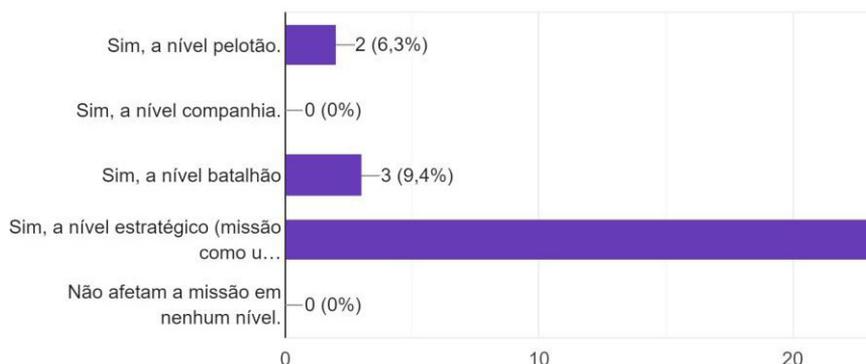
Os autores ONU (2008), CCOPAB (2015) e Visacro (2011), afirmam que as missões de paz multidimensionais possuem essa desinência por necessitarem da integração entre os componentes civil, policial e militar e abrangerem diversos campos de poder, ao contrário das missões tradicionais. Setores como o econômico, o político, o humanitário, o social, a questão da segurança pública, etc. Além disso, esse novo tipo de missão ocorre em uma dinâmica mundial tecnologicamente interligada que impõe à missão, a necessidade de aprovação popular e da opinião pública para seu bom andamento e, por consequência, seu sucesso. Essa questão é comprovada pela pesquisa, através dos relatos dos Entrevistados, afirmando que se deparam com essa realidade, de que um erro e/ou uma gestão de conflitos má conduzida, na era da informação, poderiam causar consequências para a missão em níveis superiores. Destacam-se os relatos do Entrevistados Nr 1 e 9:

“Em uma missão de paz você está o tempo todo lidando com os conflitos. É essa é uma das características mais marcantes dos brasileiros, a capacidade de se envolver com diversos atores sem tomar partido e conseguir buscar uma solução pacífica. Na era da informação que vivemos uma ação errada de uma pequena fração pode ter consequências enormes, por isso o cuidado, o preparo e a ação de comando dos comandantes de pequena fração são tão importantes”. (Entrevistado Nr 1, 2021, informação escrita).

“Principalmente na era da informação, onde a velocidade dos acontecimentos e o vetor mídia, assuntos civis têm grande peso nesses conflitos, a má gestão desses conflitos exerce forte impacto”. (Entrevistado Nr 9, 2021, informação escrita).

Através do levantamento na questão da entrevista, na qual 84,4% dos participantes verificam, devido as conjunturas da Missão Multidimensional na Era da Informação de que uma falha na gestão de conflitos a nível tático poderia ser explorada para afetar a MINUSTAH como um todo.

Gráfico 2– Falha na Gestão de Conflitos utilizada para afetar a missão como um todo.



Fonte – Autor (2021)

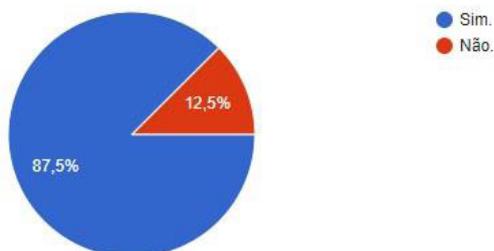
A importância, de maneira geral, da gestão de conflitos nos diversos níveis já é percebida pela ONU. Fruto dessa preocupação surgem, por exemplo, o Guia para gestão de conflitos por Peacekeepers e Peacebuilders por Henderson e Coning (2008), utilizado na pesquisa bibliográfica. Em alinhamento com precaução da ONU o Exército Brasileiro forneceu aos seus contingentes, para os comandantes de pelotão e suas frações treinamento para gerir conflitos a nível tático. Como Moreira (2011) salienta, por conta do que está em jogo, gestões de conflitos táticos são estressantes, principalmente, por envolver os habitantes locais. Não há espaço para a erro, as ações devem ser cirúrgicas e eficazes.

Segundo CCOPAB (2015) a ONU estruturou componente militar como a terceira 10 Guide to Conflict Management by Peacekeepers and Peacebuilders linha de ação em qualquer caso de violência, atrás a PNH e a UNPOL, e sua intervenção estão balizadas pelas regras de engajamento e pelos princípios do Direito Internacional Humanitário. Entretanto, como salienta CORBELLINI (2009) e MOREIRA (2011), a população desacreditava da PNH, e recorria aos peacekeepers. Os entrevistados estão alinhados com a bibliografia pesquisada, e acrescentam que em sua maioria tiveram de gerenciar conflitos descritos no objetivo específico anterior, geralmente, em patrulha, mobiliando PBCV, quando trazidos pela população diretamente aos militares e quando as duas outras linhas de ação (PNH e UNPOL) falhavam e eram acionados:

Gráfico 3 – Administração de conflitos a nível tático.

Houve algum cenário, em que, o senhor ou sua fração tiveram de administrar um conflito no nível tático trazido e/ou ocasionado pela população?

32 respostas



Fonte – Autor (2021)

Também acrescentam que sua gestão de conflitos respeitava as regras de engajamento, conforme os vetores se apresentavam. Evitava-se o uso da força, procurando-se sempre a solução pacífica, através da mediação e diálogo, posteriormente, graduando-se para o emprego de armamento menos letal e enfim o emprego de armamento com munição real.

A intenção é sempre resolver a situação através da mediação, diálogo, usando o mínimo de força. A população espera que o Peacekeeper resolva a cena. Havia muito respeito por parte da população com os militares, e em quase todos os casos aqueles foram colaborativos, sendo a cena resolvida rapidamente. A bandeira do Brasil ajudou bastante. (Entrevistado Nr 7, 2021, informação escrita).

Diversas foram as situações em que meu pelotão se deparou com a situação descrita, e cada uma foi administrada conforme os vetores se apresentavam e segundo as Regras de Engajamento vigente à época. De forma geral, os conflitos eram administrados pelo Cmt da fração (fosse nível Pel ou GC e por vezes Esquadra, frente a necessidade de descentralização em determinadas situações). (Entrevistado Nr 9, 2021, informação escrita).

Os entrevistados também elencaram necessidades que encontram na gestão de conflitos a nível tático:

- Possuir equilíbrio emocional (96,9%);
- A tropa possuir boas relações com os habitantes locais (93,8%);
- Conhecimento da cultura local (90,6%);
- Possuir tradutor, capaz de dialogar a língua local (81,3%);

- Conhecer técnicas de gestão de conflitos (68,8%);
- Executar treinamentos práticos (65,6%);
- Dispor de armamento menos-letal (65,6%);

4.1 A PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE PELOTÃO NA GESTÃO DE CONFLITOS A NÍVEL TÁTICO NA MINUSTAH

A pesquisa contou com 32 comandantes de pelotão participantes em um universo de 396 militares, compondo, portanto 8% de seu total. Militares que tomaram parte em diversos contingentes. Embora, encontram-se maior número de participantes a partir do contingente 12 por conta da duplicação dos BRABATTs devido ao terremoto, o que também duplicou o número de militares.

Ao atender os objetivos específicos a pesquisa já permite tecer conclusões sobre a problemática do trabalho “Qual a relevância da gestão de conflitos efetuada pelo pelotão de fuzileiros de paz para a manutenção dos princípios básicos e dos fatores de sucesso da MINUSTAH no período de 2004 a 2017?”

As inteligências, opiniões e observações coletadas correspondem à visão daqueles que estiveram no “olho do furacão”, que efetivamente gerenciaram conflitos na MINUSTAH, daí a importância de apresentar todo o levantamento efetuado, visto a sua relevância na obtenção do objetivo geral deste trabalho.

Verificou-se, como demonstrado anteriormente que a maioria dos entrevistados deparou-se com situações de conflitos a serem gerenciadas.

Conforme a literatura de Visacro (2011) o nível tático, devido a conjuntura provocada pela Era da Informação, possui potencial para abalar operações a nível estratégico/político. Permitir-se, através da pesquisa e do método indutivo validar o autor, ao alegar-se que a gestão de conflitos a nível tático na MINUSTAH, embora sem literatura específica, de igual forma, possuía potencialidade para abalar missão como um todo.

No entanto, esse esclarecimento ainda não atinge o cerne da questão ao não tratar da manutenção dos princípios básicos e outros fatores de sucesso da MINUSTAH. Antes de tudo, cabe a utilização do termo “manutenção” por conta da complexidade de uma missão multidimensional de paz robusta como foi a MINUSTAH, na qual seu sucesso depende de diversos fatores e sua relação. (CCOPAB, 2015).

Nesse contexto, a gestão de conflitos a nível tático por parte do componente militar, embora, importante, é uma peça de uma grande engrenagem. Conforme salienta o Entrevistado nr 2:

O sucesso de uma missão de paz está bem além de apenas Gestões de Conflitos. Estas são parte de um conjunto de ações para que haja o êxito da missão. Com toda certeza, se os Cmts não souberem gerir os conflitos, impactará no todo. (Entrevistado nr 2, 2021, informação escrita).

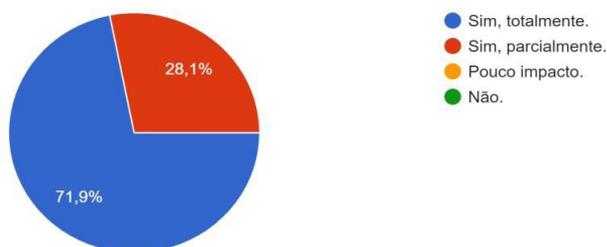
O Entrevistado nr 7 corrobora, ao afirmar que não um caso específico, mas uma sequência de gestões de conflitos ineficiente compromete a missão.

Fato é que a não gestão repetida e intencional dos conflitos pela tropa, ou gestões mal feitas, podem minar a opinião da população, causando a perda da credibilidade. Isso sim traria grandes problemas para o andamento da missão. (Entrevistado nr 7, 2021, informação escrita).

Ao perceber-se que a gestão de conflitos é parte de um todo, observa-se que esta foi essencial para a manutenção dos princípios básicos e outros fatores de sucesso, visto que um erro nesta, poderia comprometer a missão, conforme Moreira (2011) e os entrevistados.

Gráfico 4 – Gestão dos Conflitos e os Princípios Básicos e Fatores de Sucesso das Missões de Paz.

O Sr. acredita que uma gestão mal feita e/ou mal desenvolvida, por um pelotão, ao administrarem conflitos a nível tático, exercem impacto nos FA...S DE SUCESSO e nos PRINCÍPIOS da missão de paz?
32 respostas



Fonte – Autor (2021)

5 Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo verificar qual a relevância da gestão de conflitos efetuada, a nível tático, pelo pelotão de fuzileiros de paz para a manutenção dos princípios básicos e dos fatores de sucesso da MINUSTAH durante o período de 2004 a 2017. A ausência de literatura específica impôs à pesquisa a necessidade da aplicação do método indutivo através de literatura ampla corroborado pela condução de entrevistas com comandantes de pelotão de fuzileiros de paz na missão.

Foi verificado que, no contexto da MINUSTAH, uma missão multidimensional, ocorrida em meio a Era da Informação, a gestão de conflitos a nível tático continha potencial para afetar a missão em diversos níveis, o tático, o estratégico e o político. Isso ocorre por conta da importância que a população e a opinião pública adquirem neste novo contexto.

Outro delimitador da questão sobre os pelotões de infantaria, é o fato de estes possuírem como uma de suas missões o lidar com a população, seja através de acionamentos, montagens de PBCV, patrulhamento, etc. Fazendo com que estes estivessem mais presentes em meio aos habitantes locais.

Os princípios básicos e outros fatores de sucesso, são elementos que estão presentes e são essenciais para o bom andamento e em consequência sucesso de uma missão de paz. A gestão de conflitos, sozinha, não os garante, porém, faz parte de um grande emaranhado de esforços presentes na missão em busca de mantê-los efetivos e constantes na operação. Desta observação, surge o termo “manutenção”, na qual sua presença, corrobora para a preservação de tais elementos.

Portanto conclui-se que a gestão de conflitos, a nível tático, executado pelos pelotões de fuzileiros de paz, exerceu impactante relevância na manutenção dos princípios básicos e fatores de sucesso da MINUSTAH. Visto que uma ou constantes falhas em sua condição em algum conflito, continha potencial para minar e comprometer a Missão de Paz como um todo, afetando em algum grau todos princípios básicos e fatores de sucesso diretamente. São eles o consentimento das partes, a imparcialidade, o não uso da força, exceto em autodefesa ou em defesa do mandato, a credibilidade, a legitimidade da ONU perante o Estado anfitrião e a comunidade internacional e a promoção da autodeterminação local.

Salientando-se maior impacto sobre Credibilidade das Nações Unidas, pois está diretamente e proporcionalmente ligada à opinião pública e da população local, sendo imediatamente afetada em uma falha de gestão de conflitos explorada em ação midiática ou muito aparente frente aos habitantes locais. Também se observa maior impacto no princípio Não-uso da força exceto em autodefesa ou em defesa do mandato, pois uma deficiência na gestão de conflitos, a qual começa com o diálogo, leva, invariavelmente, ao uso da força para obter-se o controle da situação.

Aproveitando-se a ausência de literatura específica, utilizando este trabalho como base, sugere-se execução de futuras pesquisas sobre as características de eficientes gestores de conflitos táticos na MINUSTAH e estudos sobre técnicas de gestão de conflitos mais utilizadas e eficientes a nível tático, por parte do componente militar na MINUSTAH.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 70. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977. 118 p. ISBN 13: 978-8562938047. Disponível em: <https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitat%20e%20qualitat%20-%20IFES/Livros%20de%20Metodologia/10%20-%20Bardin,%20Laurence%20-%20An%20-%20C3%A1lise%20de%20Conte%20C3%BAdo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Portaria nº 734, de 19 de agosto de 2010. Conceitua Ciências Militares, estabelece sua finalidade e delimita o escopo de seu estudo. Boletim do Exército. Comando do Exército, Brasília, DF, 19 de ago. 2010. 2ª parte.

BRASIL. EB70-MC-10.223: *MANUAL DE OPERAÇÕES* 5. ed. Brasília: Comando de Operações Terrestres - Centro de Doutrina do Exército, 2017.

BRASIL. EB70-MC-10.219: *MANUAL DE OPERAÇÕES DE PAZ* 3. ed. Brasília: Comando de Operações Terrestres - Centro de Doutrina do Exército, 2017.

BUTLER, Michael J. *International Conflict Management*. Nova Iorque, EUA: Routledge, 2009. 305 p. ISBN 0-203-87915-5. Disponível em: <https://khanahmadli.files.wordpress.com/2019/01/international-confilict-management.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

CCOPAB. Os 10 anos da MINUSTAH. CCOPAB e Operações de Paz: Visões, Reflexões e Lições Aprendidas, Rio de Janeiro - RJ, p. 1-84, 1 mar. 2021. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/repositorio-de-arquivos/category/42-os-10-anos-da-minustah-edicao-especial-alcopaz> Acesso em: 1 mar. 2021

CLARO, Raquel Felipe Soares. *Mediação de Conflitos: Um estudo de caso na Polícia Municipal de Porto*. Repositório Institucional , Porto, POR, p. 1-52, 2012. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3396/3/T-21605.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

CORBELLINI, MARIANA DALALANA. Haiti: da crise à MINUSTAH. In: CORBELLINI, MARIANA DALALANA. Haiti: da crise à MINUSTAH. Orientador: Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 155. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17674/000721343.pdf?sequence=1%2010/02>. Acesso em: 26 fev. 2021.

CUNHA, Pedro. *Conflito e Negociação*. 2ª. ed. Lisboa: Edições ASA, 2001. 256 p. ISBN 9789724125244. Disponível em: <https://reader.bertrand.pt/index.html?mode=preview&book=40759-0-BS&ru=https%3A%2F%2Fwww.bertrand.pt%2Flivro%2Fconflito-e-negociacao-pedro-cunha%2F40759&bu=https%3A%2F%2Fwww.bertrand.pt%2Flivro%2Fconflito-e-negociacao-pedro-cunha%2F40759%3Fadd-to-cart%3D1>. Acesso em: 16 jul. 2020.

ENTREVISTADO NR 1. Depoimento [set. 2020]. Entrevistador: Miguel Fernando Susin. Resende. Academia Militar das Agulhas Negras, 2021. Questionário eletrônico (18 questões). Entrevista concedida para a pesquisa sobre a relevância da gestão de conflitos efetuada, a nível tático, pelo pelotão de fuzileiros de paz para a manutenção dos princípios básicos e dos fatores de sucesso da MINUSTAH no período de 2004 a 2017.

ENTREVISTADO NR 2. Depoimento [set. 2020]. Entrevistador: Miguel Fernando Susin. Resende. Academia Militar das Agulhas Negras, 2021. Questionário eletrônico (18 questões).

Entrevista concedida para a pesquisa sobre a relevância da gestão de conflitos efetuada, a nível tático, pelo pelotão de fuzileiros de paz para a manutenção dos princípios básicos e dos fatores de sucesso da MINUSTAH no período de 2004 a 2017.

ENTREVISTADO NR 3. Depoimento [set. 2020]. Entrevistador: Miguel Fernando Susin. Resende. Academia Militar das Agulhas Negras, 2021. Questionário eletrônico (18 questões). Entrevista concedida para a pesquisa sobre a relevância da gestão de conflitos efetuada, a nível tático, pelo pelotão de fuzileiros de paz para a manutenção dos princípios básicos e dos fatores de sucesso da MINUSTAH no período de 2004 a 2017

ENTREVISTADO NR 4. Depoimento [set. 2020]. Entrevistador: Miguel Fernando Susin. Resende. Academia Militar das Agulhas Negras, 2021. Questionário eletrônico (18 questões). Entrevista concedida para a pesquisa sobre a relevância da gestão de conflitos efetuada, a nível tático, pelo pelotão de fuzileiros de paz para a manutenção dos princípios básicos e dos fatores de sucesso da MINUSTAH no período de 2004 a 2017

ENTREVISTADO NR 5. Depoimento [fev. 2021]. Entrevistador: Miguel Fernando Susin. Resende. Academia Militar das Agulhas Negras, 2021. Questionário eletrônico (18 questões). Entrevista concedida para a pesquisa sobre a relevância da gestão de conflitos efetuada, a nível tático, pelo pelotão de fuzileiros de paz para a manutenção dos princípios básicos e dos fatores de sucesso da MINUSTAH no período de 2004 a 2017

ENTREVISTADO NR 6. Depoimento [fev. 2021]. Entrevistador: Miguel Fernando Susin. Resende. Academia Militar das Agulhas Negras, 2021. Questionário eletrônico (18 questões). Entrevista concedida para a pesquisa sobre a relevância da gestão de conflitos efetuada, a nível tático, pelo pelotão de fuzileiros de paz para a manutenção dos princípios básicos e dos fatores de sucesso da MINUSTAH no período de 2004 a 2017

ENTREVISTADO NR 7. Depoimento [fev. 2021]. Entrevistador: Miguel Fernando Susin. Resende. Academia Militar das Agulhas Negras, 2021. Questionário eletrônico (18 questões). Entrevista concedida para a pesquisa sobre a relevância da gestão de conflitos efetuada, a nível tático, pelo pelotão de fuzileiros de paz para a manutenção dos princípios básicos e dos fatores de sucesso da MINUSTAH no período de 2004 a 2017

ENTREVISTADO NR 8. Depoimento [fev. 2021]. Entrevistador: Miguel Fernando Susin. Resende. Academia Militar das Agulhas Negras, 2021. Questionário eletrônico (18 questões). Entrevista concedida para a pesquisa sobre a relevância da gestão de conflitos efetuada, a nível tático, pelo pelotão de fuzileiros de paz para a manutenção dos princípios básicos e dos fatores de sucesso da MINUSTAH no período de 2004 a 2017

ENTREVISTADO NR 9. Depoimento [fev. 2021]. Entrevistador: Miguel Fernando Susin. Resende. Academia Militar das Agulhas Negras, 2021. Questionário eletrônico (18 questões). Entrevista concedida para a pesquisa sobre a relevância da gestão de conflitos efetuada, a nível tático, pelo pelotão de fuzileiros de paz para a manutenção dos princípios básicos e dos fatores de sucesso da MINUSTAH no período de 2004 a 2017

GARBINO, Henrique Siniciato Terra. PROJETOS DE IMPACTO RÁPIDO: A EXPERIÊNCIA DO COMPONENTE MILITAR DA MINUSTAH. CCCOPAB E OPERAÇÕES DE PAZ: VISÕES, REFLEXÕES E LIÇÕES APRENDIDAS, Rio de Janeiro, p. 87-117, 2015. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-ccopab/Revista%20CCOPAB%202015%20-%20BR.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2021.

GOTSCHALG, Ronaldo Viana. Operações de paz, uso diferenciado da força e segurança humana em face das novas ameaças: Um novo paradigma para a paz. *Revista Eletrônica de Direito Internacional*, [S. l.], v. 10, p. 01-32, 1 jan. 2012. Disponível em: http://centrodireitointernacional.com.br/static/revistaeletronica/volume10/arquivos_pdf/sumario/Artigo%20-%20Ronaldo%20Viana%20Gotschalg.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

HANSEN, Wibke; RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom. *Hawks and Doves: Peacekeeping and Conflict Resolution*. Berghof Foundation Handbook, [s. l.], 1 jan. 2004. DOI 10.1007/978-3-663-05642-3_15. Disponível em: https://www.berghof-foundation.org/fileadmin/redaktion/Publications/Handbook/Articles/hansen_et_al_handbook.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

HENDERSON, Ian; CONING, Cedric. *Conflict management for peacekeepers and peacebuilders handbook*. 1. ed. Umhlanga Rocks: African Centre for the Constructive Resolution of Disputes (ACCORD), 2008. 193 p. ISBN 978-0-9802704-3-3. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/157351/Conflict_management_Handbook.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

KENKEL, Kai Michael. Cinco gerações de operações de paz: de “tênue linha azul” a “pintar um país de azul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, ed. 56, p. 122-143, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n1/07.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

MILOFSKY, Alison; SANY, Joseph; LANCASTER, Illana; KRENTEL, Jeff. *Conflict Management Training for Peacekeepers: Assessment and Recommendations*. United States Institute Of Peace: special report, Washington, DC, p. 1-28, 2017. Disponível em: <https://www.usip.org/sites/default/files/SR411-Conflict-Management-Training-for-Peacekeepers.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

MOREIRA, Luciano Rodrigues. *Combate de Paz*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011. 236 p. ISBN 978-85-7011-471-6.

MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. 1152 p. ISBN 85-7060-148-4. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

NUNES, José Ricardo Vendramin. *O TREINAMENTO DE CIVIS PARA ATUAR EM CONTEXTOS INSTÁVEIS. CCOPAB E OPERAÇÕES DE PAZ: VISÕES, REFLEXÕES E LIÇÕES APRENDIDAS*, Rio de Janeiro, p. 75-85, 2015. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-ccopab/Revista%20CCOPAB%202015%20-%20BR.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2021

ONU (EUA). Chapter I: Purposes and Principles. *The UN Charter*, San Francisco, p. 2, 1945. Disponível em: <https://www.un.org/en/charter-united-nations/index.html>. Acesso em: 13 jul. 2020.

. *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines*. Nova York:

Department of Peacekeeping Operations, 2008. 53 p. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/capstone_eng_0.pdf. Acesso em: 7 jul. 2020.

. What is peacekeeping: United Nations Peacekeeping helps countries torn by conflict create conditions for lasting peace.. In: ONU. What is peacekeeping: United Nations Peacekeeping helps countries torn by conflict create conditions for lasting peace.. [S. l.], [2010]. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/what-is-peacekeeping>. Acesso em: 22 jun. 2020.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 128 p. ISBN 9788532600271. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/nvxe58>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SERRANO, Gonzalo Serrano; RODRÍGUEZ, Damaso. Negociación en las Organizaciones. Madrid: Eudema, 1993.

VISACRO, A. Desafio da transformação. Revista Military Review (edição brasileira): Fort Leavenworth, p 47-55 mar-abr 2011. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20110430_art010POR.pdf Acesso em 23 fev 2021 (VERIFICAR ESSA REFERÊNCIA)

WILMOT, William; HOCKER, Joyce. Interpersonal Conflict. 8. ed. New York: McGraw-Hill Humanities/Social Sciences/Languages, 1985. 384 p. ISBN 978-0073385136.

Consulte as normas e condições vigentes. Sujeito a análise cadastral.

Crédito Imobiliário Digital

A casa própria com as melhores condições

Financiamento com juros baixos, rápida liberação e outros benefícios para a construção e a aquisição de imóvel, terreno e material de construção.



FHE **POUPEX**

poupe x . c o m . b r